Esta publicação foi co-financiada
pela União Europeia

Migração em Cabo Verde

PERFIL NACIONAL 2009

Belgian Development Cooperation .be

Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

FONDATION POUR LE RENFORCEMENT DES CAPACITES EN AFRIQUE

As opiniões expressas nas publicações da OIM - Organização Internacional para as Migrações são dos autores e não reflectem necessariamente a opinião da OIM. As denominações utilizadas no presente relatório e a forma pela qual são apresentados os dados não implicam, por parte da OIM, qualquer opinião sobre a condição jurídica dos países, territórios, cidades ou áreas, ou mesmo as suas autoridades, nem tão pouco a respeito à delimitação de suas fronteiras ou limites. Quaisquer erros e omissões são da responsabilidade dos autores.

A OIM compromete-se pelo princípio de que a migração ordenada e em condições humanas beneficia os migrantes e a sociedade. Como organização intergovernamental, a OIM actua com os seus parceiros da comunidade internacional para: ajudar a enfrentar os crescentes desafios da gestão da migração; fomentar a compreensão das questões migratórias; promover o desenvolvimento social e económico através da migração; e garantir o respeito pela dignidade humana e bem-estar dos migrantes.

Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. As posições aqui expressas não podem em caso algum ser consideradas como a opinião oficial da União Europeia.

Edição: Organização Internacional para as Migrações
17 route des Morillons C.P. 71
CH-1211 Genebra 19
Suíça
Tel: +41 22 717 91 11
Fax: +41 22 798 61 50
Endereço electrónico: hq@iom.int
Internet: http://www.iom.int

ISBN 978-92-9068-577-7
© 2010 Organização Internacional para as Migrações (OIM)

Todos os direitos reservados. Esta publicação não poderá ser reproduzida, total ou parcialmente, nem gravada por quaisquer sistemas de registros, nem transmitida por quaisquer meios eletrônicos ou mecânicos, nem sujeita a processos de fotocópia sem a autorização prévia do editor.

04_09

Esta publicação foi co-financiada
pela União Europeia

Migração em Cabo Verde

PERFIL NACIONAL 2009

Preparado por
Francisco Avelino Carvalho

Belgian Development Cooperation .be

Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

FONDATION POUR LE RENFORCEMENT DES CAPACITES EN AFRIQUE

Comissão Interministerial para o Estudo e Proposição das Bases da Política de Imigração em Cabo Verde

Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro e das Comunidades Emigradas

Direcção de Estrangeiros e Fronteiras

Direcção Geral do Trabalho

Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Tratados

Comissão Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania

Assessora do Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro

Assessor da Ministra da Justiça

Instituto das Comunidades

Índice

Lista de quadros 7

Lista de figuras 8

Siglas 9

Prefácio 11

Sumário executivo 17

Executive summary 21

PARTE A: Introdução 25

PARTE B: Padrões migratórios actuais no seio do contexto de desenvolvimento 27

B.1 Desenvolvimento, alterações demográficas e migração 27
B.2 Imigrantes 30
B.2.1 Refugiados/em busca de asilo 35
B.2.2 Imigrantes trabalhadores 36
B.2.3 Estudantes estrangeiros 39
B.2.4 Turistas e visitantes 39
B.2.5 Imigrantes irregulares estimados 40
B.2.6 Remessas de imigrantes 44
B.2.7 Principais dificuldades referidas por imigrantes 45
B.3 Emigrantes 47
B.3.1 Refugiados/em busca de asilo 49
B.3.2 Emigrantes trabalhadores 50
B.3.3 Estudantes no estrangeiro 53
B.3.4 Turistas e visitantes 54
B.3.5 Emigrantes irregulares 54
B.3.6 Remessas de nacionais a viverem no estrangeiro 58
B.4 Lacunas nos dados e estratégia de recolha de dados 61

PARTE C: Migração e desenvolvimento 65

C.1 Principais características das correntes migratórias actuais 65
C.2 Explicação das actuais tendências migratórias e suas consequências para o desenvolvimento socioeconómico do país de origem 66
C.3 Possíveis tendências futuras nas migrações e as suas consequências para o desenvolvimento 68

PARTE D: Quadro da política migratória 69
D.1 Principais políticas e programas de migrações 69
D.2 Legislação nacional essencial e recentes desenvolvimentos da política migratória 73
D.3 Principais tratados/acordos/parcerias sobre migração a nível internacional, regional e bilateral 75
D.4 Instituições centrais na gestão da migração e diáspora 76
D.4.1 Principais ministérios e agências do governo que lidam com a migração 76
D.5 Análise da coerência política 77
D.5.1 Coordenação política e o processo de criação de política sobre migração 77
D.5.2 Disseminação da migração nos planos de desenvolvimento 78
D.5.3 Iniciativas de mobilização da diáspora para o desenvolvimento 80
D.5.4 Capacidade de construir soluções e gestão da migração 81

PARTE E: Conclusões 83
E.1 Principais aspectos das actuais tendências migratórias 83
E.2 Recomendações sobre como gerir a migração 84
E.2.1 Recomendações para a melhoria das estatísticas sobre as migrações 84
E.2.2 Recomendações sobre gestão das migrações 86

Bibliografia 91

Anexos 99
Anexo I – Dados estatísticos 99
Anexo II – Migrações internas 109

Lista de quadros

Quadro 1: Distribuição da população por grupos de idade e sexo, 2008..... 29
Quadro 2: Stock de imigrantes com base em censos próximos do ano 2000 32
Quadro 3: Aquisição de nacionalidade cabo-verdiana, segundo os dez principais países de nacionalidade de origem, 1977–2008 .. 34
Quadro 4: Pedidos de visto de entrada indeferidos, 2005,2007 e 2008 35
Quadro 5: Distribuição de autorizações de residência, segundo grandes grupos de profissões, 1976–2008 37
Quadro 6: Distribuição de autorizações de residência, segundo sectores económicos, 1976–2008 38
Quadro 7: Distribuição de imigrantes, com autorizações de residência, por concelho, 1976–2008 39
Quadro 8: Distribuição de turistas por nacionalidade, 2004–2008..... 40
Quadro 9: Estrangeiros apreendidos em situação de imigração clandestina, 2006–2008 43
Quadro 10: Estrangeiros repatriados por ano, segundo a nacionalidade, 2003 a 2008..... 44
Quadro 11: Taxa de fuga de cérebros de migrantes universitários bolseiros e não bolseiros cabo-verdianos, 2001–2006 53
Quadro 12: Distribuição de projectos de inserção sócioprofissional financiados, por áreas, segundo localidades, 2003–2008..... 103
Quadro 13: População de Cabo Verde segundo o estatuto na pobreza por meio de residência e grupo de ilhas, 2001–2002 103
Quadro 14: Desigualdades e pobreza em Cabo Verde, 2001–2002 104
Quadro 15: Carteira de projectos activos do PNLP, 2000–2004 104
Quadro 16: Volume e participação da ajuda ao desenvolvimento, 1980–2002 (média anual) 105
Quadro 17: PIB real, PIB per capita e respectivas taxas de crescimento, 2004–2008 105
Quadro 18: Estrutura do PIB em percentagem por cada ramo de actividade, 1980–2006 105
Quadro 19: Estimativa da distribuição de emigrantes cabo-verdianos, 1998 106
Quadro 20: Cabo-verdianos repatriados, 1992 a 2008 107
Quadro 21: Remessas de emigrantes, em milhões de escudos, por país, 1990 a 2000..... 108
Quadro 22: Remessas de emigrantes, em milhões de escudos, por país, 2001 a 2008..... 109
Quadro 23: Residentes nativos de Cabo Verde, saídas e entradas por ilhas, 2000..... 110

Lista de figuras

Figura 1: Aquisição de nacionalidade cabo-verdiana, 1977–2008 33
Figura 2: Vistos de entrada em Cabo Verde, 2004, 2005, 2007 e 2008..... 35
Figura 3: Rotas migratórias da África Ocidental 42
Figura 4: Estrangeiros apreendidos em embarcações clandestinas, por grupos de idade, 2006–2008 43
Figura 5: Evolução de remessas de imigrantes para fora de Cabo Verde, 1986–2008 45
Figura 6: Pirâmide da idade dos emigrantes, 1995–2000 48
Figura 7: Stock de emigrantes de origem cabo-verdiana, dados por volta do ano 2000 49
Figura 8: Stock de emigrantes cabo-verdianos em países da OCDE, por nível de educação, 1990 e 2000..... 52
Figura 9: Stock de emigrantes cabo-verdianos em países da OCDE, por nível de educação e sexo, 1990 e 2000..... 53
Figura 10: Cabo-verdianos repatriados por país de emigração, 1992–2008 55
Figura 11: Cabo-verdianos repatriados por país de emigração, 2007 e 2008..... 56
Figura 12: Projectos de inserção sócioprofissional de repatriados, por sector, 2003–2008 57
Figura 13: Cabo-verdianos repatriados, 1992 a 2008 58
Figura 14: Evolução do volume de remessas, em milhões de escudos, 1990–2008 59
Figura 15: Volume total de remessas por país, 1990–2008 60
Figura 16: Evolução da percentagem de remessas no PIB, 1990–2007..... 60
Figura 17: Distribuição de autorizações de residência, segundo grandes grupos de profissões, por sexo, 1976–2008 99
Figura 18: Distribuição de autorizações de residência, segundo sectores económicos, por sexo, 1976–2008..... 100
Figura 19: Emigrantes de origem cabo-verdiana em países da OCDE, por sector, 2008 101
Figura 20: Distribuição percentual de emigrantes de origem cabo-verdiana em países da OCDE, segundo o sexo, por sector, 2008 102

Siglas

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
BCV	Banco de Cabo Verde
BM	Banco Mundial
CNDHC	Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
DECRP	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
DECRP II	Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza II
DEF	Direcção de Estrangeiros e Fronteiras
DGACT	Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Tratados
DGOTDU	Direcção Geral de Ordenamento do Território - Divisão de Urbanismo
DGP	Direcção Geral do Plano
DGRNI	Direcção Geral de Registos Notariado e Identificação
DGT	Direcção Geral do Trabalho
DRC	Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento em Migrações, Globalização e Pobreza (Development Research Centre on Migration Globalization and Poverty)
CVE	Escudos cabo-verdianos
EUR	Euro
EDME	Estudo Diagnóstico do Mercado de Emprego em Cabo Verde
FCS	Fundação Cabo-verdiana de Solidariedade
GAP-D	Gabinete de Atendimento Personalizado aos Deportados
GOP	Grandes Opções do Plano
IC	Instituto das Comunidades
ICCA	Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias
IDSR II	Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva II
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística

MCE	Ministério das Comunidades Emigradas
MAI	Ministério da Administração Interna
MJ	Ministério da Justiça
MNE	Ministério de Negócios Estrangeiros
MTFSS	Ministério do Trabalho Família e Solidariedade Social
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIM	Organização Internacional para as Migrações
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB	Produto Interno Bruto
PG	Programa de Governo
PM	Parceria para a Mobilidade
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNLP	Programa Nacional de Luta contra a Pobreza
PNPAD	Programa Nacional de Prevenção e Acompanhamento da Deportação
QUIBB	Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar
REC	Revista de Estudos Cabo-Verdianos
UE	União Europeia
DPNU	Divisão de População das Nações Unidas
Uni-CV	Universidade de Cabo Verde

Prefácio

Durante três anos a Organização Internacional para as Migrações (OIM) preparou perfis migratórios de 32 países em diferentes partes do mundo, incluindo a Europa do Leste, a região do Mar Negro, a América do Sul e África.

Os perfis migratórios foram inicialmente propostos pela Comissão Europeia (CE) na *Comunicação sobre Migração e Desenvolvimento*, em 2005. Segundo esse documento, os perfis migratórios devem ser relatórios estatísticos que forneçam informações sobre diversas temáticas relacionadas com a migração em países parceiros da União Europeia. São concebidos de modo a servir de instrumento para a Comissão Europeia apoiar programas de assistência comunitária direccionados para países terceiros no campo da migração, assim como estratégias de redução da pobreza.

Na África Ocidental e na Central a OIM aprofundou ainda mais o conceito de Perfil Migratório. No projecto da OIM "Migração na África Ocidental e Central: perfis nacionais para políticas estratégicas", os Perfis Migratórios são concebidos de modo a serem mais do que apenas simples relatórios estatísticos. Há também a intenção de servirem de instrumentos que facilitem ao governo o desenvolvimento de políticas.

O principal objectivo desta pesquisa e deste projecto de construção de capacidades é o de realçar as capacidades governativas de dez países alvo na África Ocidental e Central. Para que possam promover uma política coerente e proactiva de abordagem da migração, através do desenvolvimento de "Perfis Migratórios Nacionais" enquanto quadro de referência na recolha e análise de dados de apoio a planos estratégicos, a nível nacional e regional. Com o apoio financeiro da Comissão Europeia, do Gabinete Federal Suíço para a Migração e da Cooperação para Desenvolvimento Belga, a OIM está a implementar este projecto na República Democrática do Congo, na Costa do Marfim, Gana, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, e Senegal. Também se preparam relatórios do Perfil Migratório em Cabo Verde e nos Camarões.

Os relatórios do Perfil Migratório Nacional são o resultado mais importante deste projecto. Reúnem de uma forma estruturada um conjunto de informações existentes, provenientes de diversas fontes, e fornecem uma visão abrangente das tendências centrais do desenvolvimento socioeconómico nos países alvo. Também identificam as lacunas nos dados e nas estratégias potenciais de melhoria na recolha de dados, tendo em vista os objectivos do planeamento de políticas.

É importante notar que a preparação destes Perfis Migratórios Nacionais não se limitou a mera recolha de informação. Dados e informações relevantes para a migração acumulam-se frequentemente em vários locais diferentes, tanto dentro como fora de estruturas governamentais. Contudo, cada país alvo estabelece Grupos Técnicos de Trabalho interministeriais (GTT), para facilitar a recolha de informações relevantes provenientes de diferentes entidades. Os GTT também tornam possível que os governos contribuam para o relatório, em todas as etapas do processo de elaboração, por considerarem de modo mais abrangente uma abordagem coerente com a recolha de dados e o desenvolvimento das políticas. As versões completas dos Perfis Migratórios Nacionais foram apresentadas em Seminários Nacionais de Planeamento de Políticas, com base nos quais os governos registaram as recomendações relativas ao desenvolvimento de políticas futuras e à recolha aperfeiçoada dos dados. Assim, os relatórios de Perfil Migratório Nacional resultam de um processo abrangente apoiado pelo governo, que procura sublinhar a utilização de dados no desenvolvimento das suas políticas. São mais do que simples exposições de dados. Através de mecanismos como os GTT e os Seminários Nacionais de Planeamento de Políticas, os relatórios são também um meio de melhor informar e avançar, nos países alvo, com o planeamento de políticas de migração internacional.

De modo a permanecerem um instrumento de informação eficaz na elaboração de políticas, os relatórios de Perfil Migratório precisam de ser actualizados regularmente e utilizados no desenvolvimento de políticas. A sustentabilidade dos mecanismos governamentais estabelecidos para a preparação dos Perfis Migratórios mantém-se como um desafio central. Os dados de base sobre os quais os relatórios são elaborados e o formato do relatório também precisam de ser melhorados, para permitirem análises mais aprimoradas das tendências relacionadas com a migração. O projecto "Migração na África Ocidental e Central: perfis nacionais para políticas estratégicas" começou por abordar esses desafios. Mas são necessárias mais intervenções, de modo a assegurar que os Perfis Migratórios se mantenham um instrumento de informação passível de ser actualizado regularmente no desenvolvimento das políticas.

Este relatório não teria sido possível sem a contribuição de um conjunto de pessoas. Gostaríamos de agradecer: ao Consultor nacional, Francisco Avelino Carvalho, a redacção do relatório; a Rudolf Anich, Jobst Koehler e Ramiro Flores Cruz a coordenação, revisão e edição dos relatórios de Perfis Migratórios; ao Coordenador da OIM em Cabo Verde, Dário Muhamudo, e à missão da OIM no Senegal, o fornecimento de informações adicionais e por fim, mas não menos

importante, aos elementos governamentais que, em diferentes etapas, deram contributos valiosos para o relatório.

Abye Makonnen
Representante Regional
Missão com Funções Regionais
Dacar, Senegal

Frank Laczko
Chefe da Divisão de Pesquisa e Publicação
Sede da OIM
Geneva, Suíça

Fonte: DGOTDU (2009).

População, 2008a	499.796
Superfície totalb	4.033 km^2
Crescimento do PIB 2006-2007c	7%
Índice de Desenvolvimento Humano, 2009d	708 - posição 121
Saldo migratório, 2005-2010e	-5.1 por mil habitantes

Fonte: a) INE (2008), b) Ilídio Amaral (2001), c) DECRP II (2008), d) Relatório de desenvolvimento humano 2009 (2009), e) DPNU (2009b).

Sumário executivo

Imigração para Cabo Verde

A imigração para Cabo Verde tem conhecido um aumento nas últimas décadas. Os dados mais recentes indicam que a população imigrante aumentou cerca de 20%, passando de 8.931 em 1991 para 11.183 em 2005. Para o ano de 2010 as estimativas apontam para a continuação do aumento de imigrantes, que deverá atingir o valor de 12.035. Em relação à percentagem da população tem-se verificado uma oscilação entre 2,3 e 2,5% . Com uma ligeira diminuição de 2,5 (1990) para 2,3 (2005) e ligeira subida para 2,4 conforme o previsto para 2010 pela Divisão de População das Nações Unidas (DPNU) (2009a).

Os dados disponíveis pelo Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento sobre Migrações, Globalização e Pobreza (DRC) (2007) apontam para que a maioria dos imigrantes em Cabo Verde (82%) seja proveniente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)[1] (66%) e de Portugal (16%). Entre os PALOP, destacam-se São Tomé e Príncipe (35%), Angola (22%) e Guiné-Bissau (8%), mas Moçambique representa apenas cerca de 1%. Os dados relativos a autorizações de residência (DEF, 2008) indicam que os principais países de origem são a Guiné-Bissau (19,8%), Portugal (13,8%), China (13,7%), Nigéria (11,5%) e Senegal (11,3%).

Emigração de Cabo Verde

Cabo Verde tem uma forte tradição de emigração. Está profundamente enraizada na sociedade cabo-verdiana a ideia de emigrar, como estratégia de alcançar sucesso pessoal, familiar e social. Entretanto, tem-se verificado uma diminuição crescente dessa tendência. Tomando em consideração a taxa de migração líquida, constata-se que os valores desse indicador têm vindo a diminuir desde o período 1970–1975, em que atinge os -19,1 migrantes por mil habitantes, até 2005-2010 em que os valores apontam para -5,1, estando prevista a sua diminuição para -4,7 migrantes por cada milhar de habitantes no período 2010-2015.

A tendência de diminuição do fosso entre o volume de imigrantes e o de emigrantes é ilustrada pelos valores da migração líquida. Espera-se que para 2005–2010 e 2010–2015 a migração líquida se mantenha em -3 mil por ano. Valores que embora representem uma ligeira subida, relativamente aos períodos

[1] Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

de 1990–1995 e 1995–2000, continuam abaixo dos -5 mil por ano verificado nos períodos de 1970–1975 e 1975–1980 (DPNU, 2009b).

Só existem estimativas relativas ao número de cabo-verdianos que vivem no estrangeiro e, ainda por cima, apresentam valores bastante díspares. Variam entre 199.644 (DRC, 2007) e 518.180 (extinto Instituto de Apoio ao Emigrante - IAPE, 1998). De acordo com os dados do IAPE, os principais países de destino seriam os Estados Unidos (51%), Portugal (15%), Angola (9%), França (5%) e Senegal (5%). Considerando os valores apontados pela DRC, entre os destinos mais importantes estão Portugal (22%), Estados Unidos (14%), Moçambique e Alemanha, com 7% cada, e Holanda e Senegal, com 5% cada.

Entre os 5.382 estudantes bolseiros e não bolseiros, saídos de Cabo Verde para frequentar uma formação superior no estrangeiro, no período de 1997/98 a 2002/2003, calcula-se que cerca de 77% não terão regressado (Cabral, 2009).

A nível dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2009) estima-se que 11% dos emigrantes cabo-verdianos se enquadrem no nível superior de instrução. A taxa de emigração altamente qualificada subiu 10,7 pontos percentuais entre 1990 e 2000 (Beine *et al*, 2006), passando de 56,8% para 67,5%. Entre estes, a taxa de emigração dos profissionais da área da medicina atinge o valor de 54,1%.

Nos países da OCDE (2009) afigura-se que a maioria dos emigrantes cabo-verdianos (48,5%) esteja enquadrada nos sectores de actividade que englobam a construção civil (24,7%), o sector fabril (14,7%) e serviços prestados em lares e casas particulares (9,1%).

Segundo os dados do Banco de Cabo Verde (BCV, 2009), as remessas de emigrantes registaram um aumento em termos globais desde 1990 até 2008, apesar de alguns períodos de ligeiros recuos. Os valores passam de 3,14 mil milhões de escudos (1990) para 10,42 mil milhões de escudos (2008). Neste último ano os principais países de origem das remessas, a nível formal, foram Portugal, França, Estados Unidos e Países Baixos. Isto porque há uma importante dinâmica de envio de remessas através de mecanismos informais (ver Marques *et al*, 2001).

Contexto sócio económico da migração

Embora não existam dados disponíveis que os possam sustentar com rigor, há indícios de ligação entre o desenvolvimento económico e a imigração.

Sobretudo devido à mão-de-obra imigrante, que poderá estar a contribuir para a dinâmica do sector do turismo com destaque para o sector da construção. Verifica-se o mesmo em relação ao sector das vendas a retalho, tanto formal como informal, em que parece haver forte presença de imigrantes provenientes da China e de países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Cabo Verde tem necessidade de mão-de-obra qualificada no seu processo de desenvolvimento. Actualmente caiu em desuso a designação social *cooperante*, atribuída a técnicos estrangeiros que demandaram o país no período pós-independência. Contudo, os dados de autorização de residência atribuídos pela Direcção de Estrangeiros e Fronteiras (DEF, 2009), embora não abrangendo o universo imigrante no seu todo, indiciam a dimensão significativa do grau de atractividade e/ou de necessidade que Cabo Verde poderá representar para a mão-de-obra qualificada. É que o grupo dos *Especialistas das profissões intelectuais e científicas* (23%) constitui a segunda maior categoria, ultrapassada apenas pelo pessoal dos serviços e vendedores (39%).

Há um conjunto de factores cuja combinação poderá redundar no incentivo à emigração. Trata-se da reduzida capacidade do mercado de trabalho para absorver a mão-de-obra disponível, como refere o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP, 2004); do desemprego que afecta particularmente os jovens, segundo o Estudo Diagnóstico sobre o Mercado de Emprego em Cabo Verde (EDME, 2008); do aumento da população em cerca de 30% em 2020 (INE, 2008); e do aumento das expectativas de vida futura.

Quadro de política

Está em fase de elaboração uma política nacional para a imigração. Foi criada uma comissão interministerial cujo mandato passa pela elaboração das bases dessa política. No que se refere à emigração, a última grande medida tem a ver com a criação do Ministério das Comunidades Emigradas (MCE), elevando-se assim o nível institucional da abordagem do fenómeno. Há ainda um conjunto de medidas que abrange diversas áreas, nomeadamente o incentivo ao investimento, o apoio à integração nos contextos de destino, o reforço da ligação de descendentes a Cabo Verde, a protecção consular, entre outros. Contudo, falta um mecanismo de coordenação entre as diversas iniciativas e as instituições que lidam com temáticas relacionadas com migrações. Tal facto aumenta o risco de incoerência na implementação de medidas e o desperdício de recursos.

Não existe uma instituição responsável pela imigração, para além da vertente securitária representada pela DEF. Algumas instituições estatais têm-se encarregado de questões relacionadas com imigrantes, designadamente, o Ministério de Negócios Estrangeiros (MNE), o Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA) e a Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC).

Lacunas de dados

Para facilitar a actualização do Perfil Migratório os períodos de tempo, o processamento e análise de dados têm de ser melhorados. A revisão das fontes de dados disponíveis, para a elaboração do Perfil Migratório de Cabo Verde, revela que a maior parte constitui bases de dados já ultrapassadas em termos de tempo. A suspensão, desde 1996, do tratamento dos cartões de embarque e desembarque, embora tivessem necessidade de uma maior desagregação, tem impossibilitado a obtenção de informações mais qualitativas sobre os imigrantes, bem como sobre os fluxos migratórios. O Censo de 2000, que trata pela primeira vez a temática das migrações, não permite fazer a distinção entre os cabo-verdianos regressados ao país e estrangeiros que imigraram para Cabo Verde, inviabilizando deste modo a análise da população imigrante através dos dados recolhidos por esse instrumento. É de sublinhar ainda a falta de uma base de dados sobre a imigração, que permita a sua comparação a nível local, regional e internacional. Outra lacuna importante também tem a ver com o facto de não existir um levantamento de emigrantes cabo-verdianos no estrangeiro.

Executive summary

Immigration to Cape Verde

Immigration to Cape Verde increased in recent decades. The latest data indicate that the immigrant population has risen by around 20 per cent, from 8,931 in 1991 to 11,183 in 2005. For the year 2010, estimates point to a continued increase in the number of immigrants, which should reach 12,305. In relation to the percentage of the total population, there has been a variation between 2.3 and 2.5 per cent. With a slight decrease from 2.5 per cent (1990) to 2.3 per cent (2005) and a slight increase to 2.4 per cent for 2010, as predicted by the United Nations Population Division (UNPD, 2009a). Data available from the Development Research Centre on Migration, Globalisation and Poverty (DRC, 2007) indicate that the majority of immigrants in Cape Verde (82%) come from the Portuguese-speaking African Countries (PALOP)[2] (66%) and from Portugal (16%). Among the PALOP countries, we can highlight Sao Tome and Principe (35%), Angola (22%) and Guinea-Bissau (8%), with Mozambique representing roughly only 1 per cent. Data on residence permits indicate that the main countries of origin are Guinea-Bissau (19.8%), Portugal (13.8%), China (13.7%), Nigeria (11.5%) and Senegal (11.3%) (DEF, 2008).

Emigration from Cape Verde

Cape Verde has a great emigration tradition. The idea of migrating is deeply rooted in Cape Verdean society as a strategy to achieve personal, family and social success. Nonetheless, there has been a steady decrease in this tendency. Taking into consideration the net migration rate, we can see that the values of this indicator have been decreasing since the period 1970–1975, when it reached -19.1 migrants per thousand inhabitants, until 2005–2010, when the values point to -5.1 per thousand, with a reduction to -4.7 per thousand predicted for the period 2010–2015.

The trend of a narrowing gap between the number of immigrants and emigrants is illustrated by the values of the net migration rate. It is expected that for 2005–2010 and 2010–2015 net migration will stabilize at -3 per thousand per year. While these numbers represent a slight increase, if we compare them with the ones for the periods 1990–1995 and 1995–2000, they are still below the -5 per thousand per year seen in the periods 1970–1975 and 1975–1980 (UNPD, 2009b).

[2] Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique and Sao Tome and Principe.

Currently, only estimates are available for the number of Cape Verdeans who live abroad, and they present quite different values. Estimates vary between 199,644 (DRC, 2007) and 518,180 (from the former Emigrant Support Institute – IAPE, 1998). According to data from the IAPE, the main countries of destination are the United States (51%), Portugal (15%), Angola (9%), France (5%) and Senegal (5%). According to the values referred to by the DRC, the main countries of destination are Portugal (22%), the United States (14%), Mozambique and Germany (both with 7%), and the Netherlands and Senegal (both with 5%).

Among the 5,382 scholarship and non-scholarship students who left Cape Verde to attend a higher education institution abroad, in the period 1997/98 to 2002/2003, it is estimated that 77 per cent did not return (Cabral, 2009).

In the Organisation for Economic Co-operation and Development countries (OECD, 2009), it is estimated that 11 per cent of the Cape Verdean emigrants have a higher education level. The rate for highly qualified emigration grew 10.7 points between 1990 and 2000 (Beine et al., 2006), increasing from 56.8 to 67.5 per cent. Among these categories, the emigration rate of professionals in the health sector reached 54.1 per cent.

In OECD countries, the assumption is that the majority of Cape Verdean emigrants (48.5%) work in the construction sector (24.7%), the manufacturing sector (14.7%) and care services at home and in private households (9.1%) (OECD, 2009).

According to the Bank of Cape Verde (BCV, 2009), remittances registered an increase in global terms from 1990 to 2008, although there were some periods of slight decreases. The amounts increased from 3.14 thousand million escudos (1990) to 10.42 thousand million escudos (2008). Last year, the main countries of origin of remittances through formal procedures were Portugal, France, the United States and the Netherlands. This increase was also due to the volume of remittances sent through informal mechanisms (Marques et al., 2001).

Socio-economic context of migration

Although data are not available to demonstrate the link, various indicators show a connection between economic development and immigration.

This is mainly due to immigrant labour, which might be contributing to the tourism sector, with a particular focus on the construction sector.

The same can be observed in the formal and informal retail and wholesale sectors, where there is a strong presence of immigrants from China and Economic Community of West African States countries.

Cape Verde needs qualified labour for its development. Nowadays, the social expression "cooperante", which was applied to qualified foreigners who came to the country during the post-independence period, has fallen out of use. Nonetheless, data on residence permits issued by the Directorate of Aliens and Borders (DEF, 2009), while not applying to the immigrant population as a whole, show the degree of attractiveness and/or necessity that Cape Verde might represent to qualified workers. This is shown by the group of specialists in intellectual and scientific professions (23%), which constitutes the second biggest category, with the first being retail and service staff (39%).

A number of combined factors can generate the incentive to emigrate. These factors relate to the reduced capacity of the labour market to absorb the available labour, as stated in the Growth and Poverty Reduction Strategy Document (DECRP, 2004); unemployment that mainly affects the youth, according to the Labour Market Diagnosis Study (EDME, 2008); the predicted population increase of 30 per cent by 2020 (INE, 2008); and the increase in life expectancy.

Political framework

A national policy on immigration is currently being drafted. An Inter-ministerial Commission was created to establish the basis for this policy. Concerning emigration, the latest measure was the establishment of the Ministry of Emigrated Communities (MCE), which raises the institutional level for addressing the phenomena. A set of measures also cover different areas, including incentives to invest; support for integration in the country of destination; the strengthening of the ties that Cape Verdean descendants have with the country; and consular protection. Nonetheless, a coordination mechanism is lacking between the different initiatives and institutions that deal with migration-related issues. This increases the risks of incoherence in implementing activities and wasted resources.

Apart from the DEF, Cape Verde does not have an institution responsible for the security issues related to immigration. Some state institutions have been responsible for issues related to immigrants: the Ministry of Foreign Affairs (MNE), the Cape Verdean Institute for Children and Adolescents (ICCA) and the National Commission for Human Rights and Citizenship (CNDHC).

Data gaps

To facilitate the updating of the Migration Profile, the time frames and data processing and analysis should be improved. When drafting the Migration Profile, a review of the available data sources revealed that most databases are outdated. Despite the need for further disaggregation, the processing of embarkation and disembarkation cards has been suspended since 1996, thus preventing the collection of more qualitative data on immigrants and migration flows. The 2000 Census, which for the first time addressed migration issues, does not make a distinction between returned Cape Verdeans and foreigners who migrated to Cape Verde. It is therefore not possible to analyse the immigrant community using this method. It is also important to highlight the lack of an immigration database enabling comparisons at the local, regional and international levels. Another important data gap stems from the fact that an assessment of Cape Verdean emigrants living abroad has not been conducted.

PARTE A: Introdução

As migrações estão presentes na realidade histórica e social de Cabo Verde desde os primórdios do surgimento da sociedade cabo-verdiana. Isto porque, após a descoberta do arquipélago em 1460 (Albuquerque *et al*,1991), por navegadores portugueses, ter-se-á recorrido a populações que se deslocaram de Portugal, tanto livres como condenadas, e escravos oriundos do continente africano. Iniciando-se desta forma a longa história migratória das ilhas, que conhece um dos primeiros momentos de particular expressão nos finais do século XVII e início do século XVIII, quando os cabo-verdianos começaram a partir para a América. Iniciava-se a pesca da baleia e, desde então, a emigração tem levado cabo-verdianos a cerca de mais de 25 países no Mundo.

O fenómeno tem sido de grande importância para Cabo Verde (Monteiro, C. 1997; Andrade, J. 1998; Semedo, A. 2003; Carling, J. e Akesson L. 2009), cujas autoridades governamentais têm procurado corresponder ao contributo dos emigrantes, através de uma série de medidas que visam apoiá-los nos seus processos de integração nas sociedades de acolhimento e nas suas relações com o país natal.

Neste trabalho serão analisadas diversas dimensões das migrações, tanto na vertente de saída como na de entrada de pessoas no território nacional, uma vez que Cabo Verde também tem vindo a receber contingentes crescentes de imigrantes, com particular incidência para os provenientes da costa ocidental africana.

Será desenvolvido com base na análise de dados fornecidos por instituições nacionais e internacionais, assim como relatórios e estudos existentes e observações do autor. Espera-se assim contribuir para uma melhor compreensão da realidade migratória cabo-verdiana. Há duas preocupações que emergem como importantes nesse processo de compreensão. A consciencialização da necessidade de colmatar algumas lacunas, designadamente, a nível de recolha, análise e publicação de dados e, por outro, a indispensabilidade da aposta na investigação no campo das migrações. De modo que sejam dadas respostas fundamentadas a nível legislativo, técnico, financeiro e humano às exigências que o fenómeno migratório já coloca de forma crescente.

- **Enquadramento das migrações nas ilhas de Cabo Verde**

A República de Cabo Verde é um arquipélago constituído por dez ilhas e oito ilhéus que cobrem uma superfície de 4.033 km^2. Está localizado a cerca de 500 km da costa do Senegal. O clima é tropical quente e seco de tendência árida. Foi colónia de Portugal desde a descoberta no século XV até à independência no ano de 1975. Altura a partir da qual foi instalado um regime de partido único, que viria a ser substituído pelo multipartidarismo em 1990. Cabo Verde é frequentemente referido por ter uma população a viver no exterior que excede o número de residentes no país. Este facto resulta dos diversos períodos de emigração que tem conhecido ao longo da história e que Carreira (1977) divide em três fases. A primeira, entre 1900 e 1926, com destino sobretudo para os Estados Unidos. A segunda, de 1927 a 1945, cujo destino são países da América Latina e África, entre os quais o Brasil e a Argentina, por um lado, e por outro, o Senegal, a Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Angola. É nessa altura que Portugal começa a destacar-se como destino. A terceira e última fase, 1946-1973, é assinalada pela viragem para a Europa em direcção a países como a Holanda, França, Luxemburgo, Itália e Suíça. Estes países permanecem os principais destinos da emigração cabo-verdiana, a par dos Estados Unidos, Espanha e Angola. Actualmente, existem várias gerações de descendentes de cabo-verdianos em diversos países, num quotidiano marcado por situações diversas, mas onde predomina o baixo nível de participação na esfera política e no espaço público.

PARTE B: Padrões migratórios actuais no seio do contexto de desenvolvimento

B.1 Desenvolvimento, alterações demográficas e migração

O estudo do perfil da pobreza em Cabo Verde indica que em 2002, 172.727 indivíduos, representando 36,7% da população, são considerados pobres, com uma despesa de consumo por ano de 43.250 CVE[3] (392,237 EUR). A maioria reside no meio rural (62%).

Entre os pobres consideram-se ainda aqueles que são muito pobres, isto é, 92.828 indivíduos que têm uma despesa igual ou inferior a 28.833 CVE (261.488 EUR). Representam 86% dos pobres e 20% da população nacional. A maior parte reside também no meio rural (68%) (IDRF 2001/2002, 2004) (anexo I, quadro 13).

A nível das ilhas, constata-se que Santo Antão é a que detém a maior incidência de pobreza com 54% da população a viver abaixo do limiar de pobreza (anexo I, quadro 14). Enquanto que os dois maiores centros urbanos, Praia Urbana (20%) e S. Vicente (26%), registam os menores níveis de incidência da pobreza (IDRF 2001/2002, 2004).

Cabo Verde tem procurado combater a pobreza, designadamente, através da elaboração de programas específicos como o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) (anexo I, quadro 15).

Em 2004 e 2007 foram realizados inquéritos pelo Banco Mundial (BM), Instituto Nacional de Estatística (INE) e Direcção Geral do Plano (DGP) que apontam para uma diminuição da população em situação de pobreza absoluta entre 1988-89 e 2001-2002, de 49 para 37% (DECRP II, 2008). Os dados do Questionário Unificado sobre Indicadores Básicos de Bem-Estar (QUIBB, 2007) indicam uma redução da pobreza em dez pontos percentuais, passando de 36,7% (IDRF, 2001/2002) para 26,6% (QUIBB, 2007). A pobreza continua a ter maior incidência junto da população rural, com 44,3%, enquanto atinge 13,2% da população urbana (QUIBB, 2007). Entretanto, a taxa de pobreza apenas diminuiu entre os agregados familiares chefiados por homens, passando de 25,7% para

[3] CVE = Escudos cabo-verdianos; 1 EURO = 110,265 CVE: este valor é fixo no âmbito do acordo de cooperação cambial assinado entre Portugal e Cabo Verde em 1993 e que estabelece a paridade com a moeda portuguesa e mais tarde com o Euro.

21,3%, enquanto que para os chefiados por mulheres passou de 30,9% para 33%, conforme o IDRF 2001/2002 e QUIBB 2007, respectivamente.

O país é conhecido pela boa capacidade de gestão dos recursos postos à sua disposição através da cooperação internacional, embora tenha que encaminhar grande parte dessas ajudas para o sector alimentar (anexo I, quadro 16).

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano, Cabo Verde apresenta o valor de 708 para 2009, ocupando a 121ª posição no ranking de países (RDH, 2009).[4]

O PIB real registou um crescimento anual médio de 5,7% no período entre 2000 e 2005, atingindo 10,8 por cento em 2006 e relativamente a 2007 e 2008 as projecções indicam um crescimento de cerca de 7 e 8 por cento, respectivamente (DECRP II, 2008; INE, 2009). Em 2004 o PIB per capita foi 1.975 dólares (175 milhares de escudos) e as projecções para 2008 apontam para 3.236 dólares (260 milhares de escudos). E a taxa de crescimento do PIB per capita, observada em 2004, foi 11,9%, projectando-se que passe de 19,3% (2007) para 11% (2008), depois de se ter estimado 15,6% para 2006 (anexo I, quadro 17).

Quanto ao contributo dos ramos de actividade para o PIB, os dados do EDME (2008), referentes ao período 1980-2006, revelam que entre os ramos que perderam peso se encontram a agricultura, a pecuária e a silvicultura (12% para 7%); a construção (17% para 16%); e o comércio (24% para 16%). Ao passo que os ramos da indústria, energia, transportes e comunicações, hotelaria e restauração viram aumentar o respectivo peso no PIB. O destaque vai para o sector dos transportes e comunicações que passaram de 11% em 1980 para 20% em 2006. O peso do ramo da indústria e energia subiu de 8% para 11% e hotelaria e restauração passou de 1% para 4% (anexo I, quadro 18).

Em 2008 a população de Cabo Verde foi estimada em 499.796, da qual 51,6% são mulheres, sendo a taxa de crescimento anual médio da população 1,7% (INE, 2008). O rácio de dependência relativo ao ano de 2008 é 0,69.

A distribuição da população por grupos de idades ilustra a juventude da população cabo-verdiana. Contudo, talvez merecesse alguma atenção o facto de se observar uma rápida quebra do nível de fecundidade em todas as idades, quando se comparam os resultados dos inquéritos demográficos e de saúde reprodutiva realizados em 1998 e 2005. Segundo o Inquérito Demográfico e de

[4] http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf

Saúde Reprodutiva (IDSR-II, 2005) a fecundidade terá passado de 4,1 filhos para 2,9 filhos o que significa que se terá observado uma redução de mais de uma criança por mulher num período de 7 anos.

Quadro 1: Distribuição da população por grupos de idade e sexo, 2008

Grupo Etário	%		
	Total	Masc	Fem
Menores de 15 anos	17,8	17,6	35,4
Menores de 25 anos	29,7	29,6	59,3
15 – 64 anos	28,5	30,7	59,1
65 e mais	2,2	3,3	5,5

Fonte: INE (2000).

Os fluxos emigratórios têm conhecido uma redução ao longo das últimas décadas. Passam de 4.800 emigrantes em média anual no período 1971–1980 para 2.200 em 1981-1990 (MNECC, 2004).

Tanto a taxa de migração que expressa o número de migrantes por cada mil habitantes, como a migração líquida, que revela a diferença entre o número de imigrantes e o de emigrantes, têm vindo a diminuir.

A taxa de migração líquida passa de -19,1 migrantes por mil habitantes, referente ao período 1970–1975, para -5,1 relativamente a 2005–2010. Embora se tenha registado um aumento de 1995 a 2000, que alcançou o valor -5,7.

A tendência de diminuição do fosso entre o volume de imigrantes e o de emigrantes é ilustrada pelos valores da migração líquida. Espera-se que de 2005 a 2010 e 2010 a 2015 a migração líquida se mantenha nos -3 por mil habitantes por ano. Continuando assim abaixo dos -5 por mil habitantes por ano verificado nos períodos de 1970-1975 e 1975-1980 (DPNU, 2009b). Pressupondo o aumento do número de imigrantes e a diminuição do número de emigrantes.

Relativamente à **força de trabalho**, verifica-se que em 2006 a população activa era de 183.254, isto é, 61.190 e 11.941 acima do volume da força de trabalho de 1980 e de 2000, respectivamente (DECRP II, 2008).

Os homens constituem 48,7% da população urbana e as mulheres 51,3%. 47,7% da população rural são indivíduos do sexo masculino e 52,3% são do feminino. Sublinha-se que no meio rural, em termos de qualidade de vida, o fosso entre homens e mulheres, torna-se maior, como refere o QUIBB em 2007.

A **taxa de desemprego** observada em 2007 é 17,8% para os homens e 25,7% para as mulheres (QUIBB, 2007). No que se refere aos jovens, o EDME considera que o desemprego afecta particularmente esta camada da população. Este estudo chama a atenção para o facto de a proporção de desempregados entre os activos dos 15-24 anos ser de 33 em cada 100, valor superior à média nacional que é de 18 em cada 100 activos no desemprego. Por outro lado, a taxa de desemprego da população dos 25–34 anos é quase igual à média nacional e diminui com a idade para 6 e 2% entre os 55-64 anos e 65 anos ou mais. Verifica-se ainda que em todas as ilhas o nível relativo do desemprego, entre a população jovem dos 15–24 anos, é superior ao da média da ilha.

O trabalho informal constitui uma das características centrais do mercado de trabalho em Cabo Verde. Os dados do EDME (2008) revelam que 70% (105.680) do total dos empregados (149.680) trabalhavam sem contrato, o que equivale dizer sem qualquer vínculo laboral, o que no caso das empregadas domésticas atinge 95%.

A percentagem de **pessoas com educação superior** é 3% em 2007, segundo os dados do QUIBB.

B.2 Imigrantes

Para se proceder à análise relativa das migrações em Cabo Verde foram consideradas fontes nacionais de dados como as do INE, DEF, Instituto das Comunidades (IC), BCV, Direcção Geral do Trabalho (DGT), Direcção Geral dos Registos Notariado e Identificação (DGRNI) e o extinto IAPE. A nível internacional consideraram-se os dados da DPNU, OCDE, Alto Comissariado para os Refugiados (ACNUR), BM e Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias (ICMPD).[5] Para além de teses e relatórios, consultaram-se ainda fontes secundárias, tais como revistas e jornais, impressos e em linha, entre os quais a *Revista de Estudos Cabo-Verdianos* da Universidade de Cabo Verde (REC Uni-CV); *A Nação,* da imprensa escrita; e *Inforpress* e *Panapress* que se encontram disponíveis na internet.

Consideramos que os dados do Censo de 2000 (ver INE, 2001) são problemáticos para a análise da população imigrante em Cabo Verde. E isso porque o recurso ao "método da última migração", que permite revelar uma dimensão significativa do contingente de imigrantes, acaba também por englobar cidadãos cabo-verdianos que tenham estado no exterior nos últimos seis meses,

[5] A designação original em inglês é *International Centre for Migration Policy Development*.

assim como aqueles que detêm dupla nacionalidade. O que levanta questões qualitativas não desprezíveis, na medida em que estes não estão expostos à sociedade do mesmo modo que estaria um estrangeiro, designadamente, em relação ao mercado de trabalho, às interacções quotidianas, seja com instituições formais ou redes de vizinhança, à opção pelo local de residência, etc.

Analisando os resultados do Censo de 2000, constata-se que do total de 20.287 indivíduos apresentados como imigrantes apenas 3.952 têm efectivamente nacionalidade estrangeira. O total dos que detêm a nacionalidade cabo-verdiana e a dupla nacionalidade perfazem, em conjunto, cerca de 80,3%, criando deste modo sérios enviesamentos a todas as análises subsequentes.

Os dados da DEF podem ser importantes para a obtenção de mais elementos de caracterização sobre os imigrantes. Contudo, é preciso ter em consideração que representam apenas uma parte do total de imigrantes, uma vez que abrangem somente os imigrantes aos quais foi atribuída uma autorização de residência. Por isso, os dados da DEF não são comparáveis aos da DPNU, que na maioria dos casos são obtidos a partir de censos realizados em períodos à volta de dez anos e com base no local de nascimento, o que permite identificar os nascidos no estrangeiro.

Tomando em consideração os dados da DEF (2009), constata-se que foram atribuídas um total de 6.193 autorizações de residência no período entre 1976 e 2008. Com um largo predomínio de indivíduos de sexo masculino, 74%, ao passo que 26% são mulheres.

- **Número total de imigrantes**

Devido às razões apontadas acima, utilizam-se os dados da DPNU (2009a),[6] para se proceder à análise do número de imigrantes em Cabo Verde, como forma de evitar os problemas encontrados na utilização dos dados do Censo de 2000. O DPNU (2009a) estima que no ano 2000 havia 10.375 imigrantes em Cabo Verde, correspondendo a 2,4% da população total. 5.229 seriam do sexo feminino e 5.146 do sexo masculino, o que faz com que as mulheres representem 50,4% do total de imigrantes. As estimativas para 2010 apontam para o aumento do número de imigrantes que atinge um total de 12.053, tendência que se tem verificado desde 1990. Em relação à percentagem da população tem-se verificado uma oscilação entre 2,3 e 2,5%. Com uma ligeira diminuição de 2,5 (1990) para 2,3 (2005) e ligeira subida para 2,4 prevista para 2010.

[6] http://esa.un.org/migration

- **Principais países de origem**

Com base nos dados da *Global Migrant Origin Database*[7] (quadro 2) criado pelo Development Research Centre on Migration, Globalisation and Poverty (DRC) da Universidade de Sussex, constata-se que o grupo dos cinco principais países de origem dos migrantes que se encontram em Cabo Verde é constituído por São Tomé e Príncipe (35%), Angola (22%), Portugal (16%), Guiné-Bissau (8%) e Itália (3%).

Por outro lado, também pode ser interessante analisarem-se os dados referentes às autorizações de residência atribuídas pela DEF. Considerando as autorizações de residência atribuídas de 1976 a 2008, constata-se que os principais países de origem são a Guiné-Bissau (19,8%), Portugal (13,8%), China (13,7%), Nigéria (11,5%) e Senegal (11,3%). Estes cinco países totalizam cerca de 70,1% das autorizações de residência atribuídas no período em análise. 74,2% correspondem a homens e 25,8% a mulheres. 35,1% pertence à categoria de idades compreendida entre os 30 e os 39 anos.

Não deixa de ser curioso verificar que Angola e São Tomé e Príncipe não figuram entre esses cinco países. Talvez essa ausência se deva ao facto de os migrantes oriundos desses dois países já terem adquirido a nacionalidade cabo-verdiana, o que os exclui da lista de autorização de residências emitidas pelas autoridades nacionais, neste caso a DEF. Também se pode considerar a hipótese de essa ausência estar relacionada com a imigração irregular proveniente desses dois países.

Quadro 2: Stock de imigrantes com base em censos próximos do ano 2000

País de origem	%
São Tomé e Príncipe	35
Angola	22
Portugal	16
Guiné-Bissau	8
Itália	3
Outros	16
Total	**100**

Fonte: DRC Sussex Global Migrant Origin Database (2007).

[7] Trata-se da base de dados do Development Research Centre on Migration, Globalisation and Poverty da Universidade de Sussex http://www.migrationdrc.org/research/typesofmigration/global_migrant_origin_database.html Note-se que esta base de dados é constituída por informações que foram recolhidas a partir dos resultados dos censos realizados pelos respectivos países à volta do ano 2000.

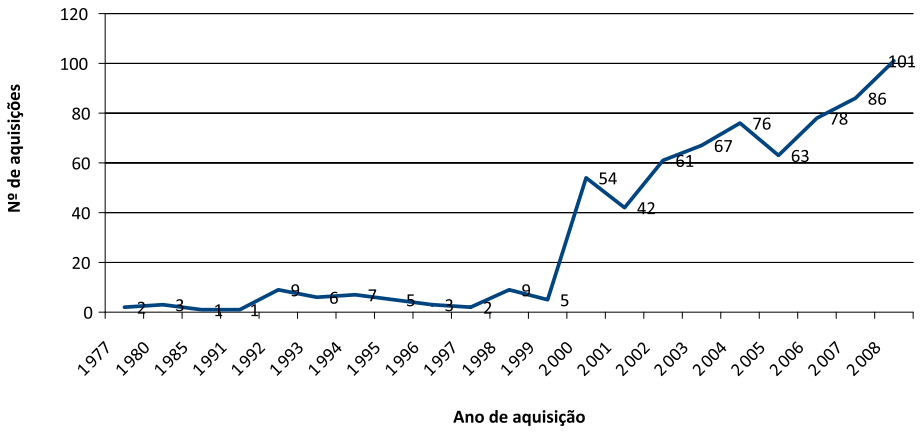
- **Naturalizações**

São tomados em consideração os indivíduos estrangeiros que adquiriram a nacionalidade cabo-verdiana através de casamento, por naturalização e por serem menores, conforme o estabelecido na lei de nacionalidade.[8] Os dados aqui apresentados não incluem os descendentes de cabo-verdianos.

De acordo com os dados da DGRNI, no período entre 1977 e 2008, foi atribuída a nacionalidade cabo-verdiana a um total de 681 indivíduos, não chegando a alcançar 1% da população do país. Entre as nacionalidades atribuídas, cerca de 67% são indivíduos do sexo masculino e 33% do feminino.

Considerando a evolução das atribuições ao longo do período em análise (figura 1), nota-se que é a partir do ano 2000 que se começa a verificar um aumento ligeiramente mais significativo de ocorrências, tendo-se registado o valor mais alto em 2008 com um total de 101 casos de aquisição da nacionalidade cabo-verdiana (14,8%).

Figura 1: Aquisição de nacionalidade cabo-verdiana, 1977–2008



Fonte: Organização a partir de registos da DGRNI (2009).

Entre as cinco nacionalidades de origem, cujos titulares tenham adquirido a nacionalidade cabo-verdiana, estão os nacionais da Guiné-Bissau (18,1%), de Portugal (9,5%), do Senegal (9,5%), da Nigéria (9,4%) e de Cuba (7,5%).

[8] Lei nº 80/III/90 de 29 de Junho alterada pelas leis n.º 41/IV/92 de 6 de Abril e 64/IV/92 de 30 de Dezembro; Decreto-Lei n.º 53/93 de 30 de Agosto alterado pelo Decreto-Lei n.º 29/2000 de 24 de Abril; Portaria nº 39/93 de 18 de Outubro de 1993; Portaria n.º 5/76 de 28 de Fevereiro; Portaria n.º 29/2001 de 9 de Julho.

Quadro 3: Aquisição de nacionalidade cabo-verdiana, segundo os dez principais países de nacionalidade de origem, 1977–2008

País de nacionalidade de origem	Nº de indivíduos	%
Guiné-Bissau	123	18,1
Portugal	65	9,5
Senegal	65	9,5
Nigéria	64	9,4
Cuba	51	7,5
China	44	6,5
Itália	27	4,0
Guiné Conacri	21	3,1
França	20	2,9
Rússia	20	2,9
Outros	181	26,6
Total	**681**	**100**

Fonte: Organização a partir de registos da DGRNI (2009).

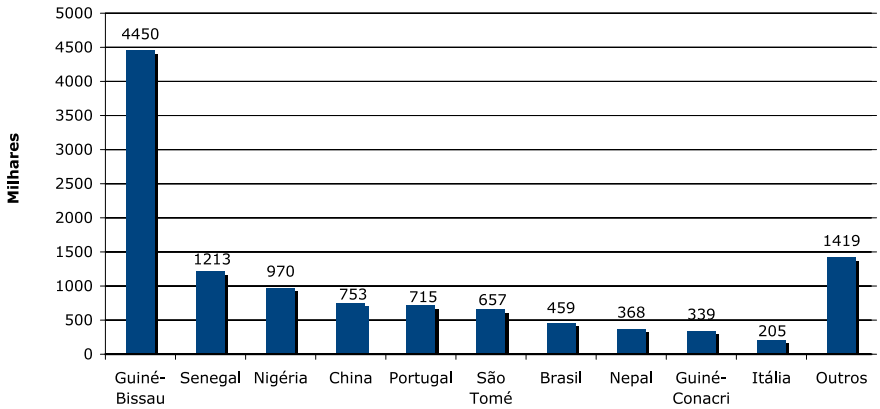
No que se refere ao tipo de aquisição cerca de metade é por casamento, 35% é por naturalização e 15% está relacionado com a aquisição da cidadania cabo-verdiana por parte de menores.

- **Vistos de entrada**

Ao todo, nos anos de 2004, 2005, 2007 e 2008, foram concedidos 11.548 vistos em Cabo Verde (figura 2). Este montante diz respeito aos diferentes tipos de vistos e englobam os de entrada, múltiplas entradas, residência e turismo.

Entre os cinco países cujos nacionais mais obtiveram vistos encontram-se a Guiné- Bissau (38,5%), Senegal (10,5%), Nigéria (8,7%), China (6,5%) e Portugal (6,2%).

Figura 2: Vistos de entrada em Cabo Verde, 2004, 2005, 2007 e 2008



Fonte: organização a partir de registos da DEF (2009).

- **Pedidos de vistos de entrada indeferidos**

Nos anos de 2005, 2007 e 2008 foram indeferidos 895 pedidos de vistos ordinários (quadro 4). Os nacionais da Guiné-Bissau (55%) representam pouco mais de metade do total de vistos indeferidos nesses três anos. Outros países como o Senegal (16%), a Nigéria (15%), China e Guiné-Conacri, com (3%) cada, completam a lista dos cinco países cujos nacionais mais viram indeferidos os seus pedidos de visto (DEF 2009).

Quadro 4: Pedidos de visto de entrada indeferidos, 2005,2007 e 2008

	2005	2007	2008	Total	% Total
Guiné Bissau	264	140	87	491	55
Senegal	62	68	14	144	16
Nigéria	37	83	15	135	15
China	5	20	2	27	3
Guiné Conacri	6	14	4	24	3
Outros	22	36	16	74	8
Total	396	361	138	895	100

Fonte: Organização a partir de registos da DEF (2009).

B.2.1 Refugiados/em busca de asilo

Não existem dados quanto a refugiados e pessoas em busca de asilo, uma vez que Cabo Verde não aderiu à Convenção de Genebra de 1951. Contudo,

os direitos fundamentais dos imigrantes são salvaguardados no âmbito da Constituição da República e dos diversos tratados e convenções sobre os direitos humanos a que Cabo Verde está vinculado.

B.2.2 Imigrantes trabalhadores

Relativamente ao tipo, os imigrantes que se encontram em Cabo Verde são sobretudo trabalhadores.

- **Profissões e sectores de actividade dos imigrantes trabalhadores**

Devido aos problemas referidos anteriormente, os dados do Censo de 2000 não podem ser utilizados para analisar características de imigrantes. Nem as bases de dados da DPNU e da DRC podem ser utilizadas, uma vez que não incluem informações sobre profissões e sectores de actividade dos imigrantes. Por isso, os dados a serem utilizados para esta análise serão os da DEF. É de sublinhar que estes dados se referem apenas aos imigrantes que receberam a autorização de residência entre 1976 e 2008 e não a todos os imigrantes em Cabo Verde. Segundo as autorizações de residência atribuídas, o sector de actividade dos serviços congrega cerca de 89% dos imigrantes, ficando o secundário com 10,7% e o sector primário com apenas 0,3% desta mão-de-obra imigrante. Em relação aos grandes grupos de profissões, o que aparece com mais imigrantes é o do *Pessoal dos Serviços e Vendedores* que abrange cerca de 39%. Se a este valor se somarem os *Trabalhadores não qualificados* e os *Operários e artífices*, ambos com 9% cada, então 57% de autorizações de residência concedidas estariam inseridas nestes três grandes grupos de profissões. Note-se que os grupos 1 e 2, constituídos por executivos, quadros superiores e especialistas, representam cerca de 1/3 das autorizações concedidas. Pode-se colocar a hipótese de esta sobre-representação poder estar ligada a iniciativas de investimento externo e à cooperação internacional, e a uma maior facilidade na obtenção da autorização de residência associada a estas categorias.

Ao comparar a distribuição entre homens e mulheres (anexo I, figura 4), verifica-se que a maior concentração de autorizações de residência atribuídas aos homens dá-se no grupo de *Pessoal dos serviços e vendedores* (39%) seguido dos *Especialistas das profissões intelectuais e científicas* com cerca de metade (19%) daquele. Igualmente, entre as mulheres são estes dois grupos que representam as maiores parcelas, mas de forma equilibrada, com 37% cada. Seguem-se os *Membros do executivo e dos corpos legislativos e quadros superiores da administração pública,* com 9%.

Os *Operários, artífices e trabalhadores similares* e os *Trabalhadores não qualificados* representam ainda um conjunto importante entre os homens, recaindo sobre cada um 11% das autorizações concedidas.

Quadro 5: Distribuição de autorizações de residência, segundo grandes grupos de profissões, 1976–2008

Classificação	Frequência	%
Pessoal dos serviços e vendedores	2.234	39
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	1.280	23
Membros do executivo e dos corpos legislativos, quadros superiores da administração pública	539	10
Trabalhadores não qualificados	518	9
Operários, artífices e trabalhadores similares	498	9
Técnicos e profissionais de nível intermédio	333	6
Pessoal administrativo e similares	116	2
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	69	1
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, criação de animais e pescas	30	1
Forças armadas	2	0
Total	**5.619**	**100**

Fonte: Cálculos a partir da base de dados da DEF (2009).

A análise da distribuição das autorizações de residência segundo os sectores económicos (quadro 6) torna evidente a concentração que se verifica no sector que engloba o comércio, a restauração e a hotelaria, com o valor de 42,3%. Pode até ser efeito da expressão bastante significativa que detêm as categorias de vendedores ambulantes e de feiras. No entanto, é curioso notar que o sector da construção conta com apenas 5,9% das autorizações concedidas. Talvez os números observados neste sector se devam à hipótese de a maior parte de os imigrantes que trabalham na construção civil estar em situação irregular, ou ainda dentro do período que não obriga à obtenção da autorização de residência, como é o caso dos nacionais da CEDEAO. É que o cruzamento de outras fontes, sobretudo de cariz qualitativa, sugere que o sector da construção civil também concentra muitos imigrantes, sobretudo os oriundos do continente africano (ver Rocha, 2009; A Nação, 2009a) e que se encontram inseridos no mercado laboral, em grande parte, numa base informal. Segundo o INE a projecção da população na ilha da Boa Vista, para o ano de 2009, é cerca de 6.000 habitantes. Já fontes da câmara municipal local estimam que estejam a viver na ilha à volta de 2.000 imigrantes, que trabalham sobretudo no sector da construção civil. São na sua maioria originários de países da CEDEAO. O que corresponderia a cerca de 1/3 da população local.

Quando se analisa a distribuição de autorizações de residência, segundo sectores económicos e na perspectiva do género (anexo I, figura 5), constata-se que, embora as concentrações sigam as tendências gerais observadas, o facto é que existem diferenças significativas entre homens e mulheres.

No sector do *Comércio, restauração e hotelaria* estão inseridos 50% de homens, ao passo que as mulheres perfazem o total de 37%. Por outro lado, as mulheres predominam no sector dos *Serviços públicos pessoais e sociais,* onde atingem 27%. O total de homens é 10%. É de salientar a significativa concentração de homens na *Construção,* com 7%. Sublinha-se ainda o facto de se verificarem percentagens importantes – 28% e 23% entre mulheres e homens, respectivamente – aos quais não corresponde nenhum sector económico nos registos de dados analisados.

Quadro 6: Distribuição de autorizações de residência, segundo sectores económicos, 1976–2008

Sectores económicos	Frequência	%
Comércio, restaurante e hotéis	2.617	42,3
Actividades não definidas	1.32	21,3
Serviços públicos, pessoais e sociais	783	12,6
Construção	331	5,9
Indústria manufactureira	323	5,7
Transportes e comunicações	106	1,7
Energia	91	1,6
Agricultura e pescas	39	0,7
Banca e seguros	9	0,2
Total	**5.619**	**100**

Fonte: Cálculos a partir da base de dados da DEF (2009).

- **Distribuição geográfica de imigrantes por concelho**

É de se assinalar que nos quadros 5 e 6 onde se representa a distribuição de autorizações de residência, segundo grandes grupos de profissões e segundo sectores económicos, respectivamente, não são considerados 574 indivíduos pertencentes às categorias aposentado (16), doméstica (188), estagiário (1), estudante (197), pensionista (12), voluntário (7), reformado (35) e sem profissão (118). A soma deste conjunto aos 5.619 considerados para as distribuições acima referidas, perfaz o total de 6.193, correspondente à totalidade de autorizações de residência concedidas no período de 1976 a 2008 (quadro 7).

No que se refere à distribuição por concelho (quadro 7) é preciso notar que os dados apontam, com base na atribuição de autorizações de residência pela DEF, para que os principais concelhos sejam: Praia (64%), São Vicente (9,8%), Santa Catarina (6,6%), Sal (5,8%) e Santa Cruz (2,3%). Simultaneamente, várias informações dão conta do significativo número de imigrantes que vive nas ilhas da Boa Vista e do Sal. Pressupõe-se que não apareçam nos dados oficiais por estarem em situação irregular. A distribuição segundo o sexo segue a tendência global observada, mantendo com ligeiras oscilações as proporções entre homens e mulheres.

Quadro 7: Distribuição de imigrantes, com autorizações de residência, por concelho, 1976–2008

Concelho	Frequência	%
Praia	3.988	64,4
Santa Catarina (Santiago)	409	6,6
São Vicente	607	9,8
Sal	357	5,8
Santa Cruz	141	2,3
São Filipe	137	2,2
Boa Vista	132	2,1
Outros	422	6,8
Total	**6.193**	**100**

Fonte: Cálculos a partir da base de dados da DEF (2009).

B.2.3 Estudantes estrangeiros

No que se refere aos estudantes, verifica-se que, no período entre 1976 e 2008, 197 estudantes estrangeiros em Cabo Verde receberam ao todo as respectivas autorizações de residência, o que corresponde a 3,2% do total de autorizações concedidas (DEF, 2009). Actualmente, não há informações disponíveis que permitam aferir o nível de ensino em que esses estudantes estão inscritos.

B.2.4 Turistas e visitantes

O INE distingue, entre os turistas internos residentes em Cabo Verde, os que são detentores da nacionalidade cabo-verdiana e os estrangeiros. O quadro 8 mostra que tem havido um crescimento, com maior destaque, sobretudo, a partir de 2004.

Contudo, o número de turistas em Cabo Verde tem vindo a aumentar desde 2001. No ano de 2008 regista-se um aumento de cerca de 45% em relação a 2004. Dados do INE indicam que 333.354 turistas entraram nas unidades hoteleiras de Cabo Verde. Das dormidas, a maior parte corresponde a turistas do Reino Unido, com cerca de 23,2%, seguidos da Itália com 18,6%, Portugal com 14,9% e a Alemanha com 13% (INE 2009).

Quadro 8: Distribuição de turistas por nacionalidade, 2004–2008

Nacionalidade		Ano				
		2004	2005	2006	2007	2008
Turista interno	Caboverdeana	26.767	34.375	37.508	44.083	44.039
	Estrangeira	919	1.329	1.332	1.609	4.174
África do Sul		10.034	9.432	4.659	307	193
Alemanha		14.433	21.121	30.485	31.329	32.705
Áustria		703	938	1.326	971	876
Bélgica+Holanda		4.159	5.121	10.675	7.879	8.632
Espanha		10.281	7.626	7.800	8.711	9.880
Estados Unidos		1.472	2.102	5.949	4.932	4.004
França		11.160	14.284	25.145	23.646	21.057
Reino Unido		824	2.284	5.106	46.688	51.680
Itália		55.200	69.728	65.109	46.324	48.956
Portugal		38.129	50.240	59.881	59.420	57.854
Suíça		1.415	1.976	2.437	3.197	2.669
Outros países		9.242	12.992	23.170	33.784	46.635
Total		**184.738**	**233.548**	**280.582**	**312.88**	**333.354**

Fonte: INE (2009).

B.2.5 Imigrantes irregulares estimados

Papademetriou (2005) refere-se à "medição do incerto" quando aborda a temática da estimativa de imigrantes irregulares, questão que tem sido caracterizada por contradições e incertezas. Sem discutir em que categoria estariam os valores que se apontam para o volume de imigrantes irregulares em Cabo Verde, isto é, se são estimativas com base em conjecturas ou aproximações grosseiras, o certo é que, o valor mais elevado que se encontrou na literatura referente ao país é o que aponta para a existência de cerca de 15 a 20 mil imigrantes irregulares em Cabo Verde em 2009, como indica o relatório *do International*

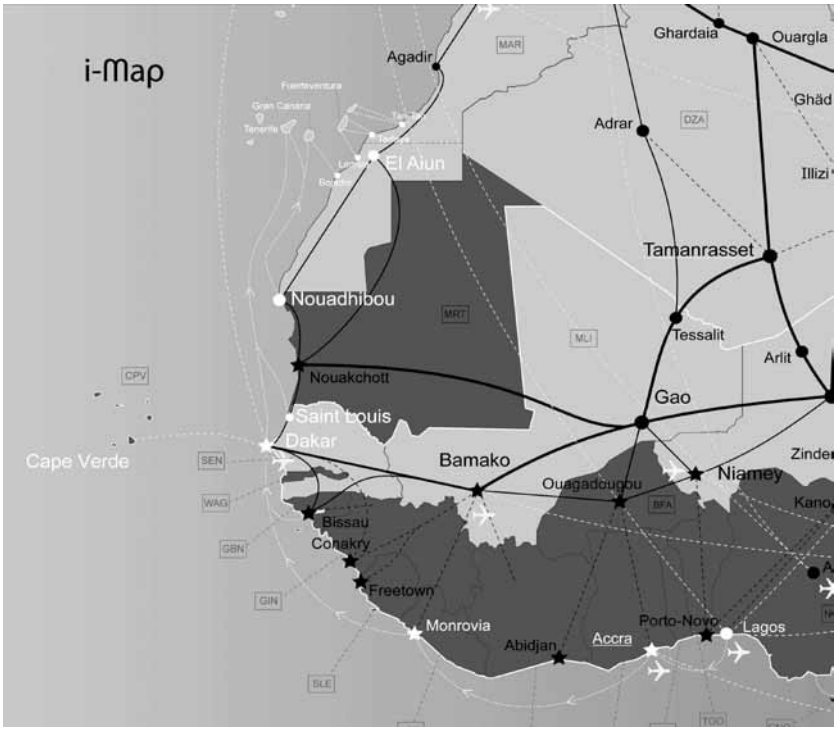
Centre for Migration Policy Development (ICMPD).[9] Embora não existam fontes com maior rigor e fiabilidade, também há estimativas que mencionam um total de 15 mil imigrantes irregulares (A Nação, 2009a). Sendo de notar ainda o facto de se estimar a presença de oito a 10 mil nacionais da Guiné-Bissau em situação irregular (A Nação, 2009b). De uma forma geral, julga-se que o conjunto de imigrantes irregulares é constituído sobretudo por entradas legais que acabaram por se transformar em permanências ilegais (Panapress, 2006). Essa tendência de passagem à ilegalidade, por parte de indivíduos que terão entrado legalmente, parece ser confirmada pelos dados de atribuição de autorizações de residência. Estes indicam que 77% estariam em situação irregular pelo facto de terem ultrapassado o respectivo período de validade. Contudo, a inexistência de uma capacidade administrativa de acompanhamento impede que se saiba qual terá sido o motivo determinante. Se, por exemplo, o imigrante adquirir a nacionalidade cabo-verdiana, ou até mesmo sair do país, tais situações podem igualmente levar à não renovação da autorização de residência.

- **Imigrantes apreendidos no território**

Com base nos dados disponibilizados pela DEF, calcula-se que, entre 2006 e 2008, foram realizadas 668 apreensões relacionadas com embarcações clandestinas. Dados que apontam para a dimensão relativamente reduzida deste fenómeno em Cabo Verde. Constatação partilhada pelos resultados da implementação da Operação Conjunta Hera 2009, da Frontex, em que não se confirma a ameaça de que Cabo Verde esteja a transformar-se em país de trânsito de migrantes com a intenção de chegar à Europa (ICMPD, 2009). Embora também seja levantada a hipótese de a fraca expressão desses números poder estar relacionada com a reduzida capacidade de vigilância, uma vez que há notícias, por exemplo, que dão conta de estrangeiros noutras ilhas solicitando informações sobre o caminho a seguir para chegarem aos principais centros urbanos - Praia e Mindelo (Inforpress, 2008a). Além do facto de já terem sido encontradas embarcações vazias, abandonadas junto à costa (Inforpress, 2008b; 2008c). Entretanto, as autoridades cabo-verdianas têm procurado reforçar a capacidade de vigilância e patrulhamento através de cooperação internacional.

[9] Trata-se da publicação *Cabo Verde, avaliação de necessidades em matéria de asilo e migração* (2009), financiado pelo Ministério de Assuntos Estrangeiros da Holanda em que, na nota nº 16, inserta na página 18, se pode ler que "Até ao ano 2000, a população total de imigrantes em Cabo Verde era de aproximadamente 11.000 pessoas (...). Em 2009, estes números tinham aumentado para cerca de 15.000 a 20.000 (Nota de contexto da Frontex sobre Problemas da Imigração Ilegal que Afectam Cabo Verde (Illegal Immigration Issues Affecting Cape Verde) – Referência: 2604/11.03.2009".

Figura 3: Rotas migratórias da África Ocidental



Fonte: ICMPD (2010).

O Gana e o Senegal com 46 e 17%, respectivamente, representam os principais países de origem dos imigrantes apreendidos em embarcações clandestinas (quadro 9). Segue-se um segundo grupo constituído por Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Nigéria, Gâmbia e Mali que, em conjunto, representam cerca de 32%.

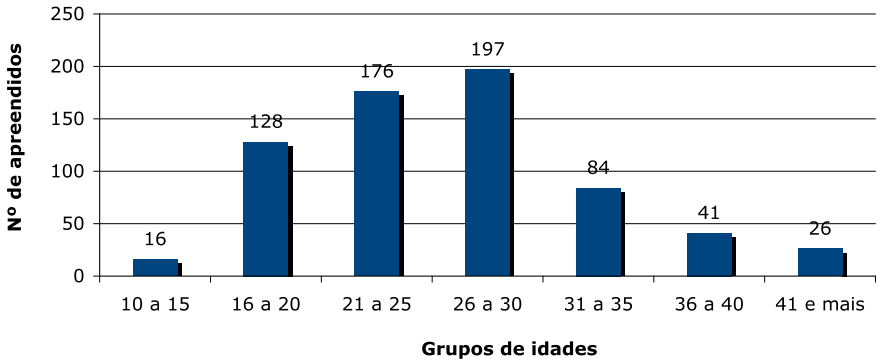
Quadro 9: Estrangeiros apreendidos em situação de imigração clandestina, 2006–2008

País de nacionalidade	Nº de apreendidos	%
Ghana	311	46
Senegal	116	17
Guiné Conacri	51	8
Guiné Bissau	45	7
Nigéria	41	6
Gâmbia	38	6
Mali	31	5
Costa do Marfim	13	2
Outros	22	3
Total	**668**	**100**

Fonte: Cálculos a partir de registos da DEF (2009).

No que diz respeito à idade, cerca de 76% têm menos de 30 anos, sendo de assinalar que 19% tem idade entre 16 e 20 anos, conforme ilustra a figura 4. Note-se ainda que entre os apreendidos apenas 2% são mulheres.[10]

Figura 4: Estrangeiros apreendidos em embarcações clandestinas, por grupos de idade, 2006–2008



Fonte: Organização e cálculos a partir de registos da DEF (2009).

- **Recusas de entrada**

No período de 2006 a 2008, as recusas de entrada verificaram um aumento, passando de 250 para 759. Uma taxa de aumento superior a 200%. Os cinco principais países cujos originários viram as entradas recusadas em Cabo Verde, em 2008, são: Guiné-Bissau (48%), Senegal (18%), Nigéria (16%), Guiné-

[9] Cálculos a partir dos registos da DEF (2009).

Conacri (4%) e Gâmbia (3%). Entre os restantes 11% há países como a Somália, Eritreia, Etiópia e Sri Lanka.

- **Estrangeiros repatriados**

Entre os estrangeiros repatriados de Cabo Verde, no período de 2003 a 2008 (quadro 10), as cinco primeiras nacionalidades correspondem a cidadãos oriundos do Gana (37%), Senegal (19%), Nigéria (11%), Guiné-Bissau (10%) e Guiné-Conacri (6%).

Quadro 10: Estrangeiros repatriados por ano, segundo a nacionalidade, 2003 a 2008

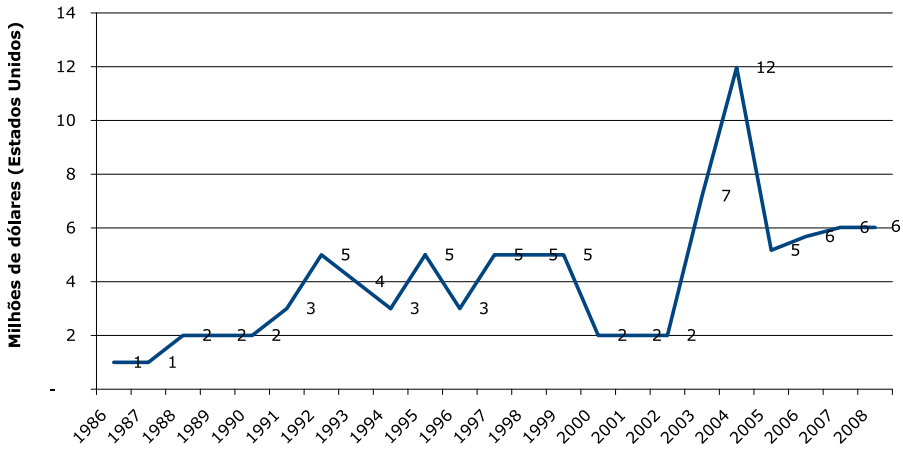
País de nacionalidade	Ano						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Gana	1	2	0	98	172	47	320
Senegal	0	4	0	35	20	105	164
Nigéria	0	0	1	1	16	75	93
Guiné Bissau	0	0	0	15	14	57	86
Guiné-Conacri	0	0	0	1	14	38	53
Gâmbia	0	0	0	11	4	25	40
Mali	0	0	0	1	31	0	32
Costa do Marfim	0	0	0	10	3	0	13
Outros	3	0	1	23	15	9	51
Total	4	6	2	195	289	356	852

Fonte: DEF (2009).

B.2.6 Remessas de imigrantes

A nível nacional não estão disponíveis dados relativos ao envio de remessas de imigrantes a partir de Cabo Verde. Nesse sentido torna-se bastante útil o recurso às informações disponibilizadas por organismos externos, como o Banco Mundial.

Figura 5: Evolução de remessas de imigrantes para fora de Cabo Verde, 1986–2008



Fonte: Banco Mundial (2009).

B.2.7 Principais dificuldades referidas por imigrantes

Face à inexistência de estudos abrangentes sobre os imigrantes em Cabo Verde, optou-se por recorrer à constituição de uma amostra – sem preocupação de representatividade estatística[11] – tendo em vista comprovar uma série de proposições que se prendem com o quotidiano de imigrantes no contexto cabo-verdiano. A realização de duas dezenas de entrevistas, entre as quais a dois líderes associativos, permitiu elaborar um rol de constrangimentos com que os imigrantes se deparam. O mais mencionado é a dificuldade de regularização da situação em Cabo Verde, referindo-se a existência de processos que aguardam deferimento há mais de cinco anos. Surgem também queixas de discriminação e humilhação, sobretudo nas entrevistas realizadas no momento da entrada nos aeroportos. A maioria dos entrevistados reconhece o baixo nível de escolaridade predominante entre os imigrantes e manifesta disponibilidade para participação em acções de formação profissional.

Entre os que se dedicam ao comércio, a obtenção do cartão de vendedor ambulante é apontado como um sério entrave à integração. Isto porque no processo de solicitação de autorização de residência há necessidade de comprovação do modo de subsistência que, neste caso, está assente na actividade de vendedor, cuja atribuição, por sua vez, está dependente da apresentação da autorização de residência, referem.

[11] Sobre casos de estudo que não se baseiam em representatividade estatística, mas sim analítica, ver Xavier Coller (2000), *Estudio de casos*, Cadernos Metodológicos, N.º 30, Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, p. 34.

Embora não existam dados disponíveis que permitam uma quantificação rigorosa, as entrevistas realizadas permitem colocar a hipótese de uma parte significativa de imigrantes em Cabo Verde estar a trabalhar no sector da construção civil. Tal ideia pode parecer em contradição com os dados referentes à atribuição de autorizações de residência (quadro 6), que ilustram o predomínio do sector do comércio, restauração e hotelaria. Daí a necessidade de estudos aprofundados que permitam compreender melhor essa realidade. É sobre o sector da construção que recaem várias reclamações. Desde logo, a inexistência de contratos de trabalho, ou o seu desrespeito quando existem. Alguns entrevistados relatam situações de desfasamento entre as horas estipuladas no contrato e as horas que trabalham efectivamente, começando antes da hora marcada e trabalhando até depois da hora de saída fixada no acordo contratual. Além do facto de efectuarem descontos cujos benefícios e destino desconhecem completamente.

Há imigrantes que revelam terem passado pela experiência da flutuação do ordenado, tendo já recebido montantes distintos prestando o mesmo serviço em diferentes empresas de construção. As diferenças chegam a ser mais acentuadas entre ilhas. A mesma empresa paga mais na ilha da Boa Vista do que na do Fogo. Isto porque nesta há maior disponibilidade de mão-de-obra local, enquanto que naquela há empresas de fornecimento de mão-de-obra que chegam a recrutar directamente nos países de origem dos imigrantes. É frequente relatarem situações de despedimento arbitrário e sem qualquer indemnização - sem que os sindicatos possam intervir - ficando por fazer todo o acompanhamento do caso até ao desfecho. Apresentam como justificação a dificuldade de localização e identificação dos responsáveis, a morosidade do processo, ou ainda a falta de dinamismo das entidades reguladoras e fiscalizadoras, designadamente, os sindicatos e a IGT.

No que diz respeito à participação política, as entrevistas realizadas permitem formular a hipótese de os imigrantes terem fraca participação em Cabo Verde. O que em parte também pode ser explicado pelo facto de a imigração ser recente, constituída sobretudo por indivíduos da primeira geração, ainda mais preocupados e voltados para o país de origem, e as questões de integração social e económica.

Outras reivindicações prendem-se com a disponibilização de espaços para práticas religiosas e a criação de condições facilitadoras da integração escolar dos seus descendentes, sobretudo nos casos em que a língua materna é distinta do português.

B.3 Emigrantes

Na análise da emigração de cabo-verdianos foram consideradas fontes nacionais de dados como o ex-IAPE, INE, IC e BCV. A nível internacional, consideraram-se os dados da DPNU, DRC, ACNUR, OCDE e Banco Mundial. Para além de teses e relatórios, utilizaram-se ainda fontes secundárias como a REC da Uni-CV e os jornais *Le Monde diplomatique*, impresso, e *A Semana*, na internet.

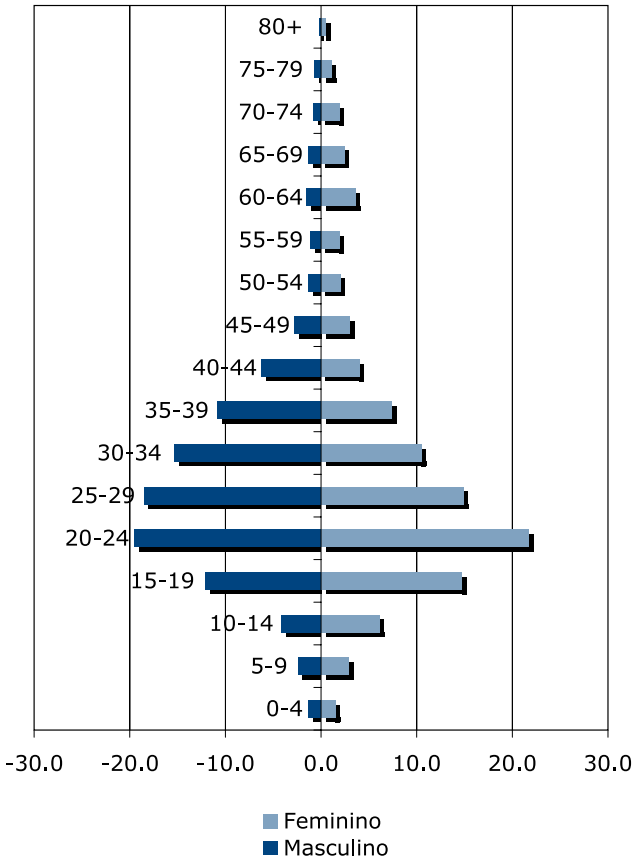
- **Número total de emigrantes e principais países de destino**

Segundo as fontes nacionais, existem apenas estimativas quanto ao número total de emigrantes cabo-verdianos que residem no estrangeiro. Consideram-se os dados do IAPE e os resultados do Censo de 2000. Os dados referentes a 1998, do antigo IAPE, apontam para 518.180 mil emigrantes, o que sustenta a tese de a população residente ser ultrapassada pela que se encontra no estrangeiro, espalhada por mais de vinte países. 264.900 nos Estados Unidos, 80 mil em Portugal, 45 mil Angola, 25 mil em França, 25 mil no Senegal, 20 mil em São Tomé e Príncipe, 16.580 na Holanda,12 mil em Espanha, 10 mil em Itália e 5.200 na Argentina. Estes são os dez países de destino mais importantes, em termos do volume de emigrantes (anexo I, quadro 19).

Segundo o Censo de 2000, no período compreendido entre 1995 e 2000 emigraram 12.206 cabo-verdianos, a maioria do sexo masculino (54%). Nesse período Portugal surge como o principal destino, tendo recebido cerca de 54% dos emigrantes cabo-verdianos, seguido dos Estados Unidos para onde se teriam dirigido 19%. Seguem-se a França (8%), Holanda (5%), Itália (2,2%), Espanha (2%) e Suíça (1,3%).

No que se refere à idade, há um predomínio de mulheres, tanto nas idades mais jovens, isto é, na faixa que vai até aos 24 anos, como na faixa a partir dos 44 anos. O que poderá estar relacionado com o facto de, em Cabo Verde, a mortalidade masculina começar a ser mais elevada do que a feminina a partir dos 45 anos, segundo a DPNU (2009c). Entre os 24 e os 44 anos há ligeiramente mais homens a emigrar do que mulheres, sendo esta a faixa em que ocorre o grosso das saídas (figura 6).

Figura 6: Pirâmide da idade dos emigrantes, 1995–2000

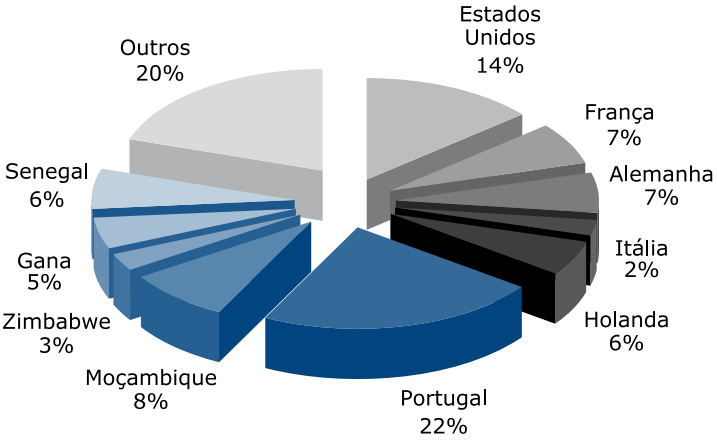


Fonte: INE, Migrações (2001).

Considerando os dados da DRC, que têm por base os censos realizados à volta do ano 2000, eles apontam para um stock de 199.644 emigrantes cabo-verdianos registados. Portugal (44,9 mil), Estados Unidos (27,6 mil), França (13,3 mil), Alemanha (13,2 mil), Senegal (12,6 mil), Holanda (11 mil) e Itália (4,7 mil) surgem de novo entre os dez destinos mais importantes da emigração com origem em Cabo Verde, por comparação com a estimativa do ex-IAPE já referida. No entanto, é de sublinhar o aparecimento nesse grupo de países como Moçambique (16,8 mil), Gana (9,9 mil) e Zimbabwe (5,3 mil), enquanto

deixam de figurar destinos como Angola, São Tomé e Príncipe e Argentina. Note-se que a comparação entre as duas fontes serve apenas para ilustrar o peso que determinados destinos têm na emigração cabo-verdiana. Isto porque os dados apresentados são elaborados com base em critérios bastante distintos. A estimativa do ex-IAPE fundamenta-se nos registos consulares. Os valores do DRC assentam na cidadania e no lugar de nascimento, tendo como base os dados recolhidos através de censos nacionais. Daí a possibilidade da existência de dados relativamente desfasados, em países que não tenham realizado censos por volta do ano 2000. O caso de Angola é ilustrativo, na medida em que não realiza censos há mais de três décadas (*Angola Digital*, 2006).

Figura 7: Stock de emigrantes de origem cabo-verdiana, dados por volta do ano 2000



Fonte: DRC Sussex Global Migrant Origin Database (2007).[12]

B.3.1 Refugiados/em busca de asilo

Relativamente à questão dos refugiados e pessoas em busca de asilo, Cabo Verde não tem tido situações de alarme nessa matéria, em consonância com o clima de paz de que o país tem beneficiado, sem registo de situações de conflito sangrento, guerra ou revolução (Semedo, 1998). Segundo os dados do ACNUR, relativamente à origem cabo-verdiana, havia, no início de 2008, sete casos pendentes de pedidos de asilo e de atribuição do estatuto de refugiado, sendo

[12] É preciso ter em atenção que os dados DO DRC (2007) "são gerados através da desagregação da informação sobre o stock de emigrantes em cada país ou economia de destino, segundo os resultados dos seus censos. O período de referência são os censos de população por volta do ano 2000, por isso os dados não se referem exactamente ao mesmo período de tempo. São stock e não fluxos de população no sentido estrito mas são, para a migração internacional, o equivalente a "migração duração de vida" nos estudos da migração interna". Tradução livre a partir de: http://www.migrationdrc.org/research/typesofmigration/global_migrant_origin_database.html

dois processados pelo ACNUR. No decorrer do mesmo ano dois casos foram encerrados e dois rejeitados, ficando sete pendentes. Três foram processados pela referida organização internacional. Considerando no seu todo a categoria de refugiado e de pessoas em situação semelhante à de refugiado - ou seja, pessoas às quais não foi atribuído o estatuto de refugiado, mas que se encontram fora do território de origem e enfrentam riscos de protecção semelhante aos de refugiado -, então o ACNUR calcula a existência de 30 indivíduos. São dados que espelham o reduzido impacto deste tipo de migrantes no contexto cabo-verdiano.

B.3.2 Emigrantes trabalhadores

- **Sectores de actividade**

Numa perspectiva bastante generalizada, pode-se considerar que os emigrantes cabo-verdianos têm sido sobretudo trabalhadores manuais sem qualificação profissional. As informações da base de dados da OCDE (2008),[13] relativas às áreas de emprego de emigrantes, permitem fazer um esboço da distribuição dessa população de origem cabo-verdiana no mercado de trabalho dos países dessa organização. Embora desde logo não contemple a França,[14] nem outros destinos no continente africano, ou mesmo da América do Sul - como o Brasil e a Argentina -, que constituem importantes pontos de fixação de cabo-verdianos no estrangeiro.

Esses dados revelam que quase metade (48,5%) dos emigrantes cabo-verdianos, nos países da OCDE, ocupam em conjunto três sectores: O da construção (24,7%), o fabril (14,7%) e o de serviços em lares e casas particulares (9,1%), como ilustra a figura 11 (anexo I).

Note-se que de uma forma bastante geral, tratam-se dos sectores do mercado de trabalho mais desfavorecidos, com horas de trabalho problemáticas, associados a complicações em termos de remuneração e socialmente desvalorizados, sobretudo pelos autóctones. É neste sentido que se regista uma concentração significativa de cabo-verdianos no sector de *Hotelaria e restauração* (8%). Sendo ainda de sublinhar o valor de 17% observado em conjunto para os sectores que englobam a *Imobiliária, aluguer e actividades económicas*, bem como *Vendas a grosso e a retalho, reparação de veículos a motor, motociclos e bens domésticos e pessoais*. Esta última concentração constitui uma pista para se analisar até que ponto existe um certo empreendedorismo no seio dos emigrantes cabo-verdianos.

[13] http://stats.oecd.org/index.aspx?lang=en

[14] Trata-se de dados da OCDE, extraídos em 10/12/2008, em que a França não está incluída na distribuição de imigrantes por nacionalidade, nível de educação e sector de actividade.

Antes de se considerar o caso de Portugal, com base nos dados dos censos de 1991 e 2001, é preciso chamar a atenção para o seguinte facto: Passados cerca de dez anos, os descendentes de cabo-verdianos, entre os quais muitos mantêm a nacionalidade cabo-verdiana, já têm perfis de inserção no mercado de trabalho muito diferenciados – nomeadamente as mulheres jovens. Entretanto, os censos de 1991 e 2001 revelam que a maior parte dos emigrantes cabo-verdianos trabalha nos sectores da construção civil, no que toca aos homens, e em serviços de limpeza e emprego doméstico no que toca às mulheres. São cerca de 90% nos referidos censos de 1991 e 2001 (Gomes e Baptista, 2002).

Ao analisarmos a distribuição por áreas de actividade, segundo o sexo, nota-se que surgem diferenças importantes (anexo I, figura 12). Grande parte dos homens encontra-se empregada no sector da construção (44,8%), seguida a uma distância significativa do sector fabril. Aliás é neste sector que se regista uma certa proximidade entre homens e mulheres (16,6% e 12,6%), à semelhança do que sucede no sector das vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos a motor, motociclos e artigos domésticos e pessoais (7,8% e 9,1%, respectivamente).

No que se refere às mulheres, a distribuição é mais diversificada e equilibrada. Se é certo que a maior parte desempenha as funções de empregada doméstica (18,3%), logo a seguir estão as que se dedicam aos sectores do imobiliário, arrendamento e actividades económicas (14%). Além da presença nas fábricas, já referida acima, uma parte importante das mulheres trabalha na hotelaria e na restauração, bem como no sector da saúde e trabalho social (11,8% em cada).

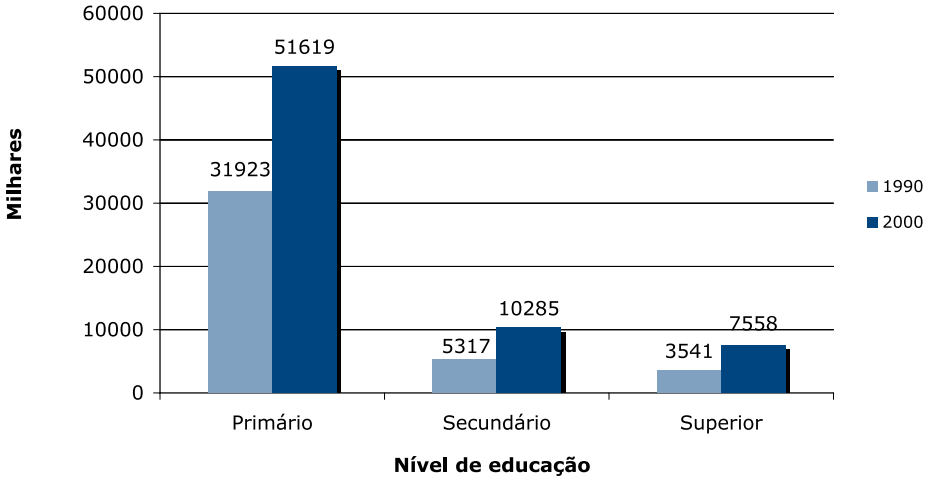
Também é de salientar a existência de uma parte significativa de emigrantes cabo-verdianos que ocupam sectores mais habilitados, constituídos por especialistas de profissões científicas, técnicas, liberais e similares. Daí que dados do Banco Mundial (2004), referentes ao ano 2000, apontem para o facto de Cabo Verde ter a mais alta taxa de emigração de indivíduos qualificados (67,5%) ao nível de países africanos.

- **Nível de educação**

A partir dos dados elaborados por F. Docquier et al (2007), tomando em consideração a dimensão do nível de instrução, há pelo menos duas características da emigração cabo-verdiana para países da OCDE que são sublinhadas. A primeira é o facto de a grande maioria se enquadrar no nível de educação primário, cujos registos apontam para 78% e 74% em relação aos anos

de 1990 e 2000 (figura 8). Contudo, em 2000, há um ligeiro aumento em relação aos níveis secundário e superior, facto que, em parte, poderá estar relacionado com o desenvolvimento do sistema educativo em Cabo Verde verificado nessa década.

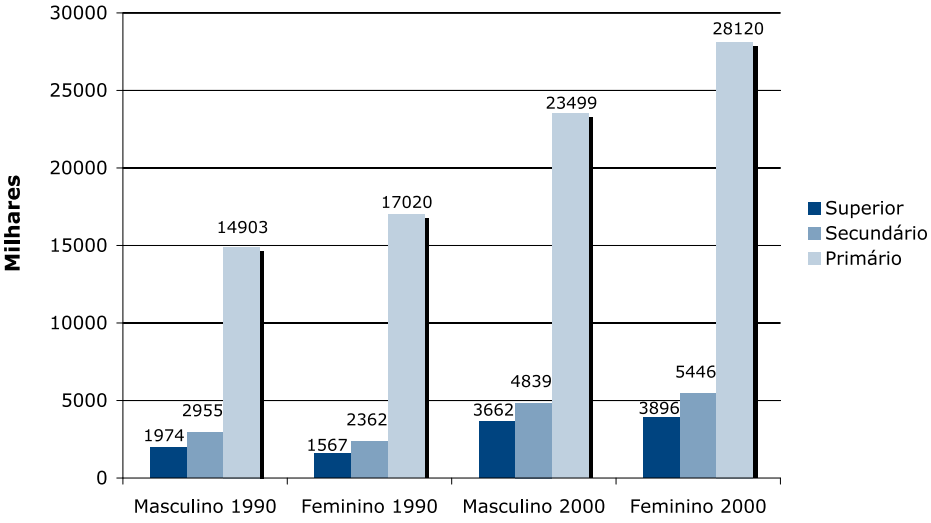
Figura 8: Stock de emigrantes cabo-verdianos em países da OCDE, por nível de educação, 1990 e 2000



Fonte: Docquier et al (2008).

Por outro lado, é de assinalar a extensão do predomínio de mulheres que no ano 2000 também atinge os restantes níveis de educação, secundário e superior (figura 9).

Figura 9: Stock de emigrantes cabo-verdianos em países da OCDE, por nível de educação e sexo, 1990 e 2000



Fonte: Docquier et al (2008).

B.3.3 Estudantes no estrangeiro

Entre o tipo de emigrantes, os estudantes merecem uma atenção particular. No período entre 1997/98 e 2002/2003, saíram ao todo cerca de 5.382 estudantes bolseiros e não bolseiros, para receberem formação superior no estrangeiro. Destes, cerca de 77% não terão regressado. Entre os estudantes bolseiros a percentagem de não regresso, relativa ao mesmo período, é menor, ficando em cerca de 45%. Embora isso signifique que quase metade dos bolseiros não regressou ao país no período considerado.

Quadro 11: Taxa de fuga de cérebros de migrantes universitários bolseiros e não bolseiros cabo-verdianos, 2001–2006

Ano de saída/ano de entrada	N.º Saída	N.º Regresso	N.º não regresso	% regressados
1997/98–2001	316	108	208	34,17
1998/99–2002	512	227	285	44,33
1999/2000–2003	410	228	182	55,60
2000/01–2004	1.127	259	868	22,99
2001/02-2005	1.437	246	1.191	17,11
2002/03-2006	1.580	171	1.409	10,82

Fonte: Arlinda Cabral (2009).

B.3.4 Turistas e visitantes

Os dados disponíveis não permitem identificar com rigor os turistas e visitantes saídos de Cabo Verde, aos quais se pergunta o motivo da saída. Mesmo perante aqueles que declaram o turismo como motivo para a saída, torna-se difícil saber com rigor os que realmente o fazem, pois o turismo é frequentemente apresentado como motivo de outras viagens.

B.3.5 Emigrantes irregulares

São reconhecidas as dificuldades na obtenção de dados sobre emigração irregular, ou clandestina. O caso de Cabo Verde não foge a esse quadro. Contudo e apenas por uma questão de elucidação, considerem-se as regularizações extraordinárias de imigrantes ocorridas em Portugal nos anos de 1996[15] e 2001.[16] A regularização de 14.468 imigrantes cabo-verdianos, através desses dois processos, torna evidente que esses emigrantes se encontravam em situação irregular. Esses dados, embora só referentes a Portugal, permitem pelo menos revelar a hipótese de ter havido e poder ainda haver emigrantes cabo-verdianos em situação irregular nos países que constituem destinos tradicionais da emigração cabo-verdiana. Serão indivíduos que procuram manter-se no mercado de trabalho pela via informal, passando despercebidos aos olhos das autoridades oficiais competentes, até surgir uma situação que acaba por conduzir à averiguação da situação migratória do indivíduo.

Por isso se pode afirmar que o repatriamento constitui uma das faces mais visíveis da emigração irregular cabo-verdiana. Com efeito, trata-se de indivíduos cuja permanência no destino é irregular e que, quando descobertos, acabam por ser devolvidos à procedência.

- **Repatriados para Cabo Verde**

O fenómeno do repatriamento, também designado por deportação, tem tido implicações crescentes em Cabo Verde, designadamente, a suposta associação a situações de crime e violência. Embora o volume registado entre 1992 e 2008 possa parecer relativamente reduzido, nesse período registou-se um total de 910 casos (anexo I, quadro 20), sendo 93% homens (IC, 2009).

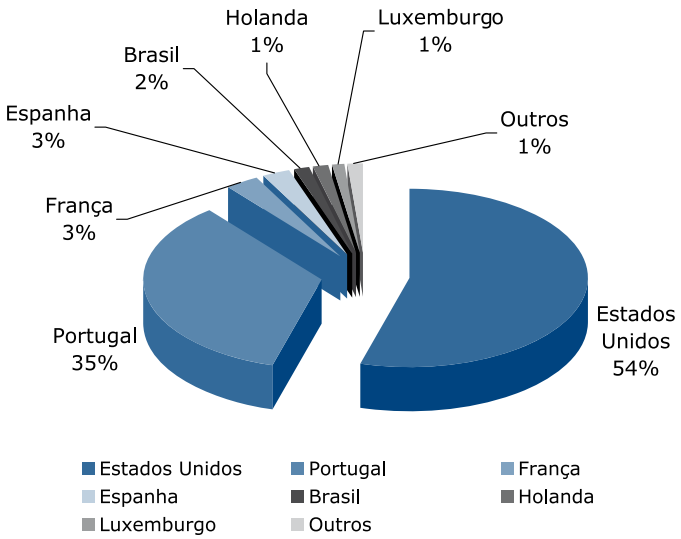
[15] Regularização extraordinária de imigrantes clandestinos, Lei/96, de 24 de Maio (SEF, 2008), http://www.sef.pt/portal/V10/EN/aspx/publicacoes/relatorios_detalhe.aspx?id_linha=4464

[16] Mecanismo criado através do Decreto-Lei nº4/2001, de 10 de Janeiro, veio permitir que o trabalhador imigrante sem visto de trabalho, encontrando-se a trabalhar em situação ilegal, pudesse obter uma autorização para permanecer em Portugal, podendo assim dar início ao processo de regularização da sua situação (Ferreira et al, 2004).

Talvez devido a características como a reduzida dimensão das localidades, forte concentração regional, fraca capacidade de absorção por parte do mercado de trabalho, o impacto pode então atingir dimensões problemáticas e significativas.

Os dados do recenseamento levado a cabo pelo IC com o apoio técnico do INE, em 2002, revelam que a idade média dos repatriados rondava os 41 anos, sendo a maioria proveniente de países europeus, sobretudo Portugal (43%) e França (18%), num universo de 460 indivíduos (IC, 2009). Verifica-se ainda a descida da idade média, que passa para cerca de 32 anos em 2007 e 2008. O universo de repatriados passa a ser constituído por indivíduos mais jovens. Nos anos de 2007 e 2008 constata-se que cerca de 70% são indivíduos entre os 25 e os 39 anos; e 80% têm entre 20 e 39 anos. Considerando o período entre 1992 e 2008, nota-se que os Estados Unidos e Portugal são os dois países de onde é proveniente a maior parte dos cabo-verdianos repatriados do estrangeiro. Como ilustra a figura 10, em baixo.

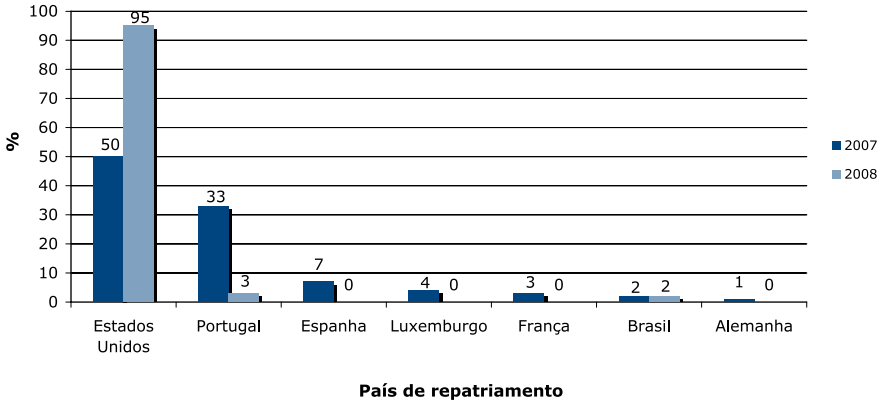
Figura 10: Cabo-verdianos repatriados por país de emigração, 1992–2008



Fonte: IC (2009).

Os Estados Unidos consolidam a sua posição de maior país de repatriamento de cabo-verdianos, passando de uma média de 50% em 2007 para 95% em 2008. Como se constata na figura 11.

Figura 11: Cabo-verdianos repatriados por país de emigração, 2007 e 2008

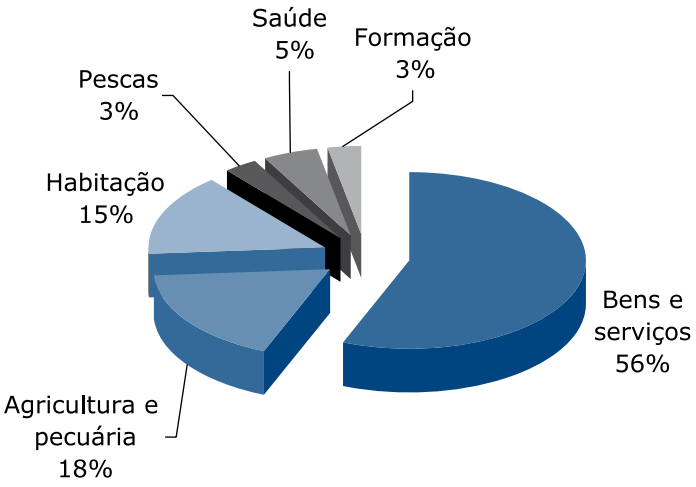


Fonte: IC (2009).

Em 2002 o IC criou o Programa Nacional de Prevenção e Acompanhamento da Deportação (PNPAD), para dar resposta à integração de deportados em Cabo Verde. Contudo a falta de recursos tem impossibilitado a sua maior e melhor implementação. Por outro lado, decorrem outras iniciativas de carácter demasiado pontual em instituições estatais e autárquicas. O programa coordenado pelo Instituto das Comunidades cria um gabinete de acolhimento na ilha do Sal - na altura a única com aeroporto internacional -, e dois gabinetes de Atendimento Personalizado aos Deportados (GAP-D) nas ilhas do Fogo e da Brava. Era proveniente dessas duas ilhas a maior parte dos repatriados, tendência que continua a verificar-se. Essa situação também tem a ver com o facto de a grande maioria dos emigrantes cabo-verdianos residentes nos EUA ser dessas duas ilhas. As câmaras municipais do Fogo e da Brava têm sido parceiras do programa, assim como a do Sal. Outras instituições, entre as quais o Ministério do Trabalho Família e Solidariedade Social (MTFSS), a Fundação Cabo-verdiana de Solidariedade (FCS) e a Câmara Municipal da Praia, também têm levado a cabo iniciativas pontuais junto de indivíduos repatriados.

O PNPAD, coordenado pelo IC, também tem vindo a intervir através do financiamento de projectos de inserção sócioprofissional (figura 12). A maioria dos projectos financiados enquadra-se nos sectores de bens e serviços (56%), agricultura e pescas (18%) e habitação (15%).

Figura 12: Projectos de inserção sócioprofissional de repatriados, por sector, 2003–2008



Fonte: IC (2009).

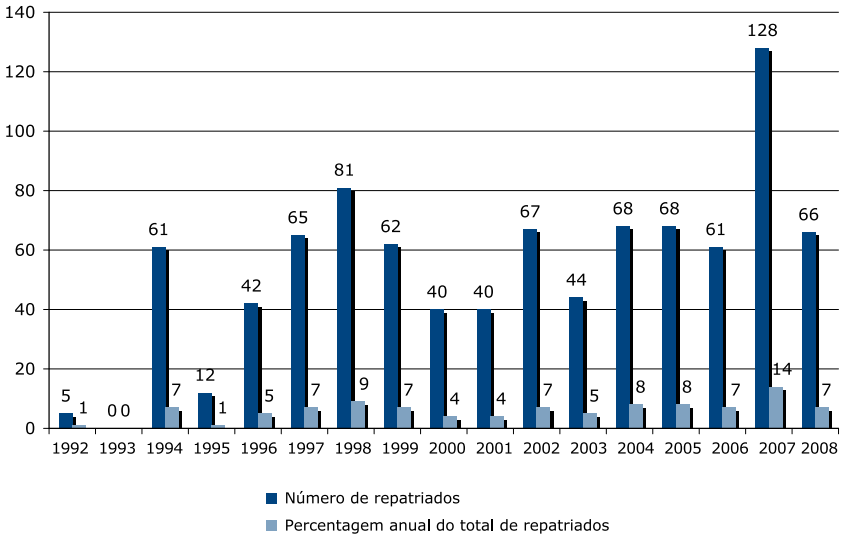
Trata-se sobretudo de micro projectos marcadamente individuais, que têm por objectivo promover a integração de deportados através da implementação de pequenas actividades geradoras de rendimento (IC, 2009). Pormenorizando, a abertura de barbearias e salões de cabeleireiro, apoios à pecuária e à adequação da habitação, são os sectores que têm beneficiado um maior número de repatriados (anexo I, quadro 12).

Considerando certas notícias veiculadas pela imprensa escrita (A Semana, 2009), constata-se que na sociedade cabo-verdiana se vai fortalecendo a associação da deportação a fenómenos de violência juvenil urbana e crime. A origem do *kasubodi* (Cardoso, 2010), expressão que designa os assaltos na via pública praticados por jovens em grupo ou individualmente, é atribuída a jovens que terão sido deportados dos Estados Unidos. Corresponderá à "crioulização da expressão *cash* or *body*", como refere Cardoso (2010). Face à ausência de dados que caracterizem a situação de forma aprofundada, parecem criadas as condições para o surgimento de generalizações e manifestações de discriminação, que poderiam ser evitadas e/ou minimizadas. Daí a necessidade de maior atenção a iniciativas de sensibilização da sociedade para o fenómeno - e suas consequências -, do aumento de fundos investidos no acolhimento, acompanhamento e inserção sócioprofissional dos repatriados.

A distribuição de cabo-verdianos repatriados no período de 1992 a 2008 revela uma certa oscilação, mas com tendência para aumentar (figura 13).

Pelo que ganha dimensão a preocupação de se conhecer o número de cabo-verdianos que poderão estar em processo de deportação, em países para onde terão emigrado.

Figura 13: Cabo-verdianos repatriados, 1992 a 2008

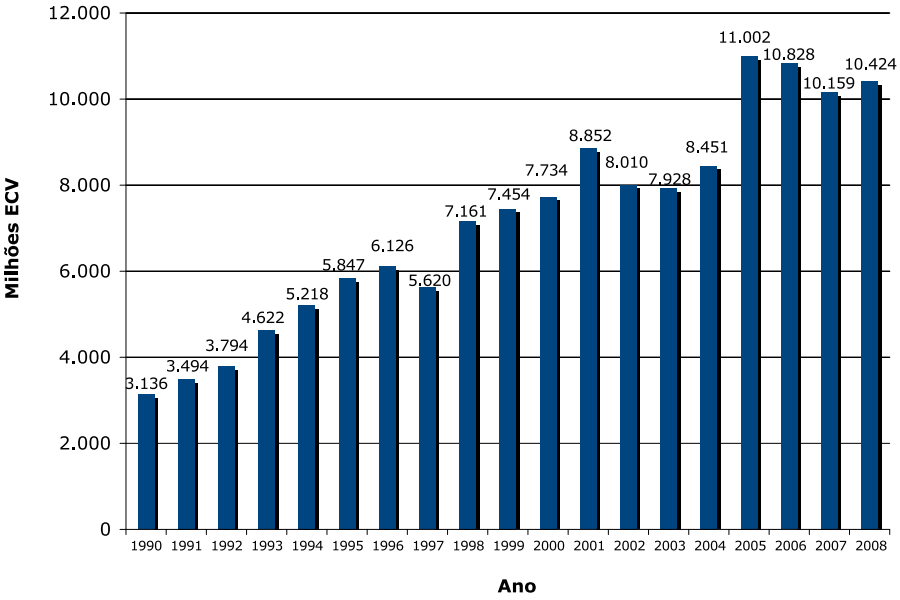


Fonte: IC (2009).

B.3.6 Remessas de nacionais a viverem no estrangeiro

As remessas de dinheiro dos emigrantes cabo-verdianos são de particular importância para a economia do país. São fundamentais para o equilíbrio da balança de pagamentos e representam uma importante fonte de divisas. Embora se tenha verificado um ligeiro recuo durante alguns anos, de uma forma geral as remessas têm vindo a aumentar (figura 14). As remessas de emigrantes constituem cerca de 6% do total das receitas dos agregados familiares (INE, 2004). Em 2008, as remessas enviadas para Cabo Verde pelos emigrantes corresponderam a mais de 10,42 mil milhões de escudos (cerca de 94 milhões de Euros). Em 2005, com cerca de 11 mil milhões de escudos, as remessas atingem o máximo verificado, desde 1991. Em 2006 e 2007 constata-se uma ligeira diminuição, mas voltam a aumentar em 2008. Em comparação com o ano de 2007, verifica-se que em 2008 há um aumento de 265,3 milhões de escudos (2 milhões de Euros) no total dos envios em dinheiro efectuados por emigrantes cabo-verdianos (anexo I, quadros 21 e 22).

Figura 14: Evolução do volume de remessas, em milhões de escudos,1990–2008

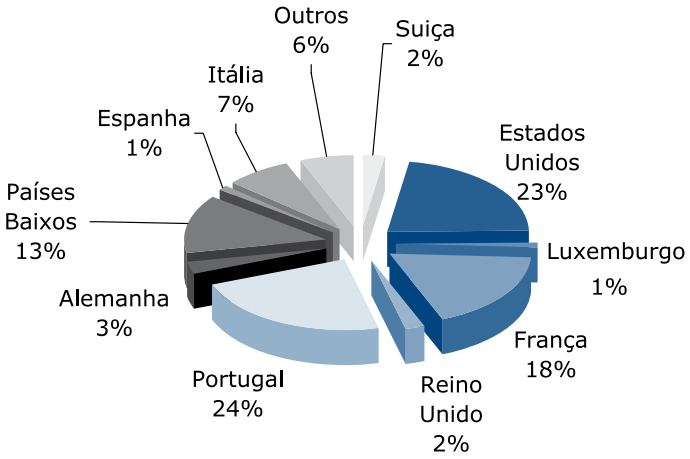


Fonte: BCV (2009).

Em 2008 o principal país de origem das remessas foi Portugal – 3,1 mil milhões (28 milhões de Euros), seguido de França – 2,2 mil milhões (19 milhões de Euros), dos Estados Unidos – 1,4 mil milhões – (12,5 milhões de Euros) e dos Países Baixos – 1,2 mil milhões – (10,8 milhões de Euros) (BCV 2009).

Considerando globalmente o período que vai de 1990 a 2008 (figura 15), os países que mais têm contribuído, em termos de remessas, são Portugal (24%), Estados Unidos (23%), França (18%), Países Baixos (13%) e Itália (7%) (anexo I, quadros 21 e 22).

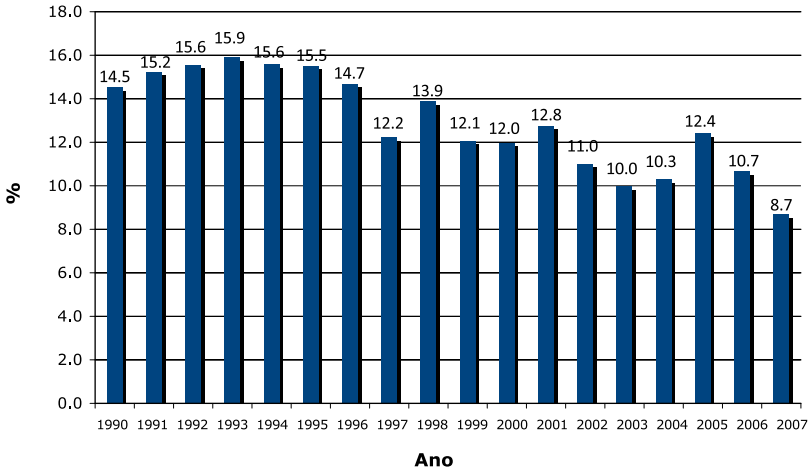
Figura 15: Volume total de remessas por país, 1990–2008



Fonte: BCV (2009).

As remessas continuam a representar um importante contributo para o PIB (figura 16), apesar da evolução do seu peso manifestar tendência para diminuir. Essa tendência dever-se-á ao aumento do dinamismo de outros sectores, pois em termos absolutos as remessas têm vindo a aumentar, como já se referiu (figura 14). Em 2007 as remessas atingiram quase 9% do PIB.

Figura 16: Evolução da percentagem de remessas no PIB, 1990–2007



Fonte: BCV (2009).

- **As remessas para Cabo Verde e a crise financeira global**

Embora com uma margem não muito expressiva, os dados referentes aos primeiros cinco meses de 2009 revelaram um desempenho das remessas superior, em 5%, ao verificado em igual período do ano anterior, contrariando desse modo as expectativas que apontavam para que um dos efeitos da crise financeira mundial fosse a redução das remessas de emigrantes para Cabo Verde. Depois de se ter registado o montante de 941,6 mil contos em Janeiro de 2009, as remessas passam por um período de oscilação antes de iniciarem uma curva ascendente que abarca os meses de Maio a Julho. É neste último mês que alcançam o valor mais alto registado até essa altura do ano, cerca de 1 milhão e 107 mil contos.[17]

É em parte nestes resultados que encontra fundamento a tese que Pires (2009) apresenta na análise que efectua da relação entre as remessas de emigrantes e a crise económica global, tomando como referência o caso de Cabo Verde. Afirma que as remessas de emigrantes têm maior sustentabilidade intrínseca e menor irregularidade, quando comparadas com outros fluxos de capital privados, como são o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e o investimento de curto prazo. A autora avança que em 2009 se espera a redução do IDE para metade e uma quebra de cerca de 120% dos investimentos de curto prazo, enquanto que para as remessas a quebra se deve situar à volta dos 7%. Sendo assim, a resistência das remessas mantém-se como manifestação de natureza contrária ao ciclo. A decisão do envio de remessas dependerá mais de factores que se prendem com a importância das relações sociais, princípios de solidariedade e obrigações morais, do que de lógicas de custo-benefício que em situações de crise obriguem à suspensão quase imediata, ou pelo menos redução, dos fluxos de investimento.

B.4 Lacunas nos dados e estratégia de recolha de dados

Uma das grandes lacunas, a nível dos dados relativos às migrações, reside no facto de nas fontes nacionais não haver informações estatísticas sobre as comunidades cabo-verdianas residentes no exterior. A última estimativa disponível é de 1998 tendo sido realizada pelo extinto IAPE com base nas inscrições consulares, estratégia que não consegue contornar a deficiência de nem todos os cidadãos residentes no exterior procederem a esse registo.

[17] Informação disponível em www.bca.cv, acedido em 9/04/2010.

No que diz respeito ao grupo específico constituído por estudantes no estrangeiro nota-se a inexistência de uma listagem nominal, englobando todos os estudantes bolseiros e não bolseiros (Santos, 2005).

Em relação aos estrangeiros que entram em Cabo Verde, não há uma base de dados informatizada e comum relativa aos vistos atribuídos – tanto pelas representações diplomáticas no estrangeiro, como pelas autoridades nacionais em Cabo Verde. Nem existe um processo de acompanhamento das entradas e/ou permanências no território nacional. Note-se que em relação aos dados sobre vistos de entrada em Cabo Verde, apresentados neste relatório (figura 3), se procedeu ao levantamento a partir de resumos dos anos de 2004, 2005, 2007 e 2008 junto da DEF. Mais problemática se torna a situação, em termos de produção de dados e do acompanhamento, se considerarmos que o instrumento que constituía o único registo de entrada de certas categorias de cidadãos – os cartões de embarque e desembarque – deixou de ser submetido a tratamento estatístico desde 1996. Com efeito, os cidadãos provenientes de países membros da CEDEAO não necessitam de visto de entrada em Cabo Verde, ficando sujeitos à solicitação de uma autorização de residência, caso decidam permanecer no país.[18] Neste caso haveria possibilidade de recolha de dados e de acompanhamento. Contudo, embora desconhecendo a sua real dimensão estatística, sabe-se pelas estimativas disponíveis que uma parte segue a via contrária. Criam-se assim condições para o surgimento e o aumento descontrolado do contingente de imigrantes em situação irregular.

O domínio das remessas de migrantes também apresenta lacunas em relação aos dados. Para os emigrantes a questão que se coloca é ao nível da não contabilização de remessas efectuadas em género ou em divisas através de amigos, familiares ou rabidantes (Ver Marques et al., 2001). Ou ainda a não distinção de parte das moedas estrangeiras que entram nas casas de câmbio e resultam do envio efectuado por emigrantes. Também é necessário o tratamento de dados por sexo, face à diferença nas remessas enviadas por migrantes homens e mulheres. Já no que toca a estrangeiros em Cabo Verde não existem dados estatísticos disponíveis, relativos às remessas que efectuam.

Há na recolha de dados dificuldades que advêm de situações em que, por falta de recursos, os dados não são processados. Isto é, há registos em papel ou em formato digital, mas que não são tratados sob a forma de tabelas, séries ou bases de dados. O que mostra que na prática não existe uma política de recolha, tratamento e divulgação de dados.

[18] Tratado da CEDEAO sobre a livre circulação de pessoas da comunidade, assinado em Dakar no ano de 1979.

Por isso se constata uma certa dificuldade no acesso aos dados, causada sobretudo pela falta de organização dos registos e não por falta de interesse dos responsáveis. Não se assume a inexistência de dados tratados, para essa revelação não dar sinal de desorganização. Outra dificuldade é um certo posicionamento de descrença, por parte das instituições, quando se justifica que a solicitação de dados tem por finalidade o conhecimento da realidade migratória do país.

Por outro lado, nota-se a ausência generalizada de uma cultura organizacional de divulgação de dados. Não existe a institucionalização de encontros regulares, nem de publicações periódicas que também tenham por objectivo a divulgação de dados relativos ao funcionamento dos serviços.

PARTE C: Migração e desenvolvimento

C.1 Principais características das correntes migratórias actuais

Uma das tendências migratórias a sublinhar tem a ver com a diminuição dos saldos migratórios anuais de Cabo Verde. Acontece que os saldos migratórios diminuíram, desde a década de 70 até o ano 2000.[19] O valor alcançado para o decénio 1971-1980, 4.800 por ano, não voltou a ser observado. Note-se que nos períodos seguintes, as médias anuais são, respectivamente, 2.200 de 1981 a 1990; cerca de 1.980 de 1990 a 1995 (Mady, 1995) e 2.400 de 1995 a 2000, segundo o Censo de 2000 (INE, 2008b).

Por outro lado, depois de um longo período marcado pelo predomínio de homens na saída, observa-se um aumento do número de mulheres na emigração, por volta de finais dos anos 70. Chegou a ser cerca de 75% do volume de saídas, ao passo que no período 1900-1920 chegara só aos 17% (Carling, 2002). Esse fluxo migratório feminino terá tido consequências ao nível da estrutura familiar, provocando o surgimento de crianças entregues a outros familiares, designadamente, os avós (INE, 2008). Uma vez que no Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva II (IDSR, 2005) se registou um número significativo de crianças que vivem só com a mãe (33%) e outras que não vivem com nenhum dos pais (17%), pode-se perguntar até que ponto essas situações não estarão relacionadas com a emigração de um ou ambos os progenitores.

Hipótese idêntica poderá ser levantada em relação ao facto de 44% de agregados familiares serem chefiados por mulheres (IDRF, 2001/2002, 2004). Nos períodos mais recentes, devido a medidas restritivas e diminuição do potencial de reunificação familiar, verifica-se que, quanto ao género, há um certo equilíbrio nas saídas (Carling, 2004).

O aumento da imigração e do turismo, também constitui tendência digna de nota, como mostram os dados referentes à atribuição de autorizações de residência, que atingem o maior número em 2008, cerca de 1.127 estrangeiros.[20]

No que se refere à imigração em particular, os dados mostram que o volume de imigrantes tem vindo a aumentar nas últimas décadas. Entre 1991

[19] Ano de realização do último censo em Cabo Verde.
[20] Cálculos a partir de dados disponibilizados pela DEF.

e 2005 o aumento foi de cerca de 20%, e as estimativas para 2010 apontam no sentido da continuação dessa tendência de aumento.

A aplicação das remessas sobretudo no consumo das famílias, na educação, na saúde e no investimento na construção civil, tem contribuído para minimizar os efeitos da pobreza, mas também contribuiu para a cristalização dessas vias, enquanto alternativas de canalização do investimento emigrante. Daí a urgência na criação e implementação de medidas estatais proactivas, tendo em vista a canalização das remessas para sectores produtivos da economia, uma vez que a relação entre as remessas e o desenvolvimento não é automática. As forças de mercado por si só, não fazem a necessária ligação. Cabe ao Estado a criação de infra-estruturas produtivas em áreas rurais, bem como de instituições científicas e tecnológicas capazes de inovar, para que se possa materializar o potencial de desenvolvimento dos fluxos migratórios (Portes, 2007).

C.2 Explicação das actuais tendências migratórias e suas consequências para o desenvolvimento socioeconómico do país de origem

Na análise dos principais factores que poderão estar na base do impulsionamento da emigração cabo-verdiana, não são de menosprezar aspectos como a elevada taxa de desemprego que afecta os jovens, o desempenho duma economia incapaz de absorver a mão-de-obra existente[21] e as condições naturais adversas de seca persistente. Estas conduziram no passado a fomes[22] que ditaram a saída de milhares de cabo-verdianos. Contudo, parece-nos que o profundo enraizamento da ideia de emigração enquanto projecto de realização pessoal, familiar e social, constitui um dos factores que mais tem contribuído para a saída de cabo-verdianos. Como explicar que num país com um nível de vida dos mais elevados em África (Carling, 2002), continue fortemente implantada na vida social a ideia de sair à procura de uma vida melhor? Somam-se a isso outros factores. O facto de quase todos os cabo-verdianos terem familiares no estrangeiro (Carling, 2002), mais de metade da população receber alguma forma de remessa (IDRF, 2001/2002, 2004), o valor social atribuído a quem regressa com sinais de riqueza - construção de habitação própria ou posse de automóveis -, em parte reflexo de ser dominante um modo de vida quase comunitário;[23] além das histórias e imagens apelativas e pouco esclarecedoras, aos quais os jovens – ansiosos para partir – são continuamente expostos.

[21] Sobre relação entre o crescimento e emprego, ver DECRP (2004).
[22] A última grande fome terá ocorrido no ano de 1948, segundo A. Carreira (1977).
[23] Na perspectiva de F. Tonnies enquanto agrupamento social caracterizado por relações de parentesco e de vizinhança. F. Tönnies (1947). Comunidad y Sociedad. Ed. Losada. Buenos Aires.

Uma das consequências que extravasa o campo económico tem a ver com a sangria, durante tantas décadas, dos mais jovens e criativos que vão engrossar a fileira de imigrantes que contribui para a inovação económica, cultural e política das cidades onde se instalam (ver F. Costa, 2007). Sem descurar outros impactos que resultam da emigração (ver C. Tolentino et al, 2008) de uma forma mais abrangente.

Por outro lado, Cabo Verde goza actualmente de uma situação de estabilidade social e de possibilidade de desenvolvimento económico - particularmente no sector do turismo, com destaque para a área de construção -, que podem ter como principal consequência o despoletar e/ou o reforço da atracção de populações, sobretudo da costa africana, mas também da Ásia e da Europa. De entre estas destacam-se chineses e ingleses motivados pelo comércio e o turismo de residência, respectivamente. Na ilha da Boavista já há empresas que operam no sector da construção turística e contratam estrangeiros directamente nos seus países, face à reduzida disponibilidade de mão-de-obra local. A elevada taxa de trabalho informal, que atinge 70% no mercado de trabalho, acaba também por constituir um factor de atracção de imigrantes, na medida em que concorre para reforçar a ideia de maior facilidade em conseguir trabalho.

A estes factores acrescentam-se o posicionamento estratégico de Cabo Verde situado nas rotas de África, Europa e América e a proximidade do Senegal. Também o acordo de Parceria para a Mobilidade (PM) e a possibilidade de efectiva aproximação à Europa que ele representa, poderá constituir mais um factor de atracção para imigrantes oriundos de África ou mesmo da Ásia, que pretendam alcançar aquele continente. Faltam no entanto elementos quantitativos e qualitativos capazes de confirmar ou rejeitar tais hipóteses.

No contexto social, a chegada de imigrantes oriundos do continente africano, veio relançar, por um lado, a questão da identidade cabo-verdiana - profundamente marcada pelo discurso de bem receber e acolher o estrangeiro - e, por outro, a questão da proximidade e identificação com a África versus Europa. O surgimento da expressão “mandjaku”, marcada por uma conotação pejorativa, enquanto designação atribuída a imigrantes da costa africana e a sua intrigante evolução para “amigo”, ilustra os dois discursos polarizados sobre estas duas temáticas atrás referidas: morabeza e identidade africana/europeia das ilhas (ver A Nação, 2008).

Outra tendência que se observa actualmente é a do regresso de cabo-verdianos deportados, sobretudo, dos EUA. Embora se tenha observado uma diminuição durante o ano de 2008, o facto é que se desconhece o total de

cidadãos cabo-verdianos que já se encontram em processo de deportação, podendo por isso vir a engrossar as estatísticas dessa temática. Estão por analisar as consequências que daí possam resultar, com particular atenção à associação que se estabelece entre deportação e o surgimento e/ou o aumento da criminalidade nos principais centros urbanos do país.

A tendência para o crescente encerramento de fronteiras dos países receptores tradicionais, contribuindo para a diminuição de saídas de emigrantes, pode ter como consequência o aumento da pressão migratória em Cabo Verde. Tal encerramento representa a frustração da vontade de emigrar, muito enraizada, que se não for gerida da melhor forma, poderá conduzir ao incremento de saídas regulares, mas com o claro fito de *a priori* se transformarem depois em permanências irregulares.

C.3 Possíveis tendências futuras nas migrações e as suas consequências para o desenvolvimento

Eventualmente, poderá ocorrer o incremento da migração circular com a consequente diminuição da pressão migratória. Esta mudança estaria dependente da criação de mecanismos que permitissem a saída de migrantes por vias regulares, designadamente, estruturas criadas por via da Parceria para a Mobilidade, conjugada com factores como a implementação significativa de formação profissional dirigida a jovens. A combinação desses factores poderia, por um lado, ter um impacto directo na redução da pressão, consoante o volume de saídas fosse significativo ou não. E por outro, o efeito poderia ser indirecto, eliminando-se por dissuasão o recurso a vias que conduzem a situações irregulares.

Note-se ainda que pode ter consistência a hipótese de Cabo Verde vir a transformar-se num país de passagem para imigrantes que queiram chegar à Europa. É certo que não existem dados que apontem para a evolução de Cabo Verde nesse sentido, pelo menos, pela via de entradas irregulares, conforme se referiu anteriormente. Contudo, face à possibilidade do estabelecimento do acordo de PM e o anunciado primeiro processo de regularização extraordinária de imigrantes (A Nação, 2009b), previsto para o primeiro trimestre de 2010, é de admitir que venha a aumentar a procura de Cabo Verde como placa giratória de acesso a outros países. De facto, não se sabe até que ponto Cabo Verde não desempenhará já esse papel, pois não existem estudos qualitativos sobre os imigrantes que têm procurado Cabo Verde, nem sobre o seu acompanhamento. Sendo assim, é impossível conhecer os seus percursos.

PARTE D: Quadro da política migratória

D.1 Principais políticas e programas de migrações

As autoridades cabo-verdianas têm procurado implementar e/ou envolver-se num conjunto de iniciativas tendo em vista a melhoria das intervenções no domínio das migrações. A quase totalidade das iniciativas tem por objectivo as comunidades cabo-verdianas no exterior, abrangendo áreas tão diversas como o apoio à integração, a preparação antes da partida (no caso do Luxemburgo), a promoção de vias regulares de saída e a captação de competências. Em relação à imigração o foco de atenção tem sido a criação de uma política adequada à realidade e às necessidades do país e o combate à imigração irregular.

Destacam-se aqui os principais programas e políticas. Importa sublinhar que a maior parte das iniciativas referidas já são existentes, à excepção do Estudo e Proposição das Bases de uma Política de Imigração[24] e a Casa das Migrações,[25] que se encontram em processo de elaboração e de implementação, respectivamente.

- **Fundo de Solidariedade das Comunidades (FSC)**

O FSC é um instrumento de intervenção dirigido exclusivamente às comunidades cabo-verdianas residentes no estrangeiro. Criado em 2001 pelo Governo de Cabo Verde[26] e dirigido, por inerência, pelo presidente do Instituto das Comunidades, tem por objectivo apoiar os emigrantes e as organizações de cabo-verdianos que enfrentam maiores dificuldades no seu processo de integração no país de acolhimento, podendo potenciar a participação activa no desenvolvimento de Cabo Verde (2006).

- **Comissão Consultiva Conjunta para as Questões da Emigração Cabo-verdiana em Portugal (CCC)**

Cabo Verde constituiu duas comissões conjuntas para a área da emigração, uma com Portugal e outra com o Luxemburgo. A Comissão Consultiva Conjunta para as Questões da Emigração Cabo-verdiana em Portugal foi criada em 2006 por despacho do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e

[24] Este estudo está a ser coordenado pelo Gabinete do Ministro-Adjunto do Primeiro Ministro e das Comunidades Emigradas.
[25] O programa Casa das Migrações está a ser im plementado pela OIM - Organização Internacional para as Migrações no quadro do Programa Único das Nações Unidas.
[26] Resolução nº 71/2001 de 22 de Outubro.

Comunidades. A parte cabo-verdiana da comissão é presidida pelo Presidente do Instituto das Comunidades e a portuguesa pelo Alto-Comissário para a Imigração e o Diálogo Intercultural. Integra outros elementos, designadamente, a Direcção de Estrangeiros e Fronteiras; Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Tratados; Ministério do Trabalho Família e Solidariedade Social; Chefe da Secção Consular da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa, além de individualidades representantes da sociedade civil. Constrangimentos de vária ordem têm dificultado o melhor funcionamento da comissão. Na quarta reunião, realizada em Março de 2009, consegue-se a definição de uma agenda que engloba as áreas de educação, habitação, liderança comunitária, informação e protecção consular.

- **Grupo de Trabalho para as Questões de Imigração Cabo Verde /Luxemburgo**

Também a parte cabo-verdiana deste Grupo de Trabalho é presidida pelo Presidente do Instituto das Comunidades e integra representantes de outros organismos nacionais. Tem por objectivo zelar pela integração da comunidade cabo-verdiana no Luxemburgo e garantir uma melhor preparação dos que, através de processos de reagrupamento familiar, pretendam deslocar-se para o Luxemburgo. Desde a sua criação, em 2007, que as principais áreas de intervenção têm sido a educação e o reagrupamento familiar.

- **Comissão Interministerial para Estudo e Proposição das Bases da Política de Imigração**

No ano de 2009 foi criada a Comissão Interministerial para Estudo e Proposição das Bases da Política de Imigração,[27] tendo por objectivo propor ao Governo as bases de uma Política de Imigração que englobe temáticas que vão desde a gestão dos fluxos de entrada de imigrantes, à integração dos imigrantes na sociedade cabo-verdiana, passando pelo combate à imigração ilegal. Integram esta Comissão outros departamentos governamentais que estão envolvidos nas questões da imigração, tais como o Ministério da Justiça (MJ), DEF da Polícia Nacional, CNDHC , IC, DGACT e a DGT. A Comissão também tem por objectivo a promoção de estudos tendo em vista a elaboração do diagnóstico institucional e a situação socioeconómica dos imigrantes, bem como o diagnóstico da legislação relativa à imigração, tendo em vista a elaboração de uma proposta de lei-quadro. É coordenada pelo Ministro-Adjunto do Primeiro Ministro e das Comunidades Emigradas.

[27] A Resolução nº 12/2009 de 18 de Maio renova o mandato da Comissão que tinha sido criada pela Resolução n.° 8/2008 de 3 de Março, mas que não chegou a entrar em funcionamento.

- **Centro de Apoio ao Migrante no País de Origem (CAMPO)**

O CAMPO é um centro de serviços e informações que visa informar os migrantes sobre os seus direitos e deveres em Portugal. Os principais objectivos são prestar apoio na resolução de problemas relativos aos requisitos para viver, estudar, trabalhar e viajar para Portugal. O centro tem apostado também na estratégia de organização de reuniões versando sobre temáticas como direitos e deveres na área da educação e da saúde, sensibilização da população para as questões da migração e o desenvolvimento de uma rede inovadora entre o Estado e os cidadãos.[28] Um novo projecto veio dar continuidade ao CAMPO. Trata-se do projecto *Strenghthening the Capacity of the Cape Verde to Manage Labour and return Migration within Framework of the Mobility Partnership established with EU*, prevendo-se o envolvimento directo do IC e do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), através da indicação de um mediador cada. Potenciam-se assim as competências destas instituições, tendo sobretudo em vista, o facto de irem assumir o acolhimento institucional do projecto, garantindo a sua sustentabilidade após o termo. A OIM – Organização Internacional para as Migrações é o parceiro técnico, participando neste projecto através da capacitação dos quadros do IC e do IEFP na área da gestão de migrações.

- **Migrar com os Olhos Abertos**

Trata-se de um programa criado no âmbito do Grupo de Trabalho Cabo Verde/Luxemburgo e que tem como principais objectivos a preparação de cidadãos que pretendam emigrar para o Luxemburgo, inseridos em processos de reagrupamento familiar. O programa tem procurado acentuar a sua actuação sobretudo junto de jovens, dando atenção à sensibilização para a nova realidade e tomando em consideração a questão da interrupção cuidada dos estudos, para os candidatos que ainda se encontram inseridos no sistema escolar.

- **Programa Nacional de Prevenção e Acompanhamento da Deportação**

É um programa criado pelo Instituto das Comunidades em 2003, com o objectivo de fazer o acolhimento dos cidadãos deportados a partir dos aeroportos de entrada, assim como o seu acompanhamento no território nacional.

No âmbito do programa é prestado atendimento personalizado nos gabinetes das ilhas do Fogo e da Brava, onde se faz a triagem das dificuldades e o respectivo encaminhamento para resolução. Tem ainda por objectivo

[28] http://www.migration4development.org/handbook/en/pdf/section_6.pdf.

a identificação de competências e interesses, tendo em vista a montagem e financiamento de projectos socioeconómicos e de capacitação pessoal e profissional. Passa por dificuldades, em termos de recursos, na total implementação do seu plano de acção.

- **Parceria para a Mobilidade entre a União Europeia (UE) e Cabo Verde**

A PM é uma iniciativa piloto assinada em 2008 pela a UE e Cabo Verde, no quadro da Parceria Especial entre a UE e Cabo Verde, que visa a promoção de um quadro adequado à mobilidade, procurando garantir em simultâneo medidas de integração e protecção destinadas aos migrantes. A parceria conta como signatários os seguintes estados membros: Portugal, França, Espanha, Luxemburgo e Holanda.[29] Ao abrigo da PM foram assinados vários projectos na área do asilo e da migração,[30] nomeadamente na promoção da mobilidade, migração legal e integração, na temática das migrações e desenvolvimento e no apoio à gestão das fronteiras, de documentos de identidade e de viagem e na luta contra a migração irregular e combate ao tráfico de seres humanos.

A par da Moldávia, Cabo Verde foi um dos dois países com o qual esta iniciativa foi estabelecida em 2008. A República da Geórgia, assinou em 2009 um acordo semelhante.

- **DIASpora para o Desenvolvimento de Cabo Verde (DIAS)**[31]

O projecto DIAS de Cabo Verde teve por objectivo central a mobilização das competências da diáspora para o desenvolvimento de Cabo Verde. Um dos produtos finais do projecto é uma base de dados com perfis da diáspora, que poderão ser utilizados em iniciativas futuras. O DIAS foi promovido pelo Instituto das Comunidades e contou na sua implementação com a parceria técnica da Organização Internacional das Migrações (OIM). Foi co-financiado pela UE e o Governo de Portugal, respectivamente através do Programa Aeneas e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

Destaca-se o facto de o Instituto das Comunidades ter conseguido prolongar a filosofia de intervenção do DIAS através do projecto Diáspora Contributo. Está igualmente previsto o arranque de uma segunda fase do projecto Dias de Cabo Verde.

[29] A Holanda aderiu mais tarde, ainda que durante o mesmo ano de assinatura.

[30] International Centre for Migration Policy Development (2009), Cabo Verde, avaliação de necessidades em matéria de asilo e migração. http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/08/894&format=HTML&aged=0&language=PT&guiLanguage=en

[31] Diáspora para o Desenvolvimento de Cabo Verde http://www.diasdecaboverde.org/Default.aspx

- **Diáspora Contributo**

O projecto Diáspora Contributo visa também a captação de competências, à semelhança do Dias de Cabo Verde, disponibilizando ainda o incentivo aos emigrantes que pretendam investir no seu país de origem. O Diáspora Contributo é igualmente promovido pelo Instituto das Comunidades. É financiado pela Cooperação Espanhola e destina-se a todos os emigrantes cabo-verdianos. Iniciado início em Julho de 2009, tem uma duração prevista de 24 meses.

- **Outras intervenções**

O estudo sobre a avaliação das necessidades de Cabo Verde, em matéria de asilo e migração, dá conta ainda da disponibilização de fundos por parte de países como Holanda, Espanha e Estados Unidos. Este último, além de financiar acções de formação em áreas como segurança marítima e costeira, também financiou a renovação e actualização das embarcações da Guarda Costeira de Cabo Verde. Em termos de financiamento, a Holanda assumiu o compromisso de contribuir com 35% dos custos de uma embarcação de patrulha, além de disponibilizar fundos para o reforço das embaixadas e a realização de estudos na área das migrações e relações com a UE. A Espanha disponibilizou igualmente fundos para serem aplicados em questões relacionadas com as migrações: Repatriamento, controlo das fronteiras, criação de centros especiais, investimento no sector do turismo, educação, habitação e implementação de legislação em matéria de tráfico.

D.2 Legislação nacional essencial e recentes desenvolvimentos da política migratória

Em termos de legislação, Cabo Verde procura garantir um conjunto de direitos tanto aos emigrantes cabo-verdianos como aos imigrantes que procuram o país para se estabelecer. Quanto aos cabo-verdianos no estrangeiro a legislação desenvolve diversos incentivos, tendo em vista captar o interesse e a participação na vida económica, social, política e cultural do país.

Particularmente em relação aos imigrantes é de sublinhar que a Constituição da República de Cabo Verde concede aos estrangeiros os mesmo direitos, liberdades e garantias que são atribuídos a cidadão nacionais, com excepção dos direitos políticos e dos deveres e direitos previstos na lei.

Os mais recentes desenvolvimentos a nível da política migratória exprimem o empenho das autoridades governamentais em sistematizar a regulação da

área da imigração. Daí a criação de uma Comissão Interministerial que tem por missão a criação de uma proposta para as bases de uma política de imigração para Cabo Verde.

No que tange a ajustamentos jurídicos que poderão ser efectuados, o relatório do *Etude sur la migration de main d'oeuvre au Cap-Vert: volet legislatif* (OIT, s/d) poderá dar alguns contributos com interesse, que valem a pena ser repescados graças à sua pertinência. Trata-se, por exemplo, da necessidade de harmonização da legislação entre as ordens profissionais nacionais e as leis do espaço da CEDEAO, de modo a favorecer a inserção no mercado laboral; bem como a necessidade de estabelecimento de um salário mínimo, que contribuísse para o combate à exploração de mão-de-obra imigrante; refere igualmente a importância de definição do destino a atribuir aos bens de trabalhadores expulsos, uma vez que prevê que os bens se destinam a pagar as despesas judiciais, sem fazer qualquer menção à parte restante; levanta ainda a questão da inexistência de uma lei sobre o regresso definitivo de imigrantes, enquanto os emigrantes cabo-verdianos estão abrangidos por dispositivos legais que lhes garantem incentivos e isenções aquando do regresso.

A legislação nacional essencial é constituída por:

- Decreto-Lei n.º 33.252 de 20 de Novembro de 1943 – Código Penal e Disciplinar da Marinha Mercante que regula a acção judicial em casos de tráfico;
- Lei n.º 36/V/97, de 25 de Agosto, que define o estatuto do cidadão lusófono;
- Lei n.º 99/V/99, de 19 de Abril, que estabelece as bases do regime jurídico de asilo e o estatuto dos refugiados;
- Lei n.º 106/V/99, de 2 de Agosto, que estabelece o regime jurídico de acolhimento de estrangeiros ou apátridas, por razões humanitárias ou de segurança, em centros de instalação temporária;
- Decreto-Regulamentar n.º 10/99, de 9 de Agosto, que estabelece a natureza e a quantidade dos meios económicos suficientes para a entrada e permanência temporária do estrangeiro no território nacional, os casos de dispensa e a forma de prova da sua posse;
- Resolução n.º 151/V/99, de 28 de Dezembro, que aprova, para efeitos de ratificação, a Convenção sobre a Livre Circulação de Pessoas e Bens, assinada pelo Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República do Senegal;
- Lei n.º 61/VI/2005, de 2 de Maio, que concede ao Governo autorização para alterar o diploma relativo ao regime jurídico do estrangeiro no território nacional;

- Decreto-Legislativo n.º 3/2005, de 1 de Agosto, que altera os artigos 30, 31, 54 e 112 do Decreto-Legislativo n.º 6/97, de 5 de Maio, que regula a situação jurídica do estrangeiro no território nacional, incluindo o regime de entrada, permanência e saída.

D.3 Principais tratados/acordos/parcerias sobre migração a nível internacional, regional e bilateral

A nível internacional, no que diz respeito à temática da migração, a Parceria para a Mobilidade assume particular importância na medida em que pode representar a facilitação da entrada de cidadãos cabo-verdianos na Europa, numa altura em que se assiste a um drástico encerramento de fronteiras por parte dos tradicionais países de destino no Norte. A acontecer, contribuiria para a diminuição da pressão migratória, mas mais do que isso, poderá inaugurar a via da imigração circular defendida por alguns autores, por ser a mais benéfica tanto para o país de origem como para o de destino (Portes, 2007).

Em termos regionais, a assinatura do Tratado da CEDEAO[32] sobre a livre circulação de pessoas da comunidade, o direito de residência e de estabelecimento, veio contribuir para a mudança da situação migratória cabo-verdiana, que passa a englobar também a vertente da imigração, inicialmente alimentada sobretudo por cidadãos oriundos dessa comunidade.

No âmbito bilateral, são de salientar compromissos assumidos por Cabo Verde com Portugal, Senegal, Espanha e França. Em relação a Portugal, existe o Acordo Geral sobre Migração, assinado em 1976,[33] e o Protocolo sobre Emigração Temporária de Trabalhadores Cabo-verdianos para Prestação de trabalho em Portugal, de 1997.[34]

Em relação ao Senegal, foi assinada a Convenção sobre a Livre Circulação e Fixação de Pessoas e Bens.[35] Com a Espanha foi assinado em 2008 o Tratado de Vigilância Conjunta, ao abrigo do qual o Governo espanhol disponibiliza meios de vigilância marítima e apoio na área de formação profissional (Inforpress, 2008). Relativamente à França, foi assinado o acordo de gestão concertada dos fluxos migratórios e do desenvolvimento solidário, em Novembro de 2008, no âmbito da PM. Este acordo destina-se a favorecer a circulação de pessoas,

[32] Assinado em Dakar em 1979 e ratificado por Cabo Verde através da Lei nº 18/II/82.
[33] D.F.L. n.º 15/76 (BO n.º27-supl.).
[34] Dec. n.º7/97(BO n.º 14).
[35] Resolução n.º 151/V/99, de 28 de Dezembro.

a luta contra a imigração ilegal e a integração de migrantes estabelecidos no território da outra parte, entre outros aspectos. O acordo prevê o acesso a 40 profissões qualificadas ou altamente qualificadas, no sentido de encorajar a migração circular de cidadãos de Cabo Verde, independentemente da sua situação laboral, através de um contrato de trabalho dentro dos limites das quotas anuais. O acordo ainda não entrou em vigor, aguarda a ratificação pelo parlamento francês, mais de um ano após a assinatura.

Cabo Verde aderiu aos principais tratados e convenções sobre os direitos humanos.

D.4 Instituições centrais na gestão da migração e diáspora

D.4.1 Principais ministérios e agências do governo que lidam com a migração

Enquadramento legal e institucional

A República de Cabo Verde é um Estado de direito democrático assente na Constituição da República, que consagra a independência dos órgãos de soberania, a saber: O Presidente da República, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais. É neste contexto que operam as instituições e agências do governo que têm responsabilidades em matéria de migrações.

- O *Ministério de Negócios Estrangeiros (MNE)* tutela as representações diplomáticas de Cabo Verde instaladas sobretudo nos países onde as comunidades cabo-verdianas são mais expressivas; é responsável pelas relações internacionais e a preparação dos tratados, protocolos e acordos com outros Estados, incluindo os relacionados com as temáticas das migrações.
- A *Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Tratados (DGACT)* faz o acompanhamento da dimensão externa das questões relacionadas com a entrada e permanência de cidadãos estrangeiros em Cabo Verde, tem ainda a responsabilidade pelo acompanhamento dos processos de deportação de cidadãos cabo-verdianos para Cabo Verde.
- O *Ministério das Comunidades Emigradas* tem a função de coordenar a Comissão Interministerial para Estudo e Proposição das Bases da Política de Imigração e tutela a área da emigração, incluindo o Instituto das Comunidades.
- O *Instituto das Comunidades (IC)* é um serviço personalizado do Estado, encarregue de promover e de executar a política governamental relacionada com as comunidades cabo-verdianas no exterior.

- A *Direcção de Estrangeiros e Fronteiras (DEF)*, órgão da Polícia Nacional (PN) sob a tutela do Ministério da Administração Interna (MAI), tem a responsabilidade operacional pela área da imigração, designadamente, o controlo das fronteiras; atribuição de vistos no território nacional; emissão de autorizações de residência; e deportação de estrangeiros.
- A *Polícia Judiciária* (PJ) investiga a criminalidade nas suas diversas vertentes, incluindo a relacionada com a migração.
- A *Guarda Costeira* das Forças Armadas enquadra-se no Ministério da Defesa Nacional, é responsável pela protecção das fronteiras, pelo patrulhamento das águas nacionais de Cabo Verde e operações de intercepção de embarcações e de salvamento no mar.
- O *Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade Social (MTFPSS)* tem a responsabilidade da emissão de autorizações de trabalho, assumindo igualmente a questão da integração social de imigrantes, através de iniciativas específicas de intervenções.
- O *Ministério da Justiça (MJ)* tem competência para atribuir a cidadania cabo-verdiana.
- A *Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC)* tem a responsabilidade da mobilização das organizações responsáveis pela assistência aos migrantes.
- O *Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA)* é responsável pelos cuidados e acolhimento de menores em situação de risco. Nesse sentido, tem a responsabilidade de acolher menores estrangeiros interceptados em embarcações irregulares, enquanto decorre a preparação do processo de deportação.

D.5 Análise da coerência política

D.5.1 Coordenação política e o processo de criação de política sobre migração

Nota-se que há necessidade de compilação, num único documento, todas as iniciativas relacionadas com a emigração. No que diz respeito à emigração não existe uma figura institucional que faça a coordenação política global dos assuntos relacionados com o sector, embora existam comissões e grupos de trabalho que proporcionam espaços de interacção e concertação entre diversos intervenientes ligados à temática, assim como iniciativas pontuais nesse sentido. É de sublinhar o papel que o Instituto das Comunidades desempenha na ligação entre empresas e outras instituições nacionais que procuram alcançar as comunidades da diáspora, nomeadamente, associações e individualidades, e vice-versa.

A política de imigração ainda se encontra em pleno processo de elaboração, e é o Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro o responsável por essa política, uma vez que coordena a Comissão Interministerial para Estudo e Proposição das Bases da Política de Imigração, como referido na subsecção D1.

Apesar de não haver um quadro legal específico, várias demandas têm sido atendidas numa coordenação concertada entre as instituições que intervêm na área da imigração, designadamente, nos processos de intercepcção de embarcações irregulares, deportação de cidadãos estrangeiros, tudo num ambiente de colaboração institucional entre a DEF, a PJ, a Guarda Costeira, a Polícia Marítima, o ICCA, a CNDHC e os tribunais.

D.5.2 Disseminação da migração nos planos de desenvolvimento

Os principais documentos[36] que servem de orientação ao desempenho de sucessivos Governos em Cabo Verde têm vindo a incorporar posições que reconhecem, por um lado, a importância das comunidades de emigrantes radicados no estrangeiro e, por outro, a necessidade de implementação de medidas que reforcem a ligação do país de origem com essas comunidades de cabo-verdianos. Tanto no Programa de Governo de 1981-1985 como no de 1986-1990, estava patente a intenção de criar condições para incentivar o envio de remessas dos emigrantes, a fim de serem canalizadas para investimentos em sectores da economia. No programa de 1995-2000 surge a preocupação de melhorar a comunicação com a diáspora e o investimento no seu estudo aprofundado. Os programas seguintes 2000-2005 e 2006-2011, vêm lançar novos desafios que passam pela garantia de participação dos emigrantes na vida do país, o reforço da sua ligação à terra de origem e o interesse pelas gerações de descendentes (Cardoso, 2009).

As Grandes Opções do Plano (GOP) 2002-2005,[37] chamam a atenção para a existência de uma contradição entre uma política activa de incentivo à emigração e uma estratégia nacional de desenvolvimento que tenha por base o capital humano. Aprofunda a política de incentivo às remessas, alargando-a à internacionalização do mercado de capitais e Bolsa de Valores e o Mercado Secundário de Títulos.

[36] Trata-se de Programa de Governo (PG), Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP).

[37] Documento abrangente da estratégia de desenvolvimento, p. 45.

No PND 2002-2005[38] reconhece-se que um dos desafios importantes de Cabo Verde passa pela adequação das estratégias sectoriais de desenvolvimento às tendências surdas da dinâmica demográfica, entre as quais, a migração. Chama-se a atenção para o facto de a diminuição da emigração poder dificultar a resolução das dificuldades do desenvolvimento, aliada a outros factores como o não aumento, nem o aprofundamento da base produtiva e a continuação do aumento duma população com um forte peso da juventude, conjugado com os sinais de perda de dinamismo demográfico.

O DECRP (2004) ensaia análises sobre a relação entre a emigração, a pressão sobre as terras cultiváveis, as remessas e os seus efeitos relativamente à persistência da pobreza. Argumenta-se que a diminuição da emigração tende a reforçar o processo que gera a pobreza no meio rural, uma vez que faz aumentar essa pressão sobre as terras de cultivo.[39] Contudo, igualmente se afirma que, a longo prazo, um dos efeitos das remessas seria, exactamente, o de contribuir para a persistência da pobreza. O DECRP lança o alerta para o problema da sustentabilidade do desenvolvimento de Cabo Verde, devido ao peso das remessas enquanto fonte de financiamento. Note-se que entre os vectores da estratégia de mobilização de recursos externos, se inclui a medida de atracção de remessas. É face a este quadro que ganha pertinência o facto de Cardoso[40] alertar para o desfasamento que poderá persistir entre as posições assumidas e o que ocorre na prática. A falta de investimento em estudos aprofundados sobre a diáspora constitui uma lacuna importante.

É com o DECRP (2008) que surge a preocupação com o fenómeno da imigração. Sublinha-se a necessidade de definição de uma política de imigração, reconhecendo a necessidade de agilizar o processo de permanência legal de cidadãos estrangeiros em sintonia com as necessidades do mercado de trabalho. Daí a criação da Comissão Interministerial para o Estudo e Proposição das Bases de uma política de Imigração. Assume-se o combate à imigração clandestina e ao emprego de estrangeiros que se encontrem em situação irregular, sublinhando a necessidade de um enquadramento em respeito por condições humanas aceitáveis.

[38] Representa uma etapa na materialização da estratégia nacional de desenvolvimento, p. 51.
[39] DECRP (2004), p. 37.
[40] Ver Katia Cardoso (2009).

D.5.3 Iniciativas de mobilização da diáspora para o desenvolvimento

As autoridades cabo-verdianas têm tido um conjunto de iniciativas enquadradas sobretudo na área do incentivo e da facilitação através de isenções diversas. Por outro lado, há o projecto DIAS de Cabo Verde, que marca uma nova fase no modo de mobilização da diáspora para o desenvolvimento de Cabo Verde.

São de destacar as iniciativas a nível bancário destinadas a incentivar a transferência de remessas e o investimento em Cabo Verde. Estas iniciativas consistem na criação de produtos e contas especiais[41] exclusivamente destinadas a emigrantes.

Outro grupo de iniciativas tem a ver com a criação de benefícios alfandegários para o emigrante que regressa definitivamente a Cabo Verde. Este fica isento de direitos aduaneiros sobre mobiliários e equipamentos destinados ao recheio de sua casa e ao exercício da sua profissão.[42] As viaturas, embora igualmente isentas desses direitos aduaneiros, ficam sujeitas ao IVA[43] e ao Imposto de Consumo Especial.[44] Importa sublinhar que em 2008 o Estado concedeu aos emigrantes cerca de 312 mil contos de isenção na importação de viaturas, contra os 273 mil de 2007. Esse montante corresponde a cerca de 7,6% de perda das receitas que o Estado deveria arrecadar.[45] Note-se que para entrarem em circulação, estas viaturas terão chapa de matrícula de fundo verde, como forma de as distinguir, na medida em que só podem ser conduzidas pelo "beneficiário, pelo cônjuge e filhos que coabitem com aquele ou que, tendo domicílio ou residência no estrangeiro, estejam de visita a Cabo Verde por período não superior a 90 dias", (Manual do Emigrante, 2006, p. 44 e 45).

Há ainda um conjunto de incentivos que visam fomentar o investimento em Cabo Verde e dos quais os emigrantes podem usufruir. São incentivos fiscais e aduaneiros que se destinam a investimento externo, empresas francas e empresas de produção de bens e serviços destinados exclusivamente à exportação. Enquadram-se nesses incentivos, diversas isenções de tributação,

[41] Decreto-Lei nº 53/95 de 26 de Setembro, substitui as contas especiais anteriores pelas contas poupança, contas de emigrante em moeda estrangeira e contas de emigrantes em escudos cabo-verdianos.
[42] Manual do Emigrante, Instituto das Comunidades.
[43] Lei nº 21/VI/2003, de 14 de Julho.
[44] Lei nº 22/VI/2003, de 14 de Julho.
[45] s/autor, (2009, 23 de Novembro), Emigrantes beneficiam de 300 mil contos de isenções, suplemento *Cifrão, Asemana*, p.2.

regimes especiais na importação de matérias primas, livre exportação de produtos, além de garantias que são dadas em relação à não discriminação, segurança e protecção de bens, transferências de divisas, contas em divisas e recrutamento de trabalhadores estrangeiros.

É de salientar que a implementação do projecto DIAS de Cabo Verde inaugura uma nova forma de transferência, isto é, a de competências. Deste modo, os profissionais da diáspora têm a oportunidade de colocarem as competências adquiridas no estrangeiro ao serviço de sectores prioritários para o desenvolvimento do país e que carecem da contratação de especialistas. Encontra-se já em fase de planeamento uma segunda fase do projecto DIAS.

D.5.4 Capacidade de construir soluções e gestão da migração

Uma breve análise, de alguns estudos e relatórios sobre as migrações em Cabo Verde, permite colocar a hipótese de que talvez um obstáculo importante à construção de soluções e gestão das migrações seja a ausência quase absoluta do princípio de avaliação objectiva, planificada e consequente, em relação às iniciativas levadas a cabo nessa área e associadas a um frenesi que se esgota no anúncio da realização desses mesmos estudos e relatórios, bem como a ausência de medidas com o objectivo de criar processos de recolha de dados. Uma vez concluídos e feitas as recomendações, encerram-se os processos, o que indicia deficiente divulgação e o modo como esses trabalhos são ignorados, apesar de constituírem apoios na implementação de medidas capazes de construir soluções e gerir a migração de forma integrada e consequente. A existência deste quadro explicará porque motivo existem bases de dados que são criadas mas não chegam a ser alimentadas;[46] diversos formulários que aguardam tratamento estatístico;[47] séries de recolha, tratamento e publicação de dados que são suspensas;[48] avaliações de programas que não são incorporadas;[49] etc.

É nesse sentido que aponta a observação de que "é possível verificar uma falta de capacidade por parte das autoridades de Cabo Verde para dar prioridade a áreas de interesse mútuo, identificar conquistas rápidas e implementar as acções necessárias a curto prazo"(ICMPD, 2009).

[46] Ver Jacques dos Santos (2005) sobre a questão da base de dados da Direcção Geral do Ensino Superior e Ciência.

[47] Por exemplo, os relativos a pedidos de visto e de autorização de residência.

[48] Caso dos cartões de embarque e desembarque de cidadãos estrangeiros suspensos desde 1996.

[49] Ver a avaliação sobre o Programa Nacional de Prevenção e Acompanhamento da Deportação efectuada em Suely Ramos Neves (2008), *Connecting the Dots: What is the Current Process for Reintegrating Cape verdean Immigrants Deported from the United States?*, SIT Graduate Institute, tese apresentada para a obtenção do grau de Master of Arts in Intercultural Service, Leadership, and Management, In mimeo.

Também é certo que a falta de recursos humanos, técnicos e financeiros representa um sério entrave à capacidade de construção de soluções. Veja-se o caso do programa de acolhimento de deportados em que há um plano de intervenção elaborado, com casos bem sucedidos de estratégias de inserção social, mas não há recursos financeiros que permitam uma intervenção mais abrangente.

Particularmente no que diz respeito a projectos na área das migrações urge analisar a implementação de medidas de avaliação e de sustentabilidade das mesmas, de modo que os seus efeitos se multipliquem para além do momento de termo formal de cada projecto.

PARTE E: Conclusões

E.1 Principais aspectos das actuais tendências migratórias

A deficiente capacidade de acompanhamento constitui um dos principais aspectos a serem referidos na sequência da análise levada a cabo no âmbito deste relatório. Esta lacuna tem repercussões em relação a aspectos que se prendem tanto com a entrada como com a saída de pessoas. Daí a dificuldade de se proceder ao levantamento do número de migrantes.

No que se refere à imigração, os principais países de origem daqueles que chegam a Cabo Verde são Guiné-Bissau, Portugal, China, Itália, São Tomé, Angola, Nigéria e Senegal. A maioria dos que se encontram no mercado de trabalho estão no sector dos serviços (89%), representando a categoria de pessoal dos serviços e vendedores a maior parcela (39%). Assinala-se a existência de certos problemas no mercado laboral, designadamente, situações de exploração associadas ao não estabelecimento e/ou incumprimento de contratos de trabalho. Uma queixa bastante comum é a que incide sobre a morosidade do processo de legalização e a ausência de instituições defensoras dos interesses dos imigrantes. Outra incógnita importante que permanece é a que tem a ver com a função que Sal e Boa Vista ocupam no processo de imigração, tanto em relação ao volume de mão-de-obra fixada nestas ilhas, como aos sectores económicos em que estão inseridas.

Quanto à emigração, permanece a lacuna referente à inexistência de estudos nacionais sobre a dimensão da diáspora cabo-verdiana. Em relação ao mercado de trabalho, os dados apontam para a integração nos sectores menos qualificados, nomeadamente o fabril, serviços de limpeza e construção civil. Por outro lado, as problemáticas do repatriamento e da fuga de cérebros parecem colocar desafios importantes ao futuro das migrações em Cabo Verde. Os dados revelam uma diminuição de repatriados para Cabo Verde em 2008, mas a verdade é que se desconhece o número de cidadãos cabo-verdianos que já se encontram em processo de deportação no estrangeiro, podendo ser enviados em qualquer altura, com os impactos sociais advenientes.

Por outro lado, no que respeita a estudantes que saíram para receber formação superior no estrangeiro, tem-se verificado a diminuição do número daqueles que regressam ao país. Não se sabe por isso se contribuem para elevar a taxa de fuga de cérebros do país, já de si elevada, ou se a permanência no exterior faz parte de uma estratégia de aumento de qualificação académica, para garantir

maior probabilidade de sucesso na entrada no mercado de trabalho do país de origem. O encerramento de fronteiras de países que são destinos tradicionais da emigração cabo-verdiana, incentiva a procura de alternativas a essa estratégia de saída fortemente enraizada na sociedade de Cabo Verde. As remessas ainda não dispõem de um sistema eficaz de incentivo, captação e encaminhamento. Nota-se a existência de um conjunto de programas e medidas importantes na área das migrações, com realce para a captação de competências e promoção da integração, faltando, contudo, mecanismos de avaliação objectivos e rigorosos.

E.2 Recomendações sobre como gerir a migração

E.2.1 Recomendações para a melhoria das estatísticas sobre as migrações

As recomendações que se seguem têm por objectivo a melhoria do processo de recolha, tratamento e divulgação de dados junto de determinadas instituições e a formulação de respostas às principais dificuldades que os migrantes enfrentam no seu quotidiano. Daí serem dirigidas, por vezes, a instituições específicas. Por outro lado, o acatamento destas recomendações poderia permitir a produção de dados para a actualização regular do Perfil Migratório de Cabo Verde e a crescente adaptação, em termos de indicadores, de modo a garantir a comparabilidade dos dados nacionais, a nível regional e internacional.

- **Direcção de Estrangeiros e Fronteiras**: a) digitalização de todo o arquivo em papel de modo a ser criada uma base global de dados relativos a: vistos e recusas de entrada; detenções em território nacional; e repatriamentos; b) publicação de relatórios semestrais e anuais na página na internet da Polícia Nacional.

- **Superação de barreiras à produção de dados**: elaboração de um programa de capacitação das instituições que têm responsabilidades na área das migrações, de modo a superar barreiras que têm impossibilitado a recolha, o tratamento e a publicação de dados. O programa deverá contemplar tanto a vertente de equipamentos - designadamente, computadores e programas informáticos - como a sensibilização de agentes administrativos para a importância do correcto registo e tratamento desses dados.

- **Uniformização de categorias e conceitos estatísticos, incluindo a desagregação dos dados**: torna-se necessário, de modo a permitir a

comparação de dados produzidos tanto por instituições nacionais como por organizações internacionais, particularmente no que se refere à sub-região africana em que Cabo Verde está inserido; contribuindo ainda para o acompanhamento de movimentos migratórios nessa região.

- **Instituto das Comunidades**: a) levantamento de migrantes cabo-verdianos na diáspora; b) avaliação e divulgação dos resultados dos programas de captação de competências da diáspora para o desenvolvimento de Cabo Verde e aprofundamento de iniciativas nesta área; c) publicação de relatórios semestrais e anuais sobre a problemática da deportação.

- **Ministério de Negócios Estrangeiros**: levantamento de vistos atribuídos a cidadãos cabo-verdianos, junto de representações diplomáticas e consulares, enquanto importante instrumento de análise de fluxos migratórios.

- **Ministério do Trabalho Família e Solidariedade Social**: a) criação duma base de dados de contratos homologados; b) publicação de relatórios semestrais e anuais incidindo sobre as questões anteriores.

- **Ministério da Justiça, Direcção Geral dos Registos, Notariado e Identificação**: a) criação duma base de dados sobre a naturalização, abrangendo tanto estrangeiros que tenham adquirido a nacionalidade cabo-verdiana, como os descendentes de cabo-verdianos que tenham acedido a essa nacionalidade; b) publicação de relatórios semestrais e anuais.

- **Ministério da Educação e Desporto e Ministério do Ensino Superior Ciência e Cultura**: criação de bases de dados abarcando os estudantes inscritos no sistema de ensino, com particular atenção aos universitários e aos descendentes de imigrantes. Isto tendo em vista a) o seguimento da problemática da fuga de cérebros e b) a análise permanente da situação de acolhimento que a instituição escolar reserva a estudantes de outras nacionalidades que iniciem o seu percurso escolar em Cabo Verde.

- **Banco de Cabo Verde**: publicação de relatórios trimestrais e anuais sobre investidores externos, produtos bancários relacionados com emigrantes e saídas de remessas.

- **Instituto Nacional de Estatística**: a) criação de boletins estatísticos periódicos que incidam sobre dimensões relacionadas com as migrações, à semelhança do que o instituto produz em relação a sectores como o emprego, o turismo, a demografia, etc.

- **Direcção Geral das Alfândegas**: publicação de relatórios semestrais e anuais incidindo sobre os processos relacionados com emigrantes, estudantes e investidores externos.

E.2.2 Recomendações sobre gestão das migrações

As recomendações apresentadas a seguir têm por objectivos principais a criação de condições para o acompanhamento rigoroso do fenómeno das migrações e o seu melhor aproveitamento tanto para Cabo Verde como para os migrantes; e, ainda, a criação de capacidade de antecipar ou minimizar (Carvalho, 2008a) eventuais problemas como a discriminação de imigrantes ou a inserção problemática de gerações de descendentes, tanto no território nacional como na diáspora. Além de uma maior capacitação institucional para melhor se aproveitarem as oportunidades inerentes aos processos migratórios. Por último, estas recomendações visam chamar a atenção para a necessidade de uma abordagem que valorize certos aspectos inerentes à imigração e que possam despoletar, entre os investigadores, o interesse para um posicionamento assente numa observação mais sistemática e capaz de abarcar as novas formas através das quais se expressa (Marques et al, 2008), com uma postura menos enraizada na abordagem tradicional do fenómeno migratório, que considera a emigração apenas um problema.

- **Sistema de acompanhamento**: Criação de um sistema nacional de acompanhamento de todos os cidadãos que entram e saem do território nacional, sob administração da Direcção de Estrangeiros e Fronteiras. Tal registo teria de comportar os dados de caracterização essenciais que se considerarem relevantes. Um sistema de acompanhamento coadjuvado por mecanismos de análise e seguimento especializado é essencial para a produção de dados estatísticos e para a gestão das migrações cabo-verdianas. Sobretudo quando se considerarem as características socioeconómicas do país e a necessidade de garantir maior sustentabilidade às medidas e políticas a serem implementadas. Sempre com a preocupação de se construir uma abordagem que considere a perspectiva do contexto regional em que Cabo Verde está inserido.

- **Sociologia das migrações**: maior inclusão da análise elaborada no âmbito da sociologia das migrações, pois as análises dominantes, sobretudo de pendor demográfico e estatístico – embora indispensáveis – carecem de um maior aproveitamento do conhecimento que tem sido produzido na área da sociologia das migrações, evitando que sejam tomadas por correctas

determinadas associações que correm o risco de não virem a ser verificadas e abrindo caminho a novas propostas cientificamente fundamentadas.

- **Observatório das Migrações**: criação do observatório das migrações com o objectivo de, por um lado, dinamizar a recolha, tratamento e publicação de dados periódicos sobre as migrações, com qualidade e cobertura, e, por outro, fomentar estudos aprofundados sobre as várias dimensões do fenómeno, tanto a nível nacional como regional. Contribuiria para a supressão de uma lacuna importante, a ausência de um sistema abrangente de gestão das migrações, que inclua os domínios legais e institucionais, assim como os diferentes aspectos do fenómeno - admissão, permanência, asilo, migração irregular, repatriação e readmissão. O Observatório das Migrações teria ainda a função de promover a sensibilização da sociedade cabo-verdiana em relação à diversidade de aspectos relacionados com as migrações, face ao vazio institucional existente relativamente à imigração.

- **Sensibilização da sociedade cabo-verdiana para a imigração**: dado o aumento do volume de imigrantes em Cabo Verde e o surgimento de tomadas de posição públicas que associam os imigrantes a situações de tráfico, contribuindo para a criação de uma imagem negativa, torna-se urgente a criação e implementação de um programa nacional tendo em vista a sensibilização e esclarecimento da sociedade cabo-verdiana quanto aos aspectos positivos que a imigração também representa. Tal seria um contributo importante para a criação de uma imagem mais equilibrada e realista dos imigrantes.

- **Plano de acção para a migração**: elaboração de um plano de acção para a migração enquanto instrumento de sustentação do funcionamento dum fórum de carácter consultivo – a ser criado – e que reunirá à sua volta todas as instituições que lidam com as questões migratórias.

- Definição de um **pacote de estudos** sectoriais dirigidos a públicos e temáticas específicas, de modo a permitir um melhor conhecimento das problemáticas adjacentes e a consequente tomada de medidas. Esses estudos sectoriais poderiam ser dirigidos, designadamente, a:

    - *Género e migrações*, tendo em conta as especificidades do género no processo migratório; as consequências daí advenientes na estrutura familiar, designadamente, filhos que não vivem com um ou ambos os pais; a assumpção do papel de chefe de família por mulheres que ficam para trás.

- *Contribuição de imigrantes para o desenvolvimento de Cabo Verde* como forma de sensibilizar a sociedade para a importância daqueles que procuram Cabo Verde como país de destino em particular, e a importância da imigração a nível geral;
- *Menores de idade e migrações*: na medida em que se trata de um grupo que sofre um conjunto de efeitos potencialmente perturbadores do seu processo de socialização e construção de futuro, torna-se necessário conhecer e divulgar, até como forma de preparar melhor os processos migratórios, nomeadamente, os de âmbito de reagrupamento familiar.

- **Avaliação das remessas**: proceder a uma profunda avaliação do processo de envio de remessas, para se perceberem os mecanismos que têm determinado o seu funcionamento; e se possa proceder à criação de mecanismos mais incentivadores e facilitadores do seu envio, de modo a conseguirem-se medidas que proporcionem o aumento do seu impacto no desenvolvimento.

- **Política de emigração**: compilar num único documento as diversas iniciativas em curso, ou anunciadas, que dizem respeito à emigração e se encontram dispersas por várias instituições, de modo a constituir a política de emigração de Cabo Verde.

- **Câmaras municipais**: sendo a migração um fenómeno local, as câmaras municipais deveriam assumir mais responsabilidades e tomar iniciativas que passariam, designadamente, pela criação de um Gabinete do Migrante, com pessoal formado adequadamente. Embora algumas já tenham tal estrutura a funcionar, com maiores ou menores dificuldades. A iniciativa das câmaras municipais deveria ir além das festas e encontros anuais que têm decorrido durante o período em que os emigrantes regressam de férias.

- **Criação de programas de prevenção da deportação**: iniciativa que deve ser promovida pelo Instituto das Comunidades, sem afastar a possibilidade de colaboração com instituições particulares e da sociedade civil, em Cabo Verde e na diáspora.

- **Gestão da vertente de inserção social do repatriamento:** deve ser passada para o ministério que tutela a solidariedade social, salvaguardando a necessária e efectiva sintonia e colaboração com o Instituto das Comunidades.

- **Sensibilização de imigrantes antes da partida para Cabo Verde**: poderia ser efectuada com recurso à rede de embaixadas e consulados, para a sensibilização de imigrantes no país de origem, antes da sua partida. A responsabilidade dessa sensibilização seria do Ministério de Negócios Estrangeiros Cooperação e Comunidades e focaria especialmente as características sócioeconómicas e culturais de Cabo Verde, tendo em vista a melhor integração do imigrante após a sua chegada.

- **Criação de um gabinete de apoio jurídico ao imigrante:** sem prejuízo dos gabinetes a serem criados pelas câmaras municipais e antevendo dificuldades em termos de recursos financeiros e humanos com que essas instituições se deparam no seu quotidiano, seria importante a criação de uma rede nacional de gabinetes exclusivamente vocacionada para prestar todo o tipo de apoio jurídico ao imigrante, englobando áreas como o trabalho, a educação, a saúde, a segurança social, a naturalização, a autorização de residência e o repatriamento; em alternativa poder-se-iam incluir estas temáticas no rol das situações a cargo das *casas de direito* em implementação no país.

- **Cumprimento de prazos de resposta para pedidos de autorização de residência**: tem sido umas das principais reclamações de imigrantes e tem contribuído para a criação de uma imagem pública negativa das instituições públicas que lidam com o processo de atribuição de autorização de residência.

- **Fiscalização do mercado de trabalho**: definição de uma agenda de fiscalização sistemática das condições de trabalho englobando os sectores em que se encontram maioritariamente imigrantes, dando particular atenção à aplicação de contratos de trabalho e garantia de acesso à segurança social. Esta agenda poderia ser dinamizada, coordenada e implementada pelo Ministério do Trabalho Família e Solidariedade Social que tem a tutela da área do trabalho.

- **Capacitação de sindicatos** para a fiscalização e a defesa dos direitos de imigrantes trabalhadores.

- **Direcção Geral das Alfândegas**: a) clarificação da lista de comprovativos que o emigrante deve apresentar para cada situação específica, de modo a pôr cobro a situações de exercício de poder discricionário por parte de funcionários dessa instituição; b) clarificação e uniformização do sentido instituído aos conceitos de emigrante, estudante e investidor externo, pois

a confusão reinante acaba por ter efeitos perversos nos direitos, regalias e incentivos daqueles que regressam ou queiram vir para Cabo Verde.

- **Segundas gerações**: atenção especial à gerações de descendentes de emigrantes cabo-verdianos, de modo a divulgar as oportunidades existentes em Cabo Verde, em simultâneo com a criação de oportunidades e condições propiciadoras do estabelecimento e/ou da ligação com as ilhas, para que aqueles que o pretendam fazer (ver Marques e Martins, 2005) possam participar no quotidiano de Cabo Verde, perante o surgimento de condições favoráveis ao desenvolvimento do transnacionalismo (Carvalho, 2007; Carvalho, 2008b).

- **Repatriamento de imigrantes**: criação de condições de detenção e repatriamento de forma a garantir um tratamento que respeite a dignidade humana dos cidadãos em processos de expulsão administrativa e/ou judicial.

- Criação da figura de **Provedor do Migrante**: teria o papel de orientação e aconselhamento em matérias relacionadas tanto com imigrantes como emigrantes, designadamente, a nível de expedientes diversos junto de instituições públicas e privadas.

- **Criação de um fundo destinado a apoiar iniciativas da sociedade civil na área da imigração**, particularmente as associações e ONG's, tanto de imigrantes como de nacionais, como forma de incrementar a defesa dos direitos dos trabalhadores imigrantes e contribuir para desenvolver a sua participação social[50] no contexto cabo-verdiano. O fundo poderia ser criado em moldes que garantam a sua autonomia patrimonial e administrativa, sob a tutela do Ministério Adjunto e das Comunidades Emigradas, que também responde a nível governamental por iniciativas na área da imigração.

Outros agradecimentos do consultor:

À professora Doutora Margarida Marques pelas observações críticas e sempre estimulantes; ao Roger Evina; e à Marline Carvalho, Carmem Barros e Clara Barros pela leitura e comentários.

[50] Para aprofundar a abordagem da participação social em contextos migratórios ver Marques et al. (2008).

Bibliografia

Albuquerque, L. et al

1991 *História Geral de Cabo Verde*, Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica e Tropical, p. 39, Vol. I.

Amaral, I.

2001 "Cabo Verde: introdução geográfica", in *História Geral de Cabo Verde*, vol. I (Coord. Albuquerque, Luis de & Santos, Maria Emília Madeira), Lisboa/Praia, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica e Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001.

Andrade, J.

1998 "Migrações nas ilhas de Cabo Verde", in *Descoberta das ilhas de Cabo Verde*, Praia: Arquivo Histórico Nacional.

Angola Digital

2006 Censo populacional vai custar 70 milhões de dólares, por AD, publicado em 12/06, acedido em 23/10/09 http://www.angoladigital.net/index.php?option=com_content&task=view&id=2074&Itemid=1

A Nação

2008 O desafio da "morabeza", do "mandjaco" e do "amigo", por Francisco Carvalho, publicado em 18/12/2008, p. 35.

2009a Imigração africana em Cabo Verde, entre a marginalização e a exploração, por Karina Monteiro, publicado em 1/10/2009, pp. 2-5.

2009b Governo irá legalizar os bissau-guineenses, s/autor, publicado em 10/12/2009, p. 11.

A Semana

2009 Aumenta número de deportados para Cabo Verde, s/autor, publicado em 10/9/2009, acedido em 11/10/2009, http://asemana.sapo.cv/spip.php?article45184&ak=1

Banco Mundial

2004 *International migration, remittances and the brain drain*, vol.I, p.175-6.

2009 *Migrant Remittance Inflows*, Latest data, November 2009, The World Bank, Washington D.C. http://go.worldbank.org/SSW3DDNLQ0

Beine, M., Docquier, F. e Rapoport, H.
2006 Brain drain and human capital formation in developing countries: winners and losers, Discussion Paper 2006-23, Département des Sciences Économiques de L'Université Catholique de Louvain, http://sites.uclouvain.be/econ/DP/IRES/2006-23.pdf

Cabral, A.
2009 *Brain drain:* oportunidade ou ameaça? Migrantes universitários, redes globais e retorno social do investimento educativo em Cabo Verde. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Cardoso, K.
2009 "A diáspora ao serviço do desenvolvimento: os pontos de contacto entre a emigração e a política externa cabo-verdiana", *in* Pedro Góis (org) (2009), *Comunidades Cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*, Lisboa: ACIDI, pp. 193-206.
2010 "O que há de global na violência colectiva juvenil na Cidade da Praia? Algumas pistas iniciais de reflexão", REC-Revista de Estudos Cabo-verdianos, Universidade de Cabo Verde, nº 3 (no prelo).

Carling, J.
2002 Cape Verde: Towards the End of Emigration?, disponível em http://www.migrationinformation.org/Profiles/print.cfm?!ID=68
2004 Emigration, Return and Development: The Impact of Closing Borders, Population, Space and Place 10, Jonh Wiley & Sons Ltd.

Carling, J. e Akesson L.
2009 "Mobility at Heart of a Nation: Patterns and Meaning of Cape Verdean Migration", in International Migration vol. 17 August.

Carreira, A.
1977 *Migrações nas ilhas de Cabo Verde,* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Carvalho, F.
2008a *Cabo Verde e o desafio da imigração*, comunicação apresentada no Fórum sobre as Ciências Sociais, ISE – Universidade de Cabo Verde, Praia, 29 e 30 de Maio.

2008b "Filhos de imigrantes Cabo-verdianos em Portugal: a questão identitária", Travessias – Revista de Ciências Sociais e Humanas, nº 9, pp. 133-156, Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasil.

2007 "Segunda geração e crise de identidade. Breve discussão de conceitos", Revista de Estudos Cabo-verdianos, nº 5, Praia: Universidade de Cabo Verde.

Coller, X.

2000 *Estudio de casos*, Cadernos Metodológicos, N.º 30, Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

Costa, F.

2007 *Globalização, diversidade e cidades criativas. O contributo dos imigrantes para as cidades. O caso de Lisboa*, Tese de Doutoramento, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

Divisão de População das Nações Unidas

2009a *Trends in International Migrant Stock: The 2008 Revision* (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2008), http://esa.un.org/migration/p2k0data.asp

2009b *World Population Prospects, the 2008 revision* em http://esa.un.org/unpp/index.asp?panel=2

2006 *International Migration, 2006 Wallchart (United Nations publication, Sales Nº. E.06.XII.6).*

Docquier, F., A. Marfouk e B. L. Lowell

2008 *A gendered assessment of the brain-drain*, http://perso.uclouvain.be/frederic.docquier/filePDF/DLM_PDR.pdf

DRC (Centro sobre a migração, globalização e pobreza)

2007 Global Migrant Origin Database, Universidade de Sussex.

Ferreira E., Rato H. e Mortágua M.

2004 Viagens de Ulisses. Efeitos da imigração na economia portuguesa, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa.

Gomes A. e S. Baptista

2002 "Imigração, desenvolvimento regional e mercado de trabalho: o caso português", in Revista de Estudos Regionais, N.º 1, Lisboa: INE.

Inforpress
2008a Imigrantes ilegais têm desembarcado na ilha da Boa Vista e Sal – Ministério da Defesa, s/autor, publicado em 4/6/2008, acedido em 26/10/2006, http://www.inforpress.publ.cv/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=5197
2008b Piroga sem tripulantes dá à costa em S. Nicolau, s/autor, publicado em 22/4/2008, acedido em 26/10/2009, www.inforpress.publ.cv
2008c Santo Antão: piroga sem tripulantes encontrada no Tarrafal de Monte Trigo, s/autor, publicado em 15/9/2008, acedido em 26/10/2009, www.inforpress.publ.cv

Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva
2008 Segundo inquérito demográfico e de saúde reprodutiva, Cabo Verde, IDSR-II, 2005, Instituto Nacional de Estatística e Ministério da Saúde, Praia.

International Centre for Migration Policy Development
2009 *Cabo Verde, avaliação de necessidades em matéria de asilo e migração*, Ministério de Assuntos Estrangeiros da Holanda,Viena.
2010 Interactive Map on Migration (i-Map), www.imap-migration.org, ICMPD, Europol, Frontex, Interpol, UNHCR and UNODC, 2010.

Instituto das Comunidades
2006 *Manual do Emigrante*, Praia, 3ª ed.
2009 Relatório de acompanhamento da problemática da deportação, Praia.

Instituto de Apoio ao Emigrante
1998 Países e cidades de acolhimento de cabo-verdianos, Praia.

Instituto Nacional de Estatística
2001 Migrações, Censo 2000, Praia.
2004 O perfil da pobreza em Cabo Verde, inquérito às despesas e receitas das famílias 2001/2002.
2007 Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar.
2008a Resumo dos principais indicadores demográficos, 2000-2020.
2008b Características e tendências das migrações e seus factores explicativos em Cabo Verde, Praia.
2009 Estatísticas de Turismo 2004-2008.

Marques, M., Santos R. e Leitão J. (colaboradores)
2008 Migrações e participação social. As associações e a construção de cidadania em contexto de diversidade – o caso de Oeiras, Fim de Século, Lisboa.

Marques, M M e Lopes Martins J.
2005 Jovens, migrantes e a sociedade da informação e do conhecimento, Lisboa: ACIDI

Marques, M M, Araújo F. e Santos R.
2001 "Ariadne's thread. Capverdean Women in Transnational Webs", Global Networks, 1 (3), pp. 283-306.

Mady, B.
1995 Análise sumária da situação demográfica em Cabo Verde, Direcção Geral do Planeamento, Unidade de População e Recursos Humanos, Praia.

Ministério das Finanças e Planeamento
2004 Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza, Praia.

Ministério das Finanças e Administração Pública
2008 Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza II, Praia.

Ministério dos Negócios Estrangeiros Cooperação e Comunidades
2004 Política de emigração: desafios e perspectivas, Grupo de Trabalho.

Monteiro, C.
1997 Comunidade imigrada: visão sociológica, S. Vicente: Edição do autor.

Neves, S.
2008 Connecting the Dots: What is the Current Process for Reintegrating Cape verdean Immigrants Deported from the United States?, SIT Graduate Institute, tese apresentada para a obtenção do grau de Master of Arts in Intercultural Service, Leadership, and Management, In mimeo.

OCDE
2008 Immigrants by sector, DIOC, http://stats.oecd.org/index.aspx?lang=en

OIT
s/d *Etude sur la migration de main d'oeuvre au Cap-Vert: volet legislatif*, in La migration de main d'oeuvre en Afrique, RAF/02/312/EEC

Panapress
2006 Cabo Verde nega relação entre livre circulação na CEDEAO e imigração ilegal, s/autor, publicado em 26/10/2006, acedido em 22/11/2009 http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por002461&dte=26/10/2006

Papademetriou, D.
2005 *The Global Struggle with Illegal Migration: No End in Sight*, Migration Policy Institute, disponível em: http://www.migrationinformation.org/feature/display.cfm?ID=336

Pires, E.
2009 Remessas de emigrantes na crise económica global: o caso de Cabo Verde, Le Monde diplomatique, edição portuguesa, Agosto 2009, p. 3.

Portes, A.
2007 "Migration, Development and Segmented Assimilation: a Conceptual Review of the Evidence", ANNALS, AAPSS.

Ratha, D. e Z. Xu
2007 Migration and Remittances Factbook, Banco Mundial, www.worldbank.org/prospects/immigrationandremittance

Rocha, E.
2009 *Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde*, Dissertação para a obtenção do grau de mestre, Univ. de Cabo Verde.

Santos, J.
2005 *Étude sur la migration de main d'oeuvre au Cap-Vert dans le domaine statistiques*, Organization Internationale du Travail (OIT), Praia.

Semedo, A.
1998 "A corrida aos vistos dos cabo-verdianos", in *A diáspora cabo-verdiana entre exclusão e solidariedade*, Instituto Panos África do Oeste.

Semedo, J.
1998 “Um arquipélago do Sahel”, in Descoberta das ilhas de Cabo Verde, Praia: Arquivo Histórico Nacional.

SEF
2008 Relatório 1997 capítulo 1, http://www.sef.pt/portal/V10/EN/aspx/publicacoes/relatorios_detalhe.aspx?id_linha=4464

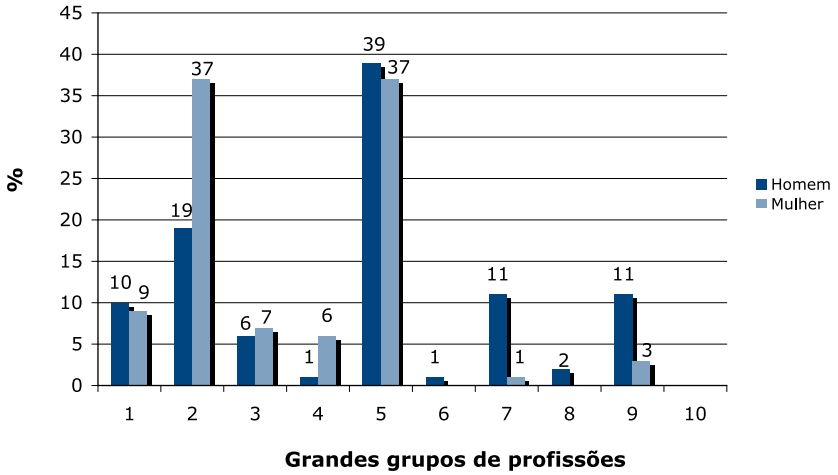
Tolentino, A. C., et al
2008 *A importância e o impacto das remessas dos emigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde*, Lisboa: ACIDI.

Tonnies, F.
1947 *Comunidad y Sociedad*, Ed. Losada, Buenos Aires.

Anexos

Anexo I – Dados estatísticos

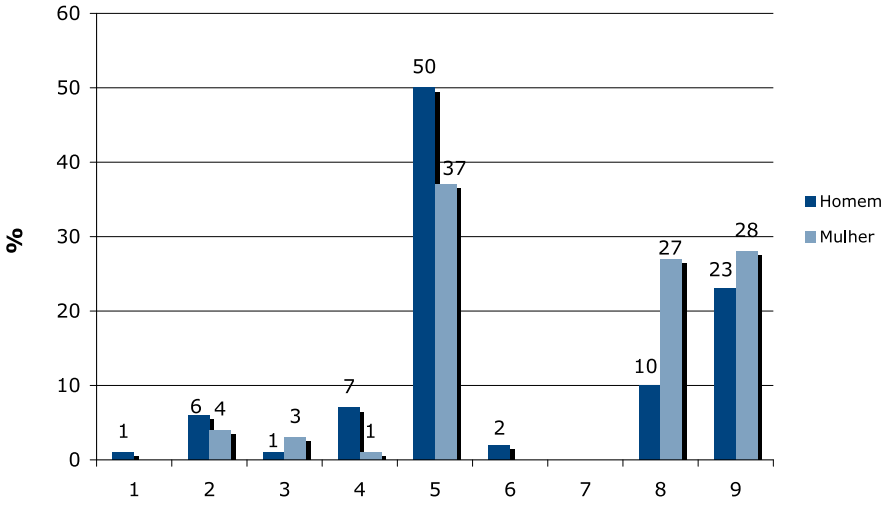
Figura 17: Distribuição de autorizações de residência, segundo grandes grupos de profissões, por sexo, 1976–2008



Legenda:	
1	Membros do executivo
2	Especialistas das profissões intelectuais e científicas
3	Técnicos e profissionais de nível intermédio
4	Pessoal administrativo e similares
5	Pessoal dos serviços e vendedores
6	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas
7	Operários, artífices e trab similares
8	Operadores de instalações e máquinas
9	Trabalhadores não qualificados
10	Forças armadas

Fonte: cálculos a partir da base de dados da DEF (2009).

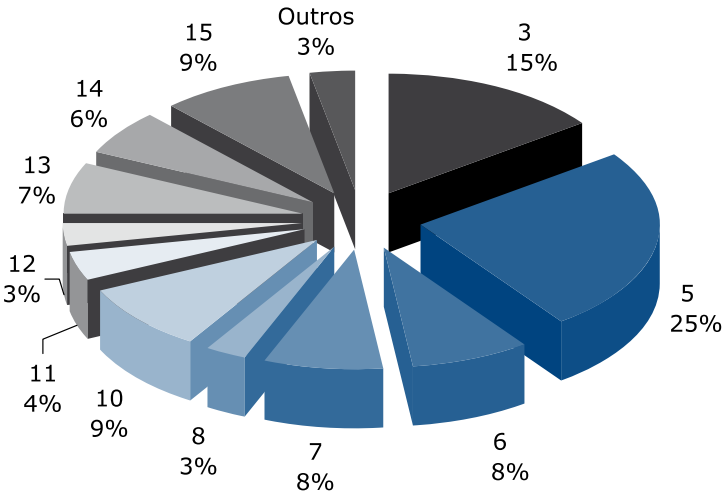
Figura 18: Distribuição de autorizações de residência, segundo sectores económicos, por sexo, 1976–2008



Legenda:	
1	Agricultura e pescas
2	Indústria manufactureira
3	Energia
4	Construção
5	Comércio, restaurants e hotéis
6	Transportes e comunicações
7	Banca e seguros
8	Serviços públicos, pessoais e sociais
9	Actividades não definidas

Fonte: cálculos a partir da base de dados da DEF (2009).

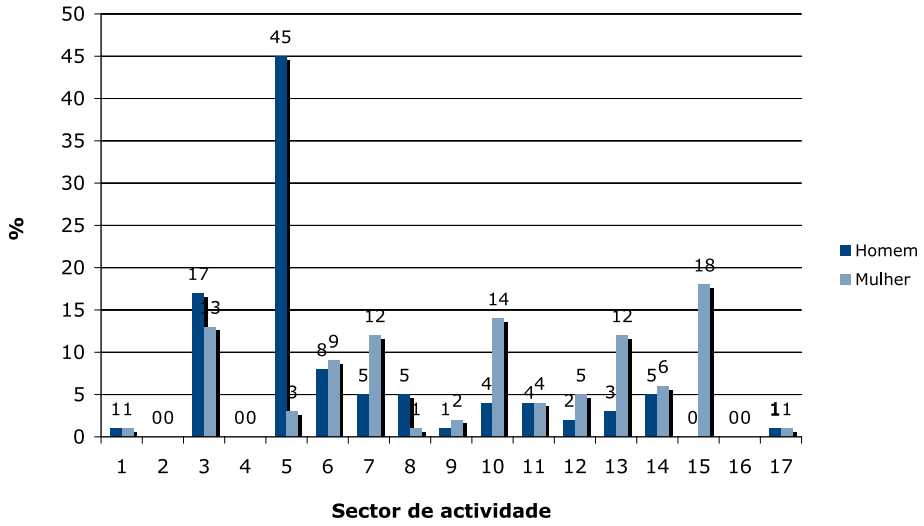
Figura 19: Emigrantes de origem cabo-verdiana em países da OCDE, por sector, 2008



Legenda:	
1	Agricultura e pesca
2	Minas e pedreiras
3	Manufactura
4	Abastecimento de electricidade, gás e água
5	Construção
6	Vendas a grosso e a retalho; reparação de veículos a motor, motociclos e bens domésticos e pessoais serviços pessoais
7	Hotéis e restaurants
8	Transportes, armazenamentos e comunicações
9	Intermediação financeira
10	Imobiliária, aluguer e actividades económicas
11	Administração pública e defesa; segurançasocial obrigatória
12	Educação
13	Saúde e trabalho social
14	Outras actividades comunitárias, sociais e
15	Empregadas domésticas
16	Instituições e organizações extra-territoriais
17	Desconhecido

Fonte: OCDE (2008).

Figura 20: Distribuição percentual de emigrantes de origem cabo-verdiana em países da OCDE, segundo o sexo, por sector, 2008



Legenda:	
1	Agricultura e pesca
2	Minas e pedreiras
3	Manufactura
4	Abastecimento de electricidade, gás e água
5	Construção
6	Vendas a grosso e a retalho; reparação de veículos a motor, motociclos e bens domésticos e pessoais
7	Hotéis e restaurantes
8	Transportes, armazenamentos e comunicações
9	Intermediação financeira
10	Imobiliária, aluguer e actividades económicas
11	Administração pública e defesa; segurança social obrigatória
12	Educação
13	Saúde e trabalho social
14	Outras actividades comunitárias, sociais e serviços pessoais
15	Empregadas domésticas
16	Instituições e organizações extra-territoriais
17	Desconhecido

Fonte: OCDE (2008).

Quadro 12: Distribuição de projectos de inserção sócioprofissional financiados, por áreas, segundo localidades, 2003–2008

Nº	Áreas/Localização	Brava	Mosteiros	Comum	Beneficiários	Total
1	Barbearias e salões de cabeleireiro	3	3	0	6	6
2	Micro - unidades de construção civil	1	4	0	5	5
3	Hortícola	3	2	0	4	4
4	Pecuária	1	4	0	6	5
5	Arte e artesanato	1	1	0	2	2
6	Comércio de roupas	1	0	0	2	1
7	Comércio de alimentos	3	1	0	5	3
8	Formação técnica	1	2	0	3	3
9	Ferramentas de extracção de inertes	1	2	0	3	3
10	Materiais de engraxador/sapateiro	1	0	0	2	1
11	Oficina de reparação de aparelhos electrónicos	1	0	0	1	1
12	Embarcação de pesca	1	0	0	1	1
13	Adequação de habitação	5	5	0	10	10
14	Tratamento de saúde	1	2	0	5	1
15	Capacitação em matéria de VIH/SIDA	0	1	0	30	1
16	Capacitação em língua portuguesa	0	0	1	31	1
Total		**24**	**25**	**1**	**116**	**48**

Fonte: IC (2009).

Quadro 13: População de Cabo Verde segundo o estatuto na pobreza por meio de residência e grupo de ilhas, 2001–2002

	Total	Muito Pobre	Pobre	Não pobre baixo	Não pobre médio	Não Pobre alto
Cabo Verde	470.687	92.828	79.899	227.197	47.141	23.622
Urbano	259.321	29.739	35.043	134.542	38.509	21.488
Rural	211.366	63.089	44.856	92.655	8.632	2.134
S. Antão	50.623	17.553	9.861	19.993	2.442	774
S. Vicente	71.446	7.372	10.868	38.909	8.482	5.815
Fogo	41.235	10.262	7.101	20.873	2.237	762
Praia urbano	106.595	8.246	13.391	54.866	19.375	10.717
Resto Santiago	149.379	42.083	31.306	64.576	9.249	2.165
Outras ilhas	7.312	7.372	27.980	5.356	3.389	51.409

Fonte: IDRF 2000/2001 (2004).

Quadro 14: Desigualdades e pobreza em Cabo Verde, 2001–2002

	Índice Gini	Pobres	Muito Pobres	População Rural
Cabo Verde				
1988-1989	0,43	30	14	56
2001-2002	0,59	37	20	46
(2001-2002) Por ilhas				
Boa Vista	0,42	13	2	52
Brava	0,50	41	16	73
Fogo	0,57	43	25	78
Maio	0,52	38	25	60
Sal	0,56	13	6	10
Santiago	0,57	37	20	48
Santo Antão	0,65	54	34	70
São Nicolau	0,48	40	24	60
São Vicente	0,62	26	11	6

Fonte: IDRF 2001/2002 (2004), Censo (2000), e IDRF (1988-1989) adaptado.

Quadro 15: Carteira de projectos activos do PNLP, 2000–2004

Nº	Projecto	Entrada em vigor	Período Vigência	Orçamento (Milhões USD)	Fonte de financiamento					Cobertura Geográfica
					BM[a]	GCV[b]	FIDA[c]	BAD[d]	BENEF.[e]	
1	PDSS	Sep-99	2000–2004	23,1	90	10	-	-	-	Todas as ilhas
2	PLPR	14/08/00	2000–2008	18,3	-	36	50	-	14	S. Antão, S. Nicolau, Fogo, Brava, Santiago (Tarrafal e S. Miguel)
3	PSGD	14/0601	2001–2004	6,0	-	10	-	90	-	Pref. S. Antão, S. Vicente e Santiago
Total				**47,4**						

Fonte: DECRP (2004).

Notas: a) Banco Mundial; b) Governo de Cabo Verde; c) Fundo para Investigação e Desenvolvimento Agrícola; d) Banco Africano de Desenvolvimento; e) Beneficiário

Quadro 16: Volume e participação da ajuda ao desenvolvimento, 1980–2002 (média anual)

	1980–89	1990–99	2000–02
Compromissos em milhões de USD	123,8	126,6	87,8
Repartição da ajuda (em % dos sectores)			
Ajuda-programa (ajuda alimentar)	54 (32)	29 (20)	30 (19)
Infra-estruturas e serviços sociais	6	27	36
Infra-estruturas, serviços e sectores	34	32	27
Amortização da dívida	0	3	4
Outros	6	10	3

Fonte: DECRP (2004).

Quadro 17: PIB real, PIB per capita e respectivas taxas de crescimento, 2004–2008

Indicador	2004a	2005b	2006b	2007c	2008c
Taxa de crescimento do PIB real	4,3	6,5	10,8	6,9	7,7
PIB per capita em USD	1.975,9	2.116,2	2.445,3	2.917	3.236,7
Taxa de crescimento do pib per capita (em USD)	11,9	7,1	15,6	19,3	11
PIB per capita (em milhares de escudos)	175,3	187,6	215	235,2	260,9
Taxa de crescimento do pib per capita (em CVE)	1,6	7	14,6	9,4	11

Fonte: INE (2009).

Notas: a) Contas definitivas b) Estimativas; c) Projecções do FMI para o PSI.

Quadro 18: Estrutura do PIB em percentagem por cada ramo de actividade, 1980–2006

Ramo de actividade económica	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2006
Agricultura, silvicultura e pecuária	12,3	9,6	11	8,6	8,2	7,3	7,2
Pescas	3,6	1,5	1	1	0,7	0,6	0,5
Indústria e energia	8	9,5	11,2	11,7	11,6	11,1	11
Construção	16,6	17,4	16,8	16,9	14,5	15,5	15,7
Comércio	24	20,4	18,6	15,6	14,7	15,6	15,8
Hotéis e restaurantes	1	2	2,1	1,7	3,2	3,7	3,8
Transportes e comunicações	10,7	12,2	14,8	16,7	21,2	20	19,8
Bancos e seguros	2,2	1,8	1,4	2,4	2,4	2,6	2,7
Aluguer de habitação e locais	4,9	4,2	5,1	5	4,4	4,5	4,6
Serviços públicos	10,1	14,6	12,7	13,7	11,3	12,5	11,3
Outros serviços	1,5	1,5	0,9	1,5	1,4	1,4	1,3
Total VAB	95	94,8	95,8	94,7	93,7	93,6	93,6
Direitos e taxas/importações	5	5,2	4,2	5,3	6,3	6,4	6,4
PIB	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: EDME (2008).

Quadro 19: Estimativa da distribuição de emigrantes cabo-verdianos, 1998

País	Nº estimado	%
Estados Unidos	264.900	51,12
Portugal	80.000	15,44
Angola	45.000	8,68
França	25.000	4,82
Senegal	25.000	4,82
São Tomé e Príncipe	20.000	3,86
Holanda	16.580	3,20
Espanha	12.000	2,32
Itália	10.000	1,93
Argentina	5.200	1,00
Brasil	3.000	0,58
Luxemburgo	3.000	0,58
Suiça	2.400	0,46
Guiné-Bissau	2.000	0,39
Moçambique	1.000	0,19
Bélgica	800	0,15
Alemanha	800	0,15
Suécia	700	0,14
Canadá	300	0,06
Noruega	300	0,06
Gabão	200	0,04
Total	**518.180**	**100**

Fonte: IAPE (1998).

Quadro 20: Cabo-verdianos repatriados, 1992 a 2008

Ano	Nº repatriados	%
1992	5	0,5
1993	0	0,0
1994	61	6,7
1995	12	1,3
1996	42	4,6
1997	65	7,1
1998	81	8,9
1999	62	6,8
2000	40	4,4
2001	40	4,4
2002	67	7,4
2003	44	4,8
2004	68	7,5
2005	68	7,5
2006	61	6,7
2007	128	14,1
2008	66	7,3
Total	**910**	**100**

Fonte: IC (2009).

Quadro 21: Remessas de emigrantes, em milhões de escudos, por país, 1990 a 2000

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Estados Unidos	780,9	768,0	749,0	1.238,0	1.470,0	1.143,9	1.184,8	1.399,6	1.625,1	1.948,9	2.321,1
Países Baixos	611,9	679,0	674,0	888,0	914,1	1.024,1	898,2	839,2	1.137,8	1.386,5	1.136,0
França	495,4	510,0	561,0	696,0	688,8	794,8	760,8	673,0	824,1	877,7	1.034,0
Itália	270,6	329,0	358,0	340,0	345,2	443,4	557,5	484,8	552,1	637,9	608,5
Alemanha	150,5	162,0	200,0	216,0	200,0	242,0	258,6	241,9	235,1	245,4	273,4
Portugal	238,5	370,0	453,0	440,0	779,9	1.271,9	1.481,4	1.057,0	1.878,7	1.490,1	1.578,1
Reino Unido	73,3	78,0	64,0	66,0	75,4	147,0	180,4	176,6	235,9	258,2	142,0
Suiça	102,8	122,3	144,9	133,2	193,5	237,0	209,1	219,8	187,8	195,5	160,9
Angola	32,1	9,0	13,0	10,0	0,0	0,0	0,6	10,4	9,7	17,7	16,1
Luxemburgo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	160,5
Espanha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	379,9	467,0	577,0	595,0	551,0	542,4	595,1	518,0	474,8	395,6	302,9
Total	**3.135,9**	**3.494,3**	**3.793,9**	**4.622,2**	**5.217,8**	**5.846,5**	**6.126,5**	**5.620,2**	**7.161,0**	**7.453,6**	**7.733,5**

Fonte: BCV (2009).

Quadro 22: Remessas de emigrantes, em milhões de escudos, por país, 2001 a 2008

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Estados Unidos	2.515,6	2.193,5	1.886,4	1.528,8	2.205,3	2.100,2	1.672,9	1.474,9
Países Baixos	1.352,0	881,4	798,5	759,5	998,7	963,1	1.039,3	1.206,9
França	1.532,9	1.791,9	1.896,0	1.988,9	2.409,4	2.476,8	2.253,6	2.276,6
Itália	720,1	387,0	492,2	647,2	814,5	772,1	698,5	713,9
Alemanha	237,6	80,6	88,2	102,5	115,1	121,5	140,1	145,6
Portugal	1.726,2	2.023,9	2.025,9	2.430,4	3.081,1	3.095,9	3.094,1	3.138,9
Reino Unido	122,4	105,2	63,3	78,8	188,0	212,5	223,3	254,9
Suíça	164,9	132,2	150,1	166,7	208,0	212,2	199,3	242,1
Angola	14,2	3,9	9,4	7,6	13,0	25,5	31,2	52,7
Luxemburgo	108,1	90,3	130,3	159,3	184,7	217,5	246,7	294,1
Espanha	-	-	-	219,7	413,9	432,6	334,5	353,1
Outros	357,7	320,1	388,2	361,3	370,2	197,8	225,6	270,5
Total	**8.851,8**	**8.010,0**	**7.928,5**	**8.450,8**	**11.002,0**	**10.827,6**	**10.159,0**	**10.424,3**

Fonte: BCV (2009).

Anexo II – Migrações internas

No âmbito do Censo de 2000, o INE apresentou uma análise sobre as migrações internas em Cabo Verde (INE, 2001) tomando em consideração a ilha de partida que é igual à de nascimento, e a de destino que corresponde à ilha de residência no momento da realização do Censo. A partir das entradas e saídas por ilhas, foram registados 43.234 indivíduos, correspondendo a 10% da população nativa de Cabo Verde (INE, 2001). Destacam-se as ilhas de Santo Antão como uma das maiores fornecedoras de migrantes internos, enquanto que Santiago e São Vicente são as que mais recebem migrantes a este nível. Sal destaca-se como a ilha que detém o maior número de oriundos das outras ilhas. Estas tendências ilustram a procura que existe em relação a estes principais centros urbanos do país.

Quadro 23: Residentes nativos de Cabo Verde, saídas e entradas por ilhas, 2000

Ilhas	Residente nativo CV		Entradas		Saídas	
	Número	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Santo Antão	46.472	11,1	1.642	3,8	18.043	41,7
S.Vicente	64.455	15,4	18.359	42,5	5.295	12,2
S. Nicolau	13.430	3,2	500	1,2	4.198	9,7
Sal	13.838	3,3	6.428	14,9	838	1,9
Boa Vista	4.052	1,0	869	2,0	989	2,3
Maio	6.650	1,6	639	1,5	737	1,7
Santiago	226.982	54,2	13.195	30,5	3.984	9,2
Fogo	36.837	8,8	1.084	2,5	7.714	17,8
Brava	6.447	1,5	518	1,2	1.436	3,3
Total	**419.163**	**100**	**43.234**	**100**	**43.234**	**100**

Fonte: INE (2001).

No que se refere ao saldo migratório, ou seja, a diferença entre as entradas e saídas, as ilhas de S. Vicente, Sal e Santiago apresentam valores positivos. Quando comparadas entre si, verifica-se que todas as ilhas têm saldo migratório negativo com o Sal. A mesma tendência em termos de saldo se verifica em relação a Santiago, com excepção das ilhas do Sal e Boa Vista que recebem mais indivíduos de Santiago do que aqueles que saem em direcção a essa maior ilha do país. Note-se ainda que a ilha do Fogo tem saldo migratório negativo com todas as ilhas. O saldo da ilha de Santo Antão com a de S. Vicente é o negativo mais elevado que se observa para Cabo Verde (-13.626) (INE, 2001).

Os dados do Censo de 2000 revelam que os principais concelhos de partida são Ribeira Grande de Santo Antão (13,0%), Santa Catarina (11%) e Santa Cruz (10%), ao passo que Maio, Boa Vista e Sal são os concelhos de onde partem menos indivíduos (INE, 2001).

17 route des Morillons C.P. 71, CH-1211, Genebra 19, Suíça
Tel: +41 22 717 9111 • Fax: +41 22 798 6150
Endereço electrónico: hq@iom.int • Internet: http://www.iom.int